



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH

SÓCRATES ALVES BASTOS

**AS LÁPIDES PIONEIRAS, O DISCURSO E A ESPIRAL: UMA ANÁLISE SOBRE OS
EPITÁFIOS DO CEMITÉRIO CAMPO DA ESPERANÇA EM BRASÍLIA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Goiânia
2026



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

☒ [X] Dissertação ☐ [] Tese ☐ [] Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Sócrates Alves Bastos

3. Título do trabalho

**AS LÁPIDES PIONEIRAS, O DISCURSO E A ESPIRAL: UMA ANÁLISE SOBRE OS
EPITÁFIOS DO CEMITÉRIO CAMPO DA ESPERANÇA EM BRASÍLIA**

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento ☒ [X] SIM ☐ [] NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Elizia Borges, Usuário Externo**, em 02/06/2026, às 16:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sócrates Alves Bastos, Discente**, em 02/06/2026, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6240133** e o código CRC **874F0210**.

SÓCRATES ALVES BASTOS

**AS LÁPIDES PIONEIRAS, O DISCURSO E A ESPIRAL: UMA ANÁLISE SOBRE OS
EPITÁFIOS DO CEMITÉRIO CAMPO DA ESPERANÇA EM BRASÍLIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de História (FH) da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades.

Linha de Pesquisa: História, Memória e Imaginários Sociais.

Orientadora: Prof^a. Dra. Maria Elizia Borges

Goiânia

2026

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Bastos, Sócrates Alves

As lápides pioneiras, o discurso e a espiral: [Manuscrito]: Uma análise sobre os epitáfios do Cemitério Campo da Esperança em Brasília / Sócrates Alves Bastos. - 2026.

XVI, 104 f.: il. 2026

Orientadora: Prof(a). Dra. Maria Elizia Borges

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2026.

Ilustrações.

Anexo.

Bibliografia.

Inclui: lista de figuras.

1. Cemitério.epitáfios.brasília.memória.morte.

I. Borges, Maria Elizia, orient. II. Título.

CDU 94



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **022/2026** da sessão de Defesa da **Dissertação** de **SÓCRATES ALVES BASTOS**, que confere o título de **MESTRE em História**, na área de concentração em **Culturas, Fronteiras e Identidades**.

Ao/s **nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis**, a partir da(s) **14h00min**, via **Videoconferência**, realizou-se a sessão pública de **Defesa de Dissertação** intitulada **“AS LÁPIDES PIONEIRAS, O DISCURSO E A ESPIRAL: UMA ANÁLISE SOBRE OS EPITÁFIOS DO CEMITÉRIO CAMPO DA ESPERANÇA EM BRASÍLIA”**. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor(a) Doutor(a) **Maria Elizia Borges (PPGH/UFG)**, com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) **Jiani Fernando Langaro (PPGH/UFG)**, membro titular interno; Professor(a) Doutor(a) **Vanessa Beatriz Bortolucci (UNIFAI - Centro Universitário Assunção)**, membro titular externo. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta, a fim de concluir o Julgamento da **Dissertação**, tendo sido(a) o(a) candidato(a) **aprovado(a)** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professor(a) Doutor(a) **Maria Elizia Borges**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano Nicolini, Coordenador de Pós-Graduação**, em 02/06/2026, às 16:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Elizia Borges, Usuário Externo**, em 02/06/2026, às 16:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jiani Fernando Langaro, Professor do Magistério Superior**, em 02/06/2026, às 16:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6240132** e o código CRC **F740F78F**.

À Maria Elizia Borges.

AGRADECIMENTOS

Vou utilizar o verbo agradecer de várias formas aqui, mas não será redundância, senão necessidade de reconhecimento do amor alheio.

Agradeço imensamente à primeira pessoa que me resgatou para Academia ,das generalidades do jornalismo: a Professora Ormezinda Ribeiro, da Universidade de Brasília .Presto-lhe tributos honestos e perenes por isso.

Agradeço ao meu pai, Nilton Bastos, por ter-me exposto, desde pequeno, a livros de História, manuais, guias e conversas — muitas vezes ufanistas e fantasiosas — sobre os brios dos nossos egrégios ancestrais do Recôncavo da Bahia.

Grato à Mônica Isabela, minha amiga tão querida, que nunca deixou de debulhar seu rosário, infinito, em favor à minha candidatura ao mestrado em História.

Agradeço aos meus irmãos, Alexandre Bastos, Yuri Bastos e Nilton Filho que sempre me deram mais crédito e verniz intelectual do que eu merecia.

Às minhas irmãs de alma ,e de escolha, Joseane Prestes, Maria de Fátima Castro e Virlane Carmo que participaram de cada momento da pesquisa até à derradeira etapa, meu 'muito obrigado!'.

À Silvana Rosso, co-partícipe e auxílio definitivo na gestação do trabalho, nas pesquisas de campo e na sistematização de fontes primárias. Ser-lhe-ei grato eternamente. Objetivamente, este trabalho não poderia ter sido feito sem sua ajuda e fraternidade.

Gratidão à minha colega Julyana Cabral Araújo. A ela devo direta ,e pragmaticamente, minha entrada na Universidade Federal de Goiás (UFG) como aluno, pesquisador e mestrando e por ter-me feito escutar, pela primeira vez o nome de Maria Elizia Borges.

Mariana Antão, Lucas Vilaça Gonçalves e Naelma Mendes do Nascimento — cúmplices da minha procrastinação 'criativa' e também ao indulgente, pacificador e acolhedor professor Jiani Langaro. A vocês quatro meu abraço fraterno por toda ajuda e horas de confabulações lenitivas.

Por fim, agradeço e dedico este trabalho a duas mulheres que nunca desistiram de mim: minha mãe, Graça Bastos e a minha mentora, orientadora acadêmica e inspiração, Maria Elizia Borges.

Morri e revivi muitas vezes ao longo deste percurso acadêmico, mas fui feliz, porque compreendo que também agora algo morre para que outra forma nasça.

Morre o pesquisador em processo; permanece o gérmen da obra que ainda há de morrer, para renascer maior, mais robusta e cheia de descendentes acadêmicos.

À moda dos antigos romanos, agradeço aos 'deuses manes' do Recôncavo da Bahia por sempre velarem, pelos que ficaram. *Dis Manibus!*

Que a terra nos seja leve!

“Chamo aos gritos por ti - não me respondes.
Beijo-te as mãos e o rosto - sinto frio.
Ou és outra, ou me enganas, ou te escondes
Por detrás do terror deste vazio.”

RESUMO

Esta é uma dissertação de mestrado que examina o Cemitério Campo da Esperança, na Asa Sul, principal cemitério do Distrito Federal como espaço de enunciação histórica e memorial da capital do país. Contudo, seu objetivo específico é a análise de lajes epigráficas fúnebres, os epitáfios, de oito túmulos, sem, no entanto, preterir o próprio cemitério como agente protagonista de sua própria história. Fundado em 1960, o cemitério tem como signo distintivo sua planta espiralada e seu caráter prático híbrido, entre cemitério-jardim e cemitério tradicional com lápides muito baixas e não monumentais o que diminui ou elimina o esplendor escultórico característico dos cemitérios novecentistas das mais velhas capitais brasileiras como Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo. Como consequência dessa característica, a investigação acadêmica, que aqui se descortina, elege a epigrafia tumular, os epitáfios, para decodificar as representações sociais contidas em discursos de finitude, dinâmicas de migração, dor e conquistas no solo do Planalto Central, a partir de sua fundação, ou antes dela, como é o caso peculiar da análise da lápide do engenheiro pioneiro Bernardo Sayão, por exemplo. O recorte espacial está circunscrito à Praça das Autoridades, bem como às quadras destinadas às inumações dos migrantes pioneiros e de suas famílias, áreas de simbolismo com maior significado discursivo de memória e luto na primeira necrópole brasiliense. Definiu-se, como corpus analítico, oito epitáfios ancorados a seis categorias tipológicas discursivas específicas cujo discurso é ferramental para a compreensão da história da capital, bem como da mítica de sua construção através de mãos migrantes. São elas: 1-Epitáfio Bandeirante, associado ao imaginário do operário migrante de primeira hora; 2-Epitáfio Religioso, caracterizado pela repetição de fórmulas metafísicas e devocionais, geralmente de cunho cristão; 3-Epitáfio Cívico, composto por textos de ordem e civismo como elementos fundantes à moral da capitalina; 4-Epitáfio de Ofício, aquele que expõe em texto o orgulho e honraria da ocupação de cargos públicos como distinção social; 5- Epitáfio Ausente, tipologia que abraça e incorpora a ausência de inscrição ou registro tumular como método e signo de processos de segregação social e apagamento de memória; 6- Epitáfio Infante, tipologia elaborada como ferramenta para análise de epitáfio de crianças.

Palavras-chave: Cemitério.Epitáfios.Brasília.Memória.Morte

ABSTRACT

This is a master's dissertation that examines the Campo da Esperança Cemetery, in Asa Sul, the main cemetery of the Federal District, as a space of historical enunciation and memorial of the country's capital. However, its specific objective is the analysis of funerary epigraphic slabs — the epitaphs — from eight tombs, without, nonetheless, neglecting the cemetery itself as the protagonist agent of its own history. Founded in 1960, the cemetery is distinguished by its spiral layout and its hybrid practical character, between garden cemetery and traditional cemetery with very low and non-monumental slabs, which diminishes or eliminates the sculptural splendour characteristic of the nineteenth-century cemeteries of Brazil's older capitals, such as Salvador, Rio de Janeiro, and São Paulo. As a consequence of this feature, the academic investigation herein unfolded selects tumular epigraphy — the epitaphs — to decode the social representations contained in discourses of finitude, dynamics of migration, grief, and achievements on the soil of the Planalto Central, from its foundation or even before it, as in the peculiar case of the analysis of the slab of the pioneer engineer Bernardo Sayão. The spatial scope is circumscribed to the Praça das Autoridades, as well as to the blocks destined for the burials of pioneer migrants and their families, areas of greater discursive significance for memory and mourning in Brasília's first necropolis. Eight epitaphs anchored in six specific discursive typological categories were defined as the analytical *corpus*, whose discourse serves as an instrument for understanding the history of the capital and the myth of its construction through migrant hands. They are: 1) Bandeirante Epitaph, associated with the imagery of the first-hour migrant worker; 2) Religious Epitaph, characterised by the repetition of metaphysical and devotional formulae, generally of Christian nature; 3) Civic Epitaph, composed of texts of order and civism as founding elements of capital morality; 4) Occupational Epitaph, which exposes in text the pride and honour of holding public offices as social distinction; 5) Absent Epitaph, a typology that embraces and incorporates the absence of inscription or tumular record as method and sign of social segregation processes and memory erasure; 6) Infant Epitaph, a typology developed as a tool for the analysis of children's epitaphs.¹

Keywords: Cemetery. Epitaphs. Brasília. Memory. Death.

¹ Tradução elaborada a partir da versão original em língua portuguesa, com adaptação auxiliada pela inteligência artificial Perplexity AI (modelo Sonar 2), em fevereiro de 2025, sob supervisão e responsabilidade do autor.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Portal do Cemitério Campo da Esperança.	1
Figura 2 – Marco do Descobrimento, Porto Seguro, 1957	13
Figura 3 – Eixos de Brasília entrelaçados por cruzes no Plano Piloto de Brasília, em croqui de Lúcio Costa, de 1956.	14
Figura 4 – Capa do Discurso do Immortal Guilherme Pit	16
Figura 5 – Recorte Gráfico de 'Correio Braziliense', de 1811	20
Figura 6 – Recorte número 2, antigo Correio Braziliense, 1811	21
Figura 7 – Recorte número 3, antigo Correio Braziliense, 1811	22
Figura 8 – Lápide da sepultura de Hipólito José da Costa	23
Figura 9 – Portada do atual Correio Braziliense, 2023.	23
Figura 10 – Urbanista Carmen Portinho em frente ao MAM RJ	24
Figura 11 – O Anteprojeto de Portinho de 1936	25
Figura 12 – Obelisco de Planaltina	27
Figura 13 – Cenotáfio em homenagem às vítimas do 'Massacre da GEB', na Vila Planalto	29
Figura 14 – Correio Braziliense. Edição 107, 24 de agosto de 1960	33
Figura 15 – Aprovação da planta do CE no DODF, em 1972.	35
Figura 16 – Recorte gráfico do registro da área destinada ao Cemitério Sul	36
Figura 17 – Cópia digitalizada original, de 1961, destaca o nome 'Campo da Esperança' como local de sepultamento.	40
Figura 18 – Planta do Cemitério Campo da Esperança Asa Sul, em 1971	42
Figura 19 – Vista aérea do Campo da Esperança , Asa Sul, capturada por satélite	44
Figura 20 – Espiral do Templo da Boa Vontade	46
Figura 21 – Vista da entrada do Campo da Esperança com destaque para quiosques que prestam serviços de marmoraria e 'riscagem' de pedra.	47
Figura 22 – Concha de caracol cortada longitudinalmente	48
Figura 23 – A Espiral de Fibonacci	48
Figura 24 – A 'quase' espiral do <i>Paddington</i> em sua planta, 1852, à esquerda, e imagem de satélite atual	49
Figura 25 – Vista do cemitério fictício honorífico <i>Puente al Paraíso</i>	51
Figura 26 – Vista de satélite do Cemitério de Sax, com destaque para sua espiral de ciprestes.	52
Figura 27 – Fotografia de satélite do Cemitério Morumby, em São Paulo	54
Figura 28 – Cemitério-parque Jardim da Saudade, Paciência, Rio de Janeiro	55
Figura 29 – Capa do 'Director Funebre Reformado', de 1780	58
Figura 30 – Clarival Prado Valladares	61
Figura 31 – Sítio Histórico Cemitério Kerameikos, Atenas, Grécia	63

Figura 32 – Lápides no Sítio Arqueológico <i>Kerameikos</i> , Atenas, Grécia	64
Figura 33 – Capa original do 'Vocabulario Potuguez e Latino', de 1713	67
Figura 34 – Túmulo de Bernardo Sayão: Sepultura inaugural do Cemitério Campo da Esperança.	70
Figura 35 – Provável sepultura de José Segundo	71
Figura 36 – Detalhe do cenotáfio de JK	72
Figura 37 – Complexo escultórico sepulcral da Família Kubitschek	73
Figura 38 – Túmulo do engenheiro Joffre Mozart Parada	74
Figura 39 – Túmulo de Sônia Suda	75
Figura 40 – Túmulo de Lauro Campos	77
Figura 41 – Detalhe da inscrição lapidar do túmulo de Lauro Campos	78
Figura 42 – Primo Scussolino, o primeiro clérigo de Brasília	79
Figura 43 – Lápide tumular da menina Isabela Kerr e seu epitáfio em verso.	81

SUMÁRIO

	Introdução	1
0.1	Contexto e Desafios	2
0.2	Encontros e Desencontros	3
0.3	Geoespacialidade comprometida	4
0.4	Da materialidade e das fontes	5
0.5	Da divisão	6
0.6	Interdisciplinaridade	7
0.7	Da pertinência.	7
1	CAPÍTULO I: O MITO, A MÍSTICA E A NOVA CAPITAL	9
1.1	Testemunhas modernas de uma Epopeia Nova: os jornais como testemunhas e fontes da história e de História	9
1.2	Brasília, o palco para o cemitério	10
1.3	Sonhos e projetos para uma nova capital	11
1.4	A escolha do território	12
1.5	Brasílias utópicas, míticas e ancestrais	14
1.6	O túmulo extra-muros do pioneiro das ideias mudancistas	22
1.7	Um sopro de modernidade	24
1.8	Cronologias mudancistas na primeira metade do século XX	26
1.9	A Gênese e as controvérsias.	27
2	CAPÍTULO II: O CAMPO DA ESPERANÇA	32
2.1	O seu nome é Esperança	35
2.2	Registros e recibos	39
2.3	Controvérsias	40
2.4	A Espiral Sinistrogira	42
2.5	Subdivisões, números e prestígio	43
2.6	Outras 'necroespirais' e a geometria sagrada	44
2.7	Modelo Híbrido	52
2.8	Cemitério-parque?	54
2.9	Diversidade de narrativa histórica	56
2.10	Reminiscências Legais	58
3	CAPÍTULO III : ESPIRAL DE HISTÓRIAS	61
3.1	O olhar para baixo	61
3.2	De Legibus	62
3.3	Redundância Expressiva	65

3.4	Conceitos e vinculações milenares	65
3.5	Dos Epitáfios	68
3.6	Análise dos Epitáfios	69
3.6.1	Epitáfio Bandeirante - Bernardo Sayão: A Luta Fecunda e o Pai da Necrópole (Fig.34).	69
3.6.2	Epitáfio Ausente - José Segundo: O Silêncio do Motorista do Chefe (Fig.35).	71
3.6.3	Epitáfio Cívico - Juscelino Kubitschek: O Cenotáfio Vazio do Fundador (Fig.36).	72
3.6.4	Epitáfio Bandeirante II - Joffre Mozart Parada: Intimidade Familiar e O Primeiro Engenheiro (Fig.38).	74
3.6.5	Epitáfio Religioso - Sônia Suda: Da Chegada ao Regresso (Fig.39).	75
3.6.6	Epitáfio de Ofício - Lauro Campos: O Ponto e Contraponto, Setas e Infância (Fig.40).	76
3.6.7	Epitáfio Religioso II - Primo Scussolino: O Fundador Espiritual da Capital Federal (Fig.42).	79
3.6.8	Epitáfio Infante : Isabela Kerr e a polissemia dos epitáfios infantis na História do Ocidente (Fig.43).	80
3.6.8.1	Justificativa, escolha e contexto	80
3.6.8.2	Edificação e simbologias	81
3.6.8.3	Defuntos Angélicos e reminiscências históricas	82
3.6.8.4	Sutilezas ,mais-valia e hierarquia social enunciadas	83
3.6.8.5	Inconfidências autorais	83
3.6.8.6	Adornos, significantes e significados	83
3.6.8.7	O dito e o implícito	84
3.6.8.8	<i>Mors Immatura</i>	85
	Considerações Finais	87
	REFERÊNCIAS	91
	ANEXOS	96

INTRODUÇÃO

Esta é uma dissertação sobre epitáfios, portanto, trata-se de um trabalho que se descortina sobre a escrita epigráfica, neste caso, em construções tumulares, sepulcrais e cenotáfios.

A predileção temática não é resultante de capricho de processo investigativo, é só resultante da análise do *locus* pré-definido para sua execução, o Cemitério Campo da Esperança da Asa Sul (Fig.01) , em Brasília, Distrito Federal.

Figura 1 – Portal do Cemitério Campo da Esperança.



Fonte: Google Earth

As características do espaço cemiterial definiram o corpus do trabalho e não o contrário, como convém suceder. O Cemitério Sul — como é originalmente nomeado o Campo da Esperança — impôs-se, desde as primeiras visitas de prospecção de elementos narrativos e simbólicos, como área geoespacial a ser investigada, contudo, um dilema de ordem pragmática se impôs como consequência.

Os dilemas foram dialógicos entre o pesquisador, o espaço, a pesquisa, as possibilidades e o desejo. Como se estuda, e o que se pode estudar num cemitério-parque com uma paisagem tão homogênea e padronizada com pouco mais de seis décadas de assentamento?

O que fazer quando a tipologia tumular não evidencia o fausto de cemitérios oitocentistas das seculares² capitais brasileiras? Afinal, um cemitério-parque (ou jardim) pressupõe simplicidade constitutiva e mimetismo fitocenográfico³, ou próximo a isso.

Todo e qualquer cemitério, e particularmente o cemitério oitocentista, deve ser visto como um lugar por excelência de reprodução simbólica do universo social e das

² Cemitérios administrados por instituições não clericais, geridos pelo estado ou iniciativa privada.

³ Que está associado à flora, às plantas e vegetais.

suas expectativas metafísicas. E este simbolismo decorre do facto de, como sublinhou Gaston Bachelard, a morte ser “primeiramente uma imagem”. (CATROGA, 2010, 166)

Não se podia estabelecer, assim como fez Maria Elizia Borges, uma categorização focada em elementos artísticos singelos ou monumentais das edificações tumulares daquele espaço. (BORGES, 2017)

Era infactível explorar o lúdico e o mítico no cemitério a partir de elementos escultóricos; não houve naquele lugar uma convulsão de carácter religioso, que utilizou o cemitério como ‘espaço de enunciação’, como a Cemiterada, em Salvador, analisada por João José Reis. (REIS, 2022)

Tampouco, despojos ocultados de um passado nefasto atrelado à época escravagista do Brasil, como o que se evidenciou no Cemitério dos Pretos Novos, no Cais do Valongo, no Rio de Janeiro. (PEREIRA, 2006)

O extraordinário estava no selo do chão e nas histórias que ele podia enunciar. Para tantos ‘nãos’, havia um ‘sim’ superlativo e compensatório para todos os axiomas apresentados.

Estes ‘sins’ se transubstanciaram em histórias, em vez de monumentos; desejos, no lugar do brilho de mármore negros e de efígies de bronze superlativas e ostentosas.

Para compensar as possibilidades de exacerbação estética e as limitações do projeto arquitetónico, a família enlutada — senão o próprio jazente — resolve falar e dar o seu recado de não esquecimento, tal e qual aos antepassados da ocidentalidade de egrégios tempos: ‘Dis Manibus’⁴.

Para isso, utiliza a lápide como meio para registro de testemunhos, de histórias de migração em massa, conquistas, dissabores, expectativas laborais e a honra dos cargos públicos.

Essa relação de compensação entre a limitação de tamanho e a padronização arquitetónica das sepulturas, bem como na ênfase das mensagens dos epitáfios, tem precedentes históricos, como se verá no capítulo III.

0.1 Contexto e Desafios

Este é o resultado de uma pesquisa cujos procedimentos de análise e estudos precisaram ser reajustados algumas vezes devido a adversidades várias e, sobretudo, pelas consequências diretas impostas à população, ainda no final da pandemia de covid-19, com restrição severa aos espaços cemiteriais, arquivos, museus e acervos de administrações institucionais.

Para esta pesquisa, que se debruça sobre análise de cemitério e lápides como objeto de pesquisa, esses fatos foram determinantes e imprescindíveis para a execução do

⁴ *Dis Manibus* (“aos deuses Manes”) é fórmula funerária recorrente na epigrafia romana, utilizada para dedicar o túmulo aos espíritos dos mortos, os *Manes*.

processo de investigação e análise de fontes num ritmo ajustado para o momento e para o *ethos* discursivo do trabalho.

Todo tipo de reverberação para a produção acadêmica teve reflexo no processo e no pesquisador.

Além de tais questões menos negociáveis e não controláveis, como essas citadas, a postura reticente que a Concessionária ‘Campo da Esperança Serviços Ltda’ demonstrou ao longo do tempo em que essa pesquisa foi gestada e, depois, quando estava em plena execução acadêmica, também contribuiu para ajustes necessários ao estudo e para ‘recalcular a rota e recalibrar a bússola’ de seus caminhos como narrativas de espaço e tempo.

Essa investigação não se iniciou no ambiente acadêmico da Universidade Federal de Goiás, naquele espaço ela ganhou musculatura, método e direcionamento.

0.2 Encontros e Desencontros

As primeiras visitas, *in loco*, ao Cemitério Campo da Esperança da Asa Sul, no contexto específico e direcionado à pesquisa, deram-se exclusivamente com o propósito de analisá-lo geoespacialmente.

Estabelecia-se ali um rito de visita de reconhecimento de campo, apresentação silenciosa do pesquisador ao pesquisado, um acerto de aceitações e rechaces mútuos. O sítio de pesquisa deve aceitar o pesquisador.

Adotar o Cemitério Campo da Esperança como local de pesquisa histórica foi instigante, mas os objetivos específicos eram difusos e imprecisos pela própria natureza de sua construção, pelas características híbridas arquitetônicas únicas de seu desenho em espiral e pela inconsistência documental de tutela pública que se mostrou dispersa e cheia de vazios.

Como primeiro instrumento e ferramenta de análise situacional, um questionário foi enviado à administração do cemitério com as devidas credenciações de pesquisador e vinculações acadêmicas.

Os questionamentos foram respondidos por meio de sua assessoria de imprensa, onde se pode identificar um distanciamento calculado e pesado pela empresa concessionária, com finalidades óbvias de autopreservação de sua imagem institucional.

A quantidade de matérias televisivas e notícias de jornal sobre a controversa gestão do maior cemitério da capital do país é, relativamente, constante, desde que sua administradora assumiu o contrato de concessão, em 2002.

Em 2004, logo nos primeiros anos de prestação de serviço ao Governo do Distrito Federal, e à população de Brasília, uma investigação é iniciada pela Câmara Legislativa do Distrito Federal. Uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) é instaurada e logo apelidada como ‘CPI dos Cemitérios’. (CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL,

2008)

A 'CPI dos Cemitérios' foi direcionada a escrutinar o processo de concessão dos cemitérios públicos do Distrito Federal, bem como seus desdobramentos sob a gestão da empresa concessionária, desde a assinatura do contrato de exploração de serviços funerários em 2002.

O Relatório Final da CPI, de 2008, aponta irregularidades e dá eco e visibilidade às denúncias da população sobre todo tipo de procedimento inadequado em curso no Cemitério Sul da Capital.

Quase 20 anos depois, as denúncias continuam a aparecer com regularidade. Esse histórico de deterioração da imagem do cemitério, ao longo do tempo, pode ter-se conformado como óbice a uma relação mais estreita entre pesquisador e administração da necrópole. (ASCOM/CLDF, 26/06/2008)

Não há como se afirmar, mas se pode supor que a investigação do objeto tenha sido comprometida por causa do desgaste de imagem institucional relatado acima, contudo, para a História, as intencionalidades não podem ser aferidas como marcadores narrativos.

0.3 Geoespacialidade comprometida

Originalmente, estabeleceu-se que o recorte espacial para análise estaria circunscrito às quadras usadas pelos pioneiros e por suas famílias que, segundo informações oficiais de sua assessoria de comunicação, corresponderiam às quadras do Setor A, 801 a 807; e, para a Praça das Autoridades, onde também há pioneiros sepultados, as quadras que deveriam ser ocupadas, vão da 701 a 708.

Ressalta-se que os pioneiros históricos podem ter exercido ,ou não, papel na administração pública nos primeiros anos de fundação da capital e por isso a área de ambas as categorias é contínua.

Como dito, a administração do Cemitério Campo da Esperança da Asa Sul, só se manifestou oficialmente uma vez, quando provocado em resposta parcial a um vasto questionário que foi parcialmente respondido.

As respostas obtidas por meio de questionário de trabalho — e de reconhecimento de campo — encaminhado à administração do Cemitério Campo da Esperança, foram compiladas e devolvidas por sua assessoria de comunicação.

A análise do documento permite identificar reticências e cuidados defensivos com uma réplica discursiva que resguarda o limite autoalegado de domínio legal dos documentos sob sua custódia.

O uso de expressões como “não se pode definir”, “não há registro”, “não é de conhecimento da concessionária” ou “esta informação deve ser obtida em outro órgão” corrobora essa observação, forçando, dessa maneira, a reorientação metodológica e correção de fluxos de trabalho, escrita e readequação do projeto de pesquisa, que culmina nesta

dissertação.

Contempla-se aqui, dessa forma, o movimento unidirecional de atribuições e circunscrição das responsabilidades pretéritas a 2002, repetidas vezes às diversas instâncias do Governo do Distrito Federal (GDF), sobretudo no que diz respeito à tutela legal do histórico documental do cemitério e sobre o estado de conservação dos edifícios tumulares mais antigos.

A análise das respostas obtidas com a empresa concessionária 'Campo da Esperança Serviços Ltda' foi um exercício atento de leitura de entrelinhas, de vazios, respostas parciais, aplicado nesta interação oficial, não como displicência, mas como método.

Este é um caso que pode ser analisado à luz da Escola Francesa de Análise do Discurso (AD) que assinala que esses silêncios, limitações informativas e recusas não correspondem à ausência de dados, senão revelam formas específicas de enunciação e diálogo institucional autocentrado. (MAINGUENEAU, 2020)

A informação oficial não condiz com a realidade atestada *in situ* pelo pesquisador.

A área destinada às autoridades só se estende até a quadra 705, ou seja, três quadras não foram localizadas. Isso repercutiu negativamente no andamento da pesquisa porque os epitáfios de caráter 'épico' e 'histórico' poderiam também estar ali presentes. O déficit quantitativo foi considerável.

Durante as visitas feitas ao cemitério, alguns jardineiros e sepultadores foram categóricos ao mencionar as supostas exumações irregulares empreendidas, em massa, pela administração do cemitério e essa ação pode ter sido uma das causas do desaparecimento de tais quadras.

Nenhum deles quis se identificar e não há qualquer prova formal que sustente isso.

Embora o fulcro desta pesquisa não verse sobre a situação estrutural do Cemitério Campo da Esperança da Asa Sul, pôde-se observar que a má-conservação e invisibilidade dos túmulos, em conformidade às denúncias constantes no Relatório da CPI dos Cemitérios, de setembro de 2008, ainda podem ser observados. (CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, 2008)

0.4 Da materialidade e das fontes

Consultas periódicas e presenciais ao Arquivo Público do Distrito Federal; aos arquivos da Novacap; Instituto Geográfico e Histórico do Distrito Federal; Subsecretaria de Assuntos Funerários da Secretaria de Justiça e aos arquivos da Administração da Região Administrativa do Plano Piloto foram decisivas para mitigação parcial dos efeitos do impedimento do acesso aos arquivos da administração do próprio cemitério estudado.

Muitas leituras direcionadas e alinhamentos de estratégia de pesquisas, foram executados em várias visitas à biblioteca e acervos pessoais da Professora Doutora, Maria Elizia Borges, em Goiânia, Goiás.

Borges é referenciada, por seus pares e pesquisadores correlatos, pelas décadas de pesquisa e produção sobre estudos cemiteriais, especialmente sobre arte cemiterial brasileira.

Em complemento às visitas e acesso ao material disponível nas instituições acima mencionadas, foram usados registros de conversas com pioneiros da construção de Brasília; cuidadores e jardineiros do Cemitério Campo da Esperança; proprietários de empresas de marmoraria e floriculturas adjacentes à área cemiterial; jornalistas e familiares de sepultados.

Pesquisas foram feitas nos arquivos digitais da Biblioteca Nacional e de sua Hemeroteca Digital; Arquivo Nacional; Arquivos Digitais da Torre do Tombo (Portugal); Biblioteca Nacional de Portugal; Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, da Universidade de São Paulo.

Para finalizar, os arquivos digitais da Secretaria de Estado e Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal; Acervo Digital da Biblioteca da Câmara Legislativa do Distrito Federal; Biblioteca Digital de Obras Raras do Senado Federal; Instituto Geográfico e Histórico do Estado da Bahia, também foram consultados.

Os croquis originais do projeto de Brasília, digitalizados, foram cedidos pela Casa da Arquitetura (Centro Português de Arquitetura), atuais tutores legais do acervo de Lúcio Costa.

0.5 Da divisão

Todos esses elementos histórico-discursivos serão apresentados ao longo de três capítulos desta dissertação de mestrado em História. O primeiro se debruça sobre os antecedentes históricos de Brasília e sobre o processo e a época de sua construção. Afinal, o cemitério reflete a cidade que o hospeda.

No segundo capítulo, o Cemitério Campo da Esperança é, *per se*, o palco, ele próprio do fantástico, do trágico e do teatral, como protagonista e catalisador dos discursos de morte e do morrer em Brasília, sobretudo na primeira década do cemitério. O segundo capítulo também resgata, em sua Parte II, histórias cemiteriais do Brasil e seus precedentes lusitanos.

A dissertação se encerra com o capítulo três, dedicado às análises de epígrafias epitáficas, de retrospecto da história dos epitáfios.

Originalmente, haveria um capítulo dedicado ao histórico e bibliografia dedicados aos estudos cemiteriais ocidentais, iniciando pela Idade Antiga (3500 a.C.-476 d.C.) — Grécia e Roma — passando pelos estudos franceses e luso-brasileiros anteriores a 1822, e culminando na Primeira República (1889-1930).

Contudo, atendendo às orientações da banca docente, durante o exame de qualificação, abdicou-se do intento em benefício da coerência estrutural e como estratégia mitigadora prévia de ponderação de dispersão temática.

Não obstante, esse material será ofertado, oportunamente, suplementado com levantamentos e reflexões, referentes ao tema e ao objeto, que não foram incorporados por pertinência e tempo ao *corpus* textual, já ressignificado, sem as exigências estritas de um texto apresentado com maturação direcionada aos tempos e procedimentos das vinculações acadêmica e institucional.

0.6 Interdisciplinaridade

Estudar epitáfios é um exercício de fluidez metodológica e intersetorialidade dos saberes. Como se verá no capítulo três, o estudo de epitáfios, no ocidente, passa pelas análises arqueológicas, sobretudo, no estudo da epigrafia romana que dedicou parte substancial de seu *corpus* à análise de lajes tumulares.

Da Via Apia, passando pelos sítios arqueológicos de Pompeia e Herculano até as localidades mais remotas do mundo romano, a arqueologia codificou a epigrafia epitáfica e ela foi utilizada como ferramental para os estudos antropológicos, etnográficos, geográficos, linguísticos, literários, históricos e por áreas correlatas das humanidades.

0.7 Da pertinência.

Observou-se, durante o período dedicado à catalogação e leitura da bibliografia dirigida sobre epitáfios no Brasil, não haver muitos trabalhos acadêmicos direcionados a esta temática, especialmente, e paradoxalmente, por pesquisadores de História.

Os investigadores acadêmicos brasileiros que se dedicam aos estudos epigráficos, em um percentual sobejo, são profissionais das áreas da literatura e da linguística.

Compreensível quando se reflete que o epitáfio é visto como gênero literário e *corpus*, quase infinito para interpretações e reinterpretações sociais da análise do discurso.

Aqui se destacam os estudos de memória, arqueologia, antropologia, literatura e análise do discurso, como instrumentação auxiliar a este trabalho de cariz histórico.

Não é necessário volver milênios para apreender o poder da interpretação da leitura de epitáfios. Aqui mesmo, em Brasília, é factível perceber a repetição do rol de elementos tomados como objetos de estudo — pelos mais distintos vieses epistemológicos.

O estudo dos epitáfios é eficaz, hoje — como sempre —, como ferramenta para a compreensão e tessitura de narrativas históricas e de compreensão de dinâmicas, de convergência, assimilação e fricção sociais. Esta afirmação, como consequência do estudo, converge com o que assevera a linguista Raquel Vaccari de Lima:

Entendemos que os epitáfios, como prática discursiva, têm por função ritualística mortuária homenagear os mortos, manifestar o luto pela perda de um ente querido por meio de discursos laudatórios e religiosos, promovendo a imagem social do outro com uma descrição de suas virtudes, seus feitos em vida e suas condutas exemplares. Os epitáfios cumprem, pois, duas funções: a escatológica e a memori-

alista, preservando a lembrança social do sepultado.(LIMA; NASCIMENTO, 2016, 71)

O imaginário da morte sempre foi elemento de temor, receio, mas também de movimento. O conceito de 'morte' é contraponto dialético do próprio conceito de vida como seu elemento antitético. Tudo se repete porque as necessidades humanas de não esquecimento são essencialmente as mesmas, em qualquer lugar, época ou tempo.

1 CAPÍTULO I: O MITO, A MÍSTICA E A NOVA CAPITAL

1.1 Testemunhas modernas de uma Epopeia Nova: os jornais como testemunhas e fontes da história e de História

Os capítulos 1 e 2 desta dissertação carregam uma peculiaridade epistemológica questionada pela banca docente no ‘exame de qualificação’ deste pesquisador: o uso recorrente de fontes jornalísticas e acervos de hemerotecas para subsidiar a construção das narrativas.

O historiador José D’Assunção Barros diz que fontes jornalísticas, são, há muito tempo, usadas legitimamente na construção da produção histórica, segundo ele:

Os jornais já são abordados como fonte histórica pelos historiadores, com bastante frequência, desde os anos 80 do século passado; e há bem mais tempo já são tratados sistematicamente como objetos historiográficos, neste caso por aqueles historiadores que se dedicam à História da Imprensa. (BARROS, 2023, 8)

A construção de Brasília, como objeto direcionado de pesquisa — o que não se aplica a este estudo — foi registrada, desde o dia zero, por equipes de fotógrafos, jornalistas do *establishment* estatal e dos meios privados, como as revistas ‘Manchete’ e o ‘Cruzeiro’ e da publicação mensal, editada pelo Governo Federal, via Novacap, com mesmo nome da capital, a ‘Revista Brasília’.

Sobretudo para o primeiro capítulo, a escolha foi compulsória: optou-se por privilegiar as fontes primárias e usar a documentação acadêmica como acessória e para legitimação da construção textual, não como mapa ou bússola bibliográfica de via única. Contudo, esse uso se deu sem a obliteração das fontes teóricas acadêmicas normalizadas à disposição do pesquisador sem, no entanto, desconsiderar que não havia ,naquela época ,e nem há agora, neutralidade no discurso jornalístico. (BARROS, 2023)

Neste caso, o conteúdo produzido pelos meios, os jornalistas, redatores e editores dos diários impressos, *pari passu* à dinâmica do andamento das edificações monumentais da nova capital, foram, eles próprios, testemunhas legítimas daquele momento, em primeira mão, como qualquer operário de obra ou migrante de primeira hora. (GOFF, 2003)

Aqui o jornal é elemento da hora, ‘do instante’, apesar do prazo editorial, não o veículo que o relata, o reproduz, já em considerável deslocamento temporal e anacrônico, é fonte e foco como elementos, *corpus* e epistemologia de investigação acadêmica, fonte factual e objeto discursivo. Essa reflexão é legitimada quando Jacques Le Goff traz o indivíduo testemunha, independente do papel ocupado no instante dos fatos, como agente histórico a ser considerado.

Assim, a história começou como um relato, a narração daquele que pode dizer ‘Eu vi, senti’. Este aspecto da história-relato, da história-testemunho, jamais deixou de estar presente no desenvolvimento da ciência histórica. (GOFF, 2003, 9)

Naqueles dias, jornais e revistas, não somente os sediados no Rio de Janeiro, que era a capital, ‘venderam’ a pauta brasiliense como uma obra epopeica com distribuição em

'fascículos', à moda dos folhetins.

A propósito disso, o substantivo 'epopeia'¹ se repete bastante por diversas fontes bibliográficas, literatura e na conversa mais próxima com estudiosos ou pioneiros, ainda vivos. Aliás, termo muitas vezes repetido por Juscelino Kubitschek quando se referia à construção da capital em suas memórias e escritos. (PINTO, 2010)(KUBITSCHKEK, 2000)

A Epopeia aqui não é de Gilgamesh; não é a retratada por Homero em 'A Ilíada' ou nos versos de 'Odisseia' e, tampouco, a de Camões nos Lusíadas, é conotação para saga.

O que há de comum entre todas é a fantasia do desbravamento, das lutas por estabelecimento, ascensão, conquista, deslocamento e honra; mas o que as difere da epopeia sul-americana dos anos de 1960 é a factualidade das narrativas e das memórias, que só se há na gestação conceitual, construção e traslado massivo populacional que pariram Brasília.

1.2 Brasília, o palco para o cemitério

O Cemitério Campo da Esperança é parte de um projeto arquitetônico hermético para a cidade e concebido como elemento original, em concomitância a todos os outros equipamentos públicos na nova capital.

Apesar disso, está inserido nela, como coadjuvante no grande palco que o abriga, e este palco é Brasília.

Por isso, convém rememorar suas circunstâncias formativas, tão intimamente irmanadas, de modo que a história da Capital Federal, e de seus pioneiros, não se pode alijar à do seu principal cemitério.

Narrativas históricas estão cheias de elementos constitutivos imbricados com fragmentos de memória, morte, monumentalidade, dor, sofrimento, registros de renovação e até retóricas de legitimação — numa dialética entre o factual e a fantasia.

Como reflexo das sociedades que as constroem — e como nos espaços de descanso eterno, sejam os cemitérios ou as naves das antigas igrejas barrocas da Bahia, do Rio e de Minas Gerais, delimitados pela geografia finita do sagrado sepultamento —, a História exige seleção, síntese e não esquecimento.

Considerando-se as reflexões expostas nos parágrafos acima, faz-se compulsório apropriar-se dos conceitos de memória coletiva ofertados por Maurice Halbwachs, os quais são convenientes ao estudo e ao resgate da memória da construção de Brasília: uma epopeia moderna, forjada sobre terra vermelha, suor, acidentes, lágrimas e morte.

O mesmo acontece com todos os fatos históricos que conhecemos. Nomes próprios, datas, fórmulas que resumem uma longa série de detalhes, às vezes uma anedota ou uma citação: é a epígrafe dos eventos passados, tão curta, geral

¹ O uso de "epopeia" segue acepção lexicográfica figurada e conotativa ("grande empreitada", Houaiss) e autodesignação dos agentes: JK chamou Brasília de "epopeia da construção" (Discursos Selecionados, FUNAG); termo recorrente na imprensa de época (Manchete, Cruzeiro).

e pobre de significado quanto a maioria das inscrições que lemos nas lápides. Isso ocorre porque a história se assemelha a um cemitério onde o espaço é limitado e onde é necessário encontrar espaço para novos túmulos a cada momento. (HALBWACHS, 2024, 42)

Tal qual o reflexo do Campo da Esperança e seu acervo aberto de pequenas histórias contadas sobre laje, concreto e mármore frio.

Este capítulo é dedicado ao resgate das narrativas sobre a construção de Brasília, seus precedentes históricos e suas conexões de vida e morte.

1.3 Sonhos e projetos para uma nova capital

Segundo o historiador Jeferson C. Tavares, as ideações de mudança da capital do Estado do Brasil (1548-1815) deram-se em seguida ao movimento de insurreição da Capitania de Minas Gerais, em 1789, com a Inconfidência Mineira. Ainda segundo o texto de Tavares, uma das deliberações dos sublevados foi a transferência da capital para o interior do país. Na lógica dos Inconfidentes, o traslado da capital descentralizaria o poder colonial, concentrado no litoral, e auspiciaria o desenvolvimento do interior do vasto território colonial lusitano na América do Sul. (TAVARES, 2004a)

Contudo, este é um tema controverso. Estudos demonstram que essa solicitação se referia, apenas, à transferência da capital da Capitania de Minas Gerais, Vila Rica, para São João del Rei. Era uma questão regional, não havia indícios de quaisquer aspirações nacionalizantes, como diz Laurent Vidal. (VIDAL, 2009).

Não obstante, a gênese mitológica de Brasília é marcada a partir desse ponto e é conveniente para o reforço ideológico à campanha mudancista de Juscelino Kubitschek às eleições de 1955.

No seu livro de memórias 'Por que construí Brasília' JK, logo nos dois primeiros parágrafos da publicação, não usa de quaisquer expedientes retóricos de modéstia quando chama para si as virtudes ideais para fazer da promessa da mudança da capital um atributo nato à sua personalidade e, portanto, somente por ele exequível.

Como nasceu Brasília? A resposta é simples. Como todas as grandes iniciativas, surgiu quase do nada. A ideia da interiorização da Capital do País era antiga, remontando à época da Inconfidência Mineira. A partir daí, viera rolando através das diferentes fases da nossa História: o fim da era colonial, os dois reinados e os sessenta e seis anos de República, até 1955. Pregada por alguns idealistas, chegou, mesmo, a se converter em dispositivo constitucional.

No entanto, a despeito dessa prolongada hibernação, nunca aparecera alguém suficientemente audaz para dar-lhe vida e convertê-la em realidade. Coube a mim levar a efeito a audaciosa tarefa. Não só promovi a interiorização da Capital, no exíguo período do meu Governo, mas, para que essa mudança se processasse em bases sólidas, construí, em pouco mais de três anos, uma metrópole inteira—moderna, urbanisticamente revolucionária—, que é Brasília. (KUBITSCHEK, 2000, 5-6)

1.4 A escolha do território

A simbologia da cruz, do cruzamento, de pontos cardeais que se coadunam em ângulos de 90 graus, está imbricada no imaginário ocidental com interpretações semiológicas eivadas de misticismo, de sobrenatural, de ontológico.

Segundo o filósofo e teólogo Jean Chevalier (1906-1993) e o escritor Alain Gheerbrant (1920-2019), a cruz é o elemento geométrico primário da bússola, da rosa-dos-ventos e do martírio cristão. Como símbolo religioso, sobretudo no mundo ocidental, a cruz marca templos religiosos, ambulâncias, hospitais. Para eles, a cruz é o símbolo mais completo o “mais totalizante dos símbolos” (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2015)

Essa reflexão também pode ser analisada na dissertação de mestrado de Jeferson C. Tavares, defendida no Programa de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo, em 2004, que mais tarde fora ampliada e publicada comercialmente intitulada ‘Projetos para Brasília e a Cultura Urbanística Nacional’.

A retomada da imagem da cruz como forma de posse do território, utilizada por Costa no seu memorial do Plano Piloto, em nada se distancia de uma realidade religiosa que encontrava na história elementos que lhe garantissem um respaldo eminentemente nacional para a proposta da cidade capital. (TAVARES, 2004a, 77)

Diversos tipos de cruzeiros estilizados adornam túmulos, lápides e marcam cidades em mapas como elemento diferenciador, como a designar a quem as observa, em suas mais variadas matizes, o signo da distinção, do extraordinário.

Foi a cruz que marcou o início da colonização lusitana no litoral atlântico sul-americano, em nome do Reino de Portugal, em Porto Seguro, ao sul do atual território sul-baiano, em 1500. Transubstanciada em padrões de mármore de lioz e na cruz católica (Fig.02) da primeira missa celebrada na Terra de Vera Cruz, em 26 de abril, pelo capelão Frei Henrique Coimbra (1465-1532), marca o nascimento da América Portuguesa e sua posse territorial em nome da coroa de Dom Manuel I, o Venturoso. (CAMINHA, 2022)

Figura 2 – Padrão do Descobrimento, em Porto Seguro, Bahia.

Melquisedeque Xavier/Biblioteca do IBGE (1957)

Os portugueses marcaram o umbigo de sua colonização americana com uma cruz e foi com ela, quatro séculos e meio depois, que Lúcio Costa propôs seu projeto 'de posse' do Brasil Novo. A partir daí, dera-se início a um redescobrimento para as entranhas do interior do país.

Essa nova marcha para o oeste estava lastrada nas ambições de modernização e expansão para o centro geográfico brasileiro, indicado pelo Plano de Metas do presidente Juscelino Kubitschek. O condensado de diretrizes fora proposto para o quinquênio iniciado em 1956 e findo no crepúsculo de 1960. (KUBITSCHKEK, 2000)

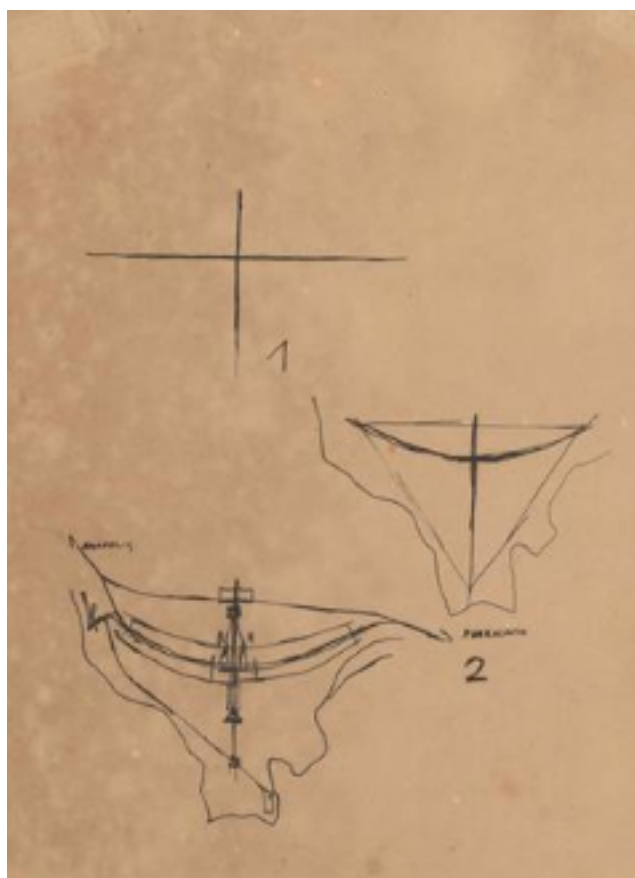
Brasília, 'a meta síntese', foi a mais ambiciosa execução da marcha brasileira para o oeste, para a interiorização territorial das esferas de poder no Brasil.

No relatório do Projeto do Plano Piloto, Costa retoma a tradição legada dos lusitanos, de tomar posse pelo traçado da cruz, conforme demonstrado abaixo (Fig.03).

A liberação do acesso ao concurso reduziu de certo modo a consulta àquilo que de fato importa, ou seja, à concepção urbanística da cidade propriamente dita,

porque esta não será, no caso, uma decorrência do planejamento regional, mas a causa dele: a sua fundação é que dará ensejo ao ulterior desenvolvimento planejado da região. Trata-se de um ato deliberado de posse, de um gesto de sentido ainda desbravador, nos moldes da tradição colonial. E o que se indaga é como no entender de cada concorrente uma tal cidade deve ser concebida. (LÚCIO COSTA, 2018, 29-30)

Figura 3 – Eixos de Brasília entrelaçados por cruzes no Plano Piloto de Brasília, em croqui de Lúcio Costa, de 1956.



Acervo Digital Casa de Arquitectura, Matosinhos, Portugal

A construção de uma nova Capital para o Brasil, ao contrário do que se escuta por todos os cantos, país afora, não foi idealizada por Juscelino Kubitschek, em 1955. Ainda que houvesse despertado sentimentos contraditórios, como esperança de uns e ressentimento de outros, muito antes dele, já se falava na interiorização da sede do poder administrativo nacional desde o século XVIII.

1.5 Brasília utópicas, míticas e ancestrais

A construção de Brasília seguiu as pegadas da 'Marcha para o Oeste' programa oficial de governo, de Getúlio Vargas, ainda no Estado Novo (1937-1945). Tal iniciativa criava meios e circunstâncias para a exploração, povoamento e integração das regiões Centro-Oeste e Norte com o restante do país. Naquele contexto, houve a inauguração de

Goiânia, capital de Goiás, em 1942, que fortaleceu e favoreceu o aparecimento de Brasília quase 20 anos depois.(VIDAL, 2009)

A ideia de mudança da capital para o interior do país já não era nova e pairava nas mentes brasileiras desde o alvorecer da monarquia no Brasil. Tais anseios começaram a emergir ainda no período colonial (1500-1815) e, em seguida, no Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (1815-1822). Id., 2009

Àquela época, políticos, juristas e intelectuais refletiram e propuseram ideias sobre a necessidade da mudança da capital para o interior do país. Indivíduos, como deputado paulista, junto às cortes de Lisboa, José Bonifácio de Andrada; o jurista Antonio Rodrigues Veloso de Oliveira ,mais tarde, membro do Conselho do Império; o jornalista Hipólito José da Costa, editor, no exílio, em Londres, de 'O Correio Braziliense' e o historiador e diplomata Francisco Adolfo de Varnhagen. (VIDAL, 2009)

Esse ideário se repetiu desde o final da soberania portuguesa sobre o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (1815-1822) e continuou durante o Império do Brasil (1822-1889). Tais propostas ou ventilações , oriundas do período lusitano do Brasil, atravessaram o Império sendo resgatadas, após o golpe de 1889, nas disposições transitórias das constituições republicanas. O ciclo de repetições nas disposições transitórias constitucionais durou até 1956, quando, finalmente, Brasília começa a ser construída sob a batuta de Juscelino Kubitschek.

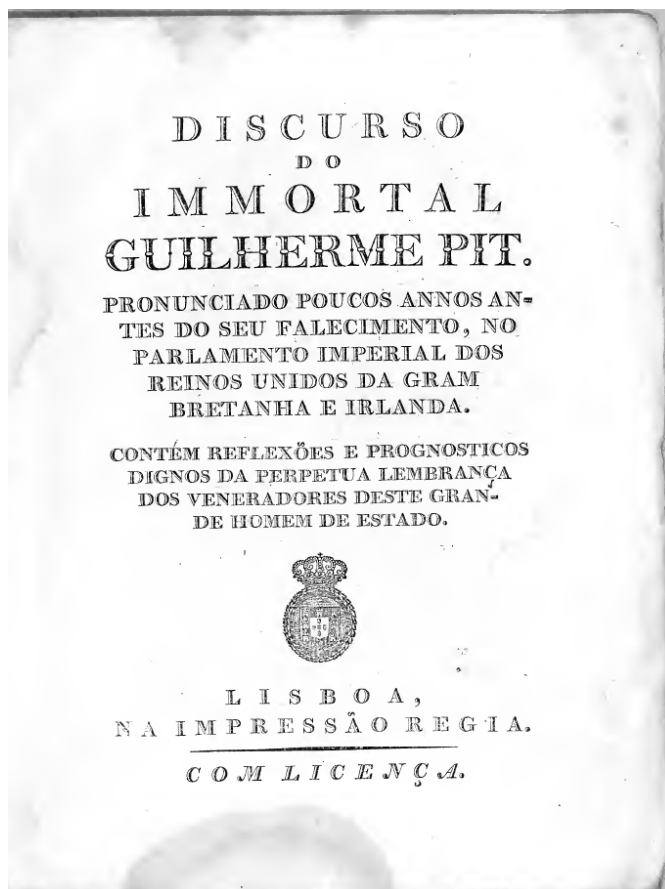
Em 1809, é publicado, com o selo da Impressão Régia de Lisboa, um opúsculo dedicado a reproduzir um suposto discurso do primeiro-ministro, na corte britânica do Rei Jorge III, William Pitt² (1759-1806), (Fig.04) em que o político britânico defenderia uma aliança estratégica, 'com benefícios mútuos' para os reinos britânico e portugueses.

O fruto desse acordo ,com benefícios duplos, dar-se-ia com a transferência da capital lusitana da Península Ibérica para sua colônia americana.

A construção de uma cidade capital ,nova em folha, para o Império Português, poderia oferecer oportunidades superlativas de comércio entre ambos reinos, com benefícios de exclusividade para produtos e vendedores britânicos para o fornecimento de todo material que fosse possível escoar para o Brasil.

² A tradução portuguesa para o substantivo próprio 'William' é 'Guilherme'. Por causa disso, a publicação de 1809 da Impressão Régia registra-o assim.

Figura 4 – Capa do Discurso do Immortal Guilherme Pit



Captura de tela feita da versão digitalizada disponível no Arquivo Nacional

É de chamar atenção que Pit houvera dedicado boa parte dessa palestra sobre a necessidade a benefício de seu país de uma mudança na capital da América Portuguesa para o centro de seu território no subcontinente do Novo Mundo.

Apesar da veracidade desta fala ao parlamento britânico haver sido desacreditada ,sobretudo por Varnhagen, seu registro foi submetido ao escrutínio de outros pesquisadores ao longo de mais de dois séculos. Mas, é relevante considerar que, pela primeira vez o projeto, com alguma estruturação , tornara-se público com detalhes tão minuciosos sobre a topografia dos sertões do Brasil, que suscitaram as dúvidas de Varnhagen.

Este novo Imperio crescerá gozando de todos os meios conducentes a isto para o que procurarão estabelecer se Colonias naquelles Sítios notados nos Mappas povoando-as de todas as Gentes, que quizerem lá estabelecer-se , á excepção de Francezes no Paiz das Amazonas ,nos Confins de Paraguai, ou nas Vizinhaças do Lago Xaraes que he como origem do Rio da Prata , no Centro da referida Peninsula se formará, ou se edificará huma Cidade, denominada a Nova Lisboa para Corte, e assento do Imperador: da Nova Lisboa se abrirão Estradas Reaes que á maneira de Rios que corream para a priferia, conduzirão da Nova Lisboa para o Porto Bello , Pará , Rio de Janeiro, Olinda, S, Salvador, Calháo de Lima. fazendo-se ao mesmo tempo navegaveis os Rios, que o poderem ser, mas forçosa, e infallivelmente o Rio da Prata desde o referido Lago Xaraes até á sua Foz, e o das Amazonas pela Ribeira Pratinga, ou por outra parte mais cómoda, na hypothese de que a Capital seja situada nas Vizinhaças do dito Lago , ou das

Fontes destes Rios , a fim de se fazerem mais fáceis os Transportes da Nova Lisboa para o Mar ,e do Mar para a Nova Lisboa.(IMPRESSÃO RÉGIA, 1809)

Para Laurent Vidal, essa discussão é estéril e caduca. Tendo William Pitt advogado ou não em prol da interiorização da capital de um país estrangeiro, o relevante é considerar ser a primeira vez em que se apresenta tal postulação com a chancela de uma publicação oriunda da retórica de um primeiro-ministro do império colonial mais importante do planeta e associado histórico das empreitadas lusitanas. A semente estava plantada.

O texto publicado na Impressão Régia lisboeta, supostamente transcrito de uma fala ao parlamento britânico por William Pitt, não teria oferecido palavras muito 'arejadas' para o Império Português que se acabara de se instalar, além-mar, em seu vasto território americano.

Visto com grandes ressalvas por Francisco Adolfo Varnhagen, o conteúdo da mensagem suscita ao leitor que o primeiro-ministro, na corte de Jorge III, possuía um vasto conhecimento sobre orografia e cursos fluviais brasileiros, à medida que aponta um local mais conveniente para capital do Império, próximo a cursos d'água e de regiões mais frescas.

Pit, ou quem tenha assinado por ele, chega ao ponto de batizar à capital de 'Nova Lisboa', e até se imiscui nos influxos migratórios nas terras portuguesas do Brasil, a partir daquela relação que se iniciaria em 1808, com a transferência da capital para o Rio de Janeiro. (IMPRESSÃO RÉGIA, 1809)

Como se sabe, Nova Lisboa nunca saiu do papel, mas sua ideia semeou imaginários nos mais de cem anos que se seguiram, até o surgimento de uma nova sede administrativa para o Brasil.

Outros vieram depois do suposto projeto de Pit. José Bonifácio de Andrada, quando deputado paulista junto às Cortes, em Lisboa, advogou sobre o projeto mudancista. Nessa mesma época, Hipólito José da Costa divulgava, no seu jornal publicado no exílio londrino, 'Correio Braziliense', que o Rio de Janeiro não possuía condições mínimas de abrigar a sede da Coroa e destacou qualidades não muito honrosas, como se verá mais tarde.

A construção de uma nova cidade capital é justificada pela segurança que se daria a uma urbe naturalmente protegida da cobiça estrangeira e das guerras, no interior do subcontinente americano.

Além disso, não haveria resistência das demais províncias sobre a transferência da capital para uma localidade neutra, no interior do país, porque isso eliminaria a probabilidade de contenda e animosidade entre brasileiros de regiões diferentes. Era necessário começar do zero.

A lógica de espaço geográfico guarnecido, naturalmente, pela topografia interiorana dos sertões, nasce das preocupações de defesa da época do traslado da corte portuguesa, para sua então colônia americana, em 1808, marcada pelas invasões napoleônicas e, também estava entranhada nas reminiscências de invasões transatas por holandeses, em

Salvador e Recife e pelos franceses ao Rio de Janeiro e São Luís, conforme se apreende a partir da leitura da brochura de Pit, publicada pelo prelo régio lisboeta.

Esse pormenor anacrônico, no que diz respeito às táticas de invasão por parte de potências estrangeiras ao litoral brasileiro, só desapareceu com os projetos mudancistas do período republicano, mas esteve presente desde o suposto projeto de William Pitt e se seguiu nas propostas de Paulo Ferreira de Menezes Palmiro, Ritter Von Shäffer, José Bonifácio e, mais tarde, na ideação da Cidade Imperatória de Varnhagen. (VIDAL, 2009)

Segundo Vidal, José Bonifácio de Andrada se converteu numa espécie de catalisador de esperanças mudancistas à época. A ele eram destinados projetos de muitas searas, como os de interiorização da capital. Vidal presume que muitos dos projetos encaminhados a ele o teriam influenciado na apresentação de estudos mudancistas, de sua própria autoria, já no alvorecer do Primeiro Reinado(1822-1831).

Nesses anos agitados do processo de emancipação, que culminam com o 7 de setembro de 1822 data da independência, José Bonifácio é o ponto de convergência de numerosos projetos para o desenvolvimento do Brasil e sua posição privilegiada no tabuleiro político só faz se reforçar: uma proposta que não tivesse o seu aval teria muito poucas chances de ser sequer estudada. Não é por acaso que ele está novamente associado, em maio de 1823, a um projeto de uma nova cidade destinada a acolher a capital do Brasil independente.(VIDAL, 2009, p.59)

As súplicas mudancistas foram realimentadas por Andrada, na primeira sessão da Assembleia Constituinte, dia 17 de abril de 1823— já no Primeiro Reinado.

Silva reincorporava em seu discurso as razões ancestrais, sobre a importância estratégica de realocação da sede do poder, para quilômetros das costas atlânticas adentro.

Mais tarde, as constituições republicanas — em suas disposições transitórias— registraram o desejo de autoridades, de diferentes épocas, de interiorizar a capital para o centro geográfico de sua vastidão territorial subcontinental.

Ainda, segundo o pesquisador e escritor francês, Laurent Vidal, o Secretário de Estado de Negócios Interiores do Reino de Portugal, na corte de Dom José I— equivalente ao atual cargo de primeiro-ministro—Marquês de Pombal, terá dito que o ‘Estado do Brasil’, ainda incorporado ao Império Colonial Português, necessitava ter uma capital recuada para centro do território, considerando-se as condições de vulnerabilidade defensiva de uma cidade costeira, que poderia ser facilmente subjugada por potências estrangeiras, como, aliás, o fora, quando a França tentou fazer do Rio de Janeiro a sede de sua ‘França Antártica’ (1555-1570).

As supostas ponderações pombalinas, sobre a transferência da capital, ter-se-iam proferido anos antes de o Rio de Janeiro haver-se feito sede administrativa da colônia, em 1763, quando Salvador ainda era a capital da América Portuguesa.

É válido lembrar que o Rio de Janeiro substituiu a antiga capital da América Portuguesa por pragmatismo financeiro. O seu porto estava mais próximo à produção de minérios e pedras preciosas de Minas Gerais. Por causa dessa proximidade com o porto do Rio de Janeiro, o escoamento da produção mineral para Lisboa era mais rápido e eficiente.

Já na época do 'Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves' (1815-1822), as páginas panfletárias do antigo 'Correio Braziliense', de Hipólito José da Costa, apregoaram a ideia mudancista. Trata-se de 'um quase' manifesto de quatro páginas, em que da Costa expõe as razões pelas quais a manutenção do Rio de Janeiro se mostrava totalmente inadequada às ambições de um país soberano, independente e recém-nascido.

Hipólito José da Costa é tido como o fundador e patrono do jornalismo no Brasil. Apesar de fundar o antigo Correio Braziliense, a partir de terras estrangeiras, nunca se questionou o seu lugar de pioneirismo no jornalismo brasileiro.

Assaz crítico do governo lusitano, a quem, por muitas vezes, acusou de despótico e atrasado, da Costa foi diplomata português nos Estados Unidos, México e na Inglaterra. Nascido na Colônia do Sacramento, àquela altura parte do Brasil, hoje terra do Uruguai, era brasileiro, filho de pai carioca e mãe gaúcha. Nos Estados Unidos iniciou-se maçom e esse foi o crime que levou aos cárceres da inquisição, entre 1798 a 1805. Neste último ano consegue fugir e se exila em Londres, onde mais tarde naturaliza-se cidadão inglês.

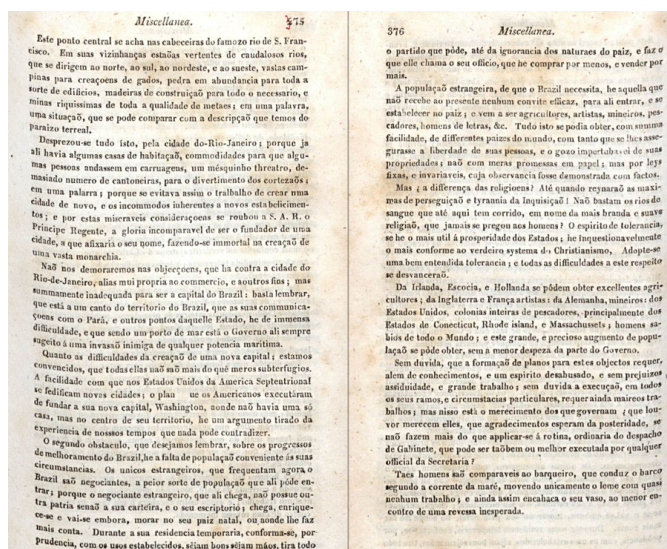
Em uma edição do Correio Braziliense, de janeiro de 1811, (Fig.05) o jornalista não poupa críticas à manutenção do Rio de Janeiro como capital do império que naquele momento, além de ser capital brasileira, também o era de todo Império Colonial Português a quem acusa de local inapropriado para sediar a capital de um país e muito menos de um império transcontinental, como era o lusitano.

Em algumas linhas ácidas de deleite sádico, e atemporal, proporcionado ao leitor dado às intrigas, debulha seu rosário de queixas e delações às características da cidade fluminense nada edificantes.

Segundo seu raciocínio, a escolha do Rio de Janeiro, em detrimento às regiões mais aprazíveis de climas saneados e localizações geográficas mais estratégicas— próximas a cursos de rios que poderiam facilitar a integração com as demais províncias— fora uma prova da indolência administrativa em se acomodar a permanecer no litoral, numa cidade com alguma estrutura não superlativa, como corresponderia a uma capital moderna e digna.

Da Costa aponta que uma das *commodities* da cidade eram a facilidade de acesso vasto mercado de meretrizes (as cantoneiras) e um 'teatro mesquinho'.

Figura 5 – Recorte Gráfico de 'Correio Braziliense', de 1811



Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Os trechos de citação direta, que se seguem, referentes ao artigo publicado por Hipólito José da Costa, na edição de janeiro de 1811, do 'Correio Braziliense' foram minuciosamente ajustados à grafia do português moderno para compreensão e fluidez da leitura. Optou-se pela manutenção dos estilos de escrita e do vocabulário original, naturalmente subordinados às regras ortográficas vigentes.

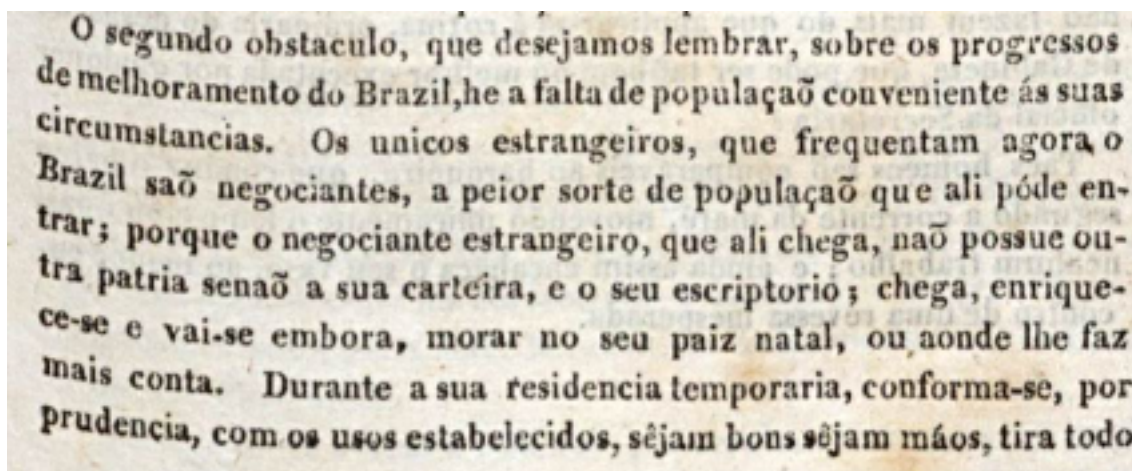
Desprezou-se tudo isto, pela cidade do Rio de Janeiro; porque já ali havia algumas casas de habitação, comodidades para que algumas pessoas andassem em carruagens, um mesquinho teatro, demasiado número de cantoneiras, para o divertimento dos cortesãos; em uma palavra; porque se evitava assim o trabalho de criar uma cidade de novo, e os incômodos inerentes a novos estabelecimentos; e por estas miseráveis considerações se roubou a S. A. R. o Príncipe Regente, a glória incomparável de ser o fundador de uma cidade, a que afixaria o seu nome, fazendo-se imortal na criação de uma vasta monarquia.

Nos parágrafos seguintes, diz Hipólito, que um dos grandes reveses da cidade é toda uma súcia de comerciantes estrangeiros, oportunistas, que ali estavam somente para encher seus bolsos e regressar às suas terras de origem sem terem contribuído para o engrandecimento da Pátria, uma população 'não conveniente', em suas palavras.

O artigo segue com alfinetadas à Coroa, sobre as práticas retrógradas de intolerância religiosa e 'tirânicas da Inquisição' que não podiam ser repetidas na escolha e captação de gente mais adequada ao povoamento, independente de suas cores religiosas. Ou seja, das gentes não católicas, contudo, laboriosas (Fig.06).

O segundo obstáculo, que desejamos lembrar, sobre os progressos de melhoramento do Brasil, é a falta de população conveniente às suas circunstâncias. Os únicos estrangeiros, que frequentam agora o Brasil, são negociantes, a pior sorte de população que ali pode entrar; porque o negociante estrangeiro, que ali chega, não possui outra pátria senão a sua carteira, e o seu escritório, chega, enriquece-se e vai-se embora, morar no seu país natal, ou aonde lhe faz mais conta. (COSTA, 1811)

Figura 6 – Recorte número 2, antigo Correio Braziliense, 1811



Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Em determinado momento do artigo, da Costa é categórico ao registrar suas convicções através de sua pena de jornalista e sustenta que a cidade não é adequada ao papel de cabeça da nação por ser ela uma cidade litorânea.

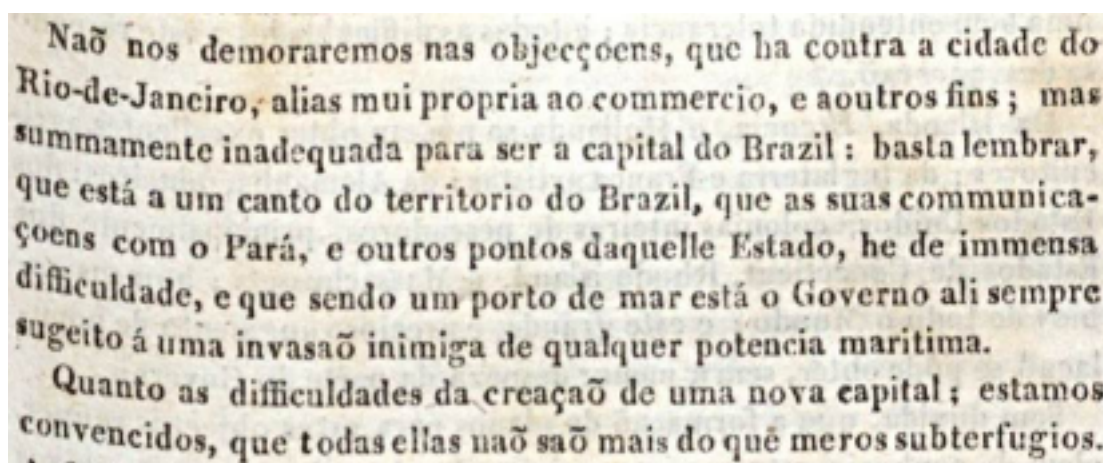
Portanto, mais suscetível aos ataques de nações estrangeiras e muito distante do Estado do Grão-Pará e Rio Negro (1772-1821), antiga unidade administrativa do regime colonial e posteriormente mantida pelo Reino Unido, no extremo limite setentrional da América Portuguesa. Ressalta-se que a menção ao substantivo 'Estado' não denota sinonímia às características administrativas dos estados federados atuais ou às províncias de então.

Naquela altura, o 'Estado do Grão-Pará e Rio Negro' conformava uma subdivisão administrativa com características específicas dentro do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, que mais tarde deu origem à província homônima do Pará e Rio Negro.

Nesse trecho, Hipólito insinua que a não criação de uma cidade nova, especialmente erguida para abrigar a capital da nação, não passará de mera inércia estatal e de conveniências de múltiplos vieses, que ele alega serem 'subterfúgio' (Fig.07).

Não nos demoraremos nas objeções, que há contra a cidade do Rio de Janeiro, aliás mui própria ao comércio, e a outros fins; mas sumamente inadequada para ser a capital do Brasil: basta lembrar, que está a um canto do território do Brasil, que as suas comunicações com o Pará, e outros pontos daquele Estado, é de imensa dificuldade, e que sendo um porto de mar está o Governo ali sempre sujeito a uma invasão inimiga de qualquer potência marítima. Quanto às dificuldades da criação de uma nova capital; estamos convencidos, que todas elas não são mais do que meros subterfúgios. (COSTA, 1811)

Figura 7 – Recorte número 3, antigo Correio Braziliense, 1811



Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

A importância de Hipólito José da Costa na construção de uma narrativa 'mudacionista' foi relevante nas décadas que se seguiram à independência. A identidade portuguesa do Brasil foi paulatinamente se diluindo e se amalgamando com outros elementos constituintes da imagem de uma nação americana independente e soberana.

1.6 O túmulo extra-muros do pioneiro das ideias mudancistas

Em 2001, no rastro das ações comemorativas multissetoriais que movimentaram o Brasil, na passagem dos 500 anos de seu achamento, o atual jornal Correio Braziliense e a Fundação Assis Chateaubriand, em parceria com a Imprensa Nacional, repatriaram os restos mortais de Hipólito José da Costa, falecido em 11 de setembro de 1823.

Seus despojos foram trasladados para Brasília e sepultados, novamente, nos jardins da sede da Imprensa Nacional, no Setor de Indústrias Gráficas, na Capital Federal. Isso ocorreu 178 anos após seu decesso, na Inglaterra, conforme se pode verificar na fotografia abaixo (Fig.08).

Figura 8 – Lápide da sepultura de Hipólito José da Costa



Roberto Luiz de Oliveira - Museu da Imprensa Nacional / Brasília-DF

A figura de Hipólito da Costa está tão associada à idealização de Brasília que o Correio Braziliense contemporâneo presta tributo ao pai do jornalismo brasileiro mantendo, ao lado do nome de Assis Chateaubriand, o seu nome como um dos fundadores do jornal.

Isso pode ser visto na imagem abaixo, na portada do periódico, inaugurado no dia da fundação da capital (Fig.09).

Figura 9 – Portada do atual Correio Braziliense, 2023.



Correio Braziliense, 2023

1.7 Um sopro de modernidade

Há de se destacar alguns projetos ou aspirações constitutivas urbanas para a capital do país. Além dos 26 projetos apresentados no concurso de 1956, cujo vencedor foi o de Lúcio Costa, rememora-se aqui algumas iniciativas adredemente apresentadas muito antes de 1956.

Anos mais tarde ,após a República Velha (1889-1930), um projeto gestado por uma mulher é publicado na Revista da Prefeitura do Distrito Federal, em 1936.

Trata-se do projeto da urbanista corumbaense Carmen Portinho (Fig.10), vinte anos antes da abertura do concurso, de 1956, que buscava um projeto de cidade a ser utilizado pela nova cidade capital, Planaltina. Esse projeto foi elaborado como parte de sua proposta para se tornar pós-graduada em Urbanismo, tornando-se a primeira mulher brasileira a conseguir tal feito.

Figura 10 – Urbanista Carmen Portinho em frente ao MAM RJ



Arquivo Nacional

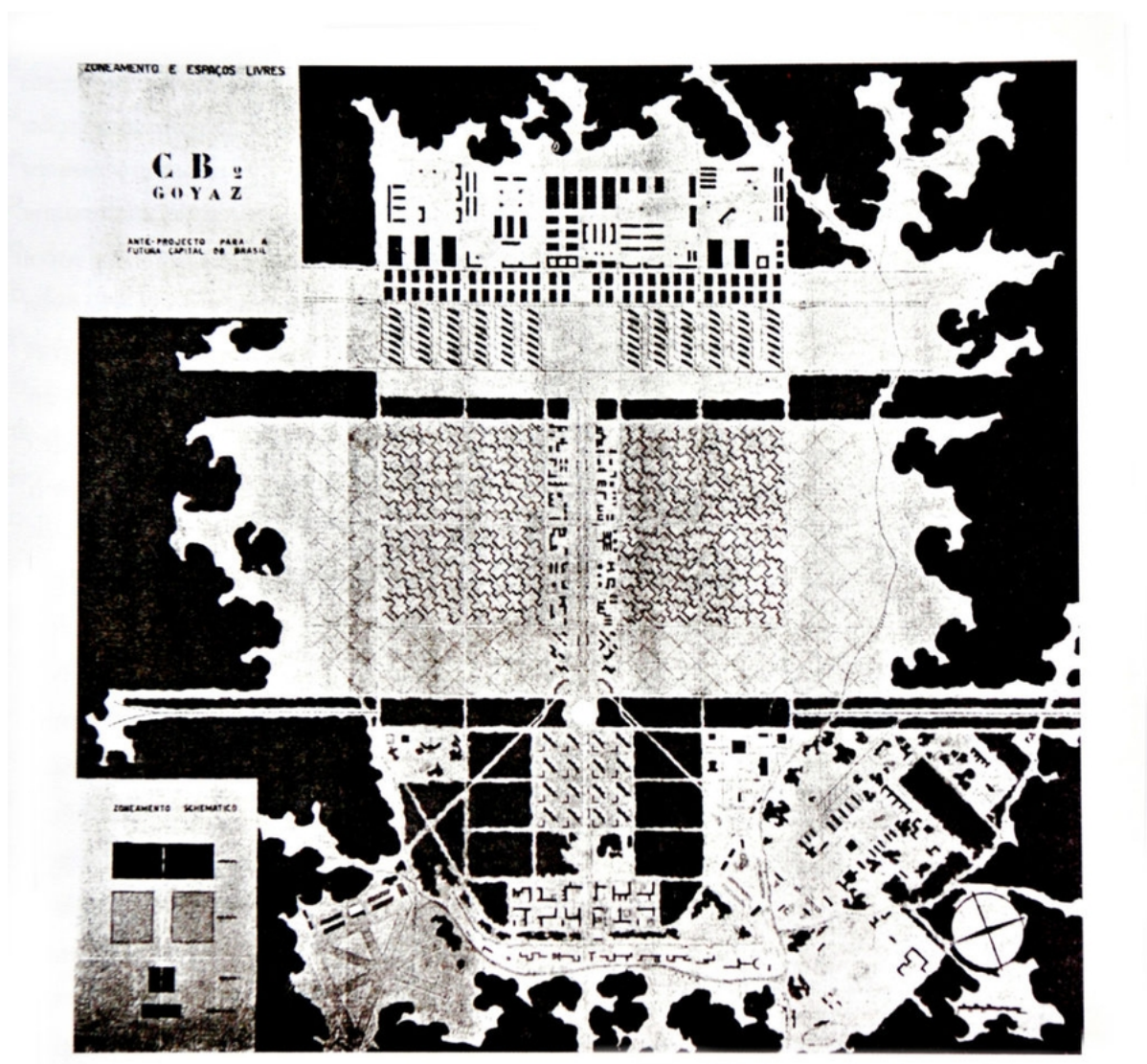
Inspirada no ideário de modernismo arquitetônico, propagado pelo arquiteto franco-

suíço, Le Corbusier, o anteprojeto de Portinho estava intimamente influenciado pela utopia da 'Ville Radieuse'. A 'Ville Radieuse' propunha a segregação de áreas citadinas, em quadras e superquadras com usos e demarcações de ocupação social e mercantis pré-delimitadas. (CAIXETA, 2012)

As ideias de Le Corbusier foram reavivadas na planta de Brasília, elaborada por Lúcio Costa e pela arquitetura de Oscar Niemeyer, com a segregação espacial e a pré-definição de usos presentes na 'Ville Radieuse'. Portinho foi, portanto, a primeira pessoa a enquadrar o ideário da nova capital sob a ótica da arquitetura modernista em voga naquela altura

Com um desenho inspirado em um transatlântico, como mostra a imagem abaixo (Fig.11) ela sugeriu que a cidade fosse capaz de acomodar aproximadamente dois milhões de habitantes.

Figura 11 – O Anteprojeto de Portinho de 1936



Wikimedia

O projeto de Portinho antevê uma capital setorizada muito antes da consagração do

projeto de Lúcio Costa. Contudo, não conseguiu vislumbrar quaisquer vieses segregacionistas que, por fim, Brasília executa e consoma ao longo das mais de seis décadas como capital nacional.

A estética modernista da década de 1950 priorizava, na prática, muito mais o deslocamento por automóveis em detrimento aos pedestres e, dessa forma, Brasília nasceu e se consolidou. Tudo em Brasília está segregado, inclusive a disposição constitutiva de seu principal cemitério, o Campo da Esperança, na Asa Sul.

1.8 Cronologias mudancistas na primeira metade do século XX

Muito diferente das ideias de Carmen e de sua 'Planaltina', sonhada na década de 1930, outros projetos, até 1956, estimularam a criatividade de arquitetos e urbanistas de todo o território nacional.

Em seu processo de pesquisa sobre as propostas apresentadas para a construção da Brasília, Jeferson Tavares destaca, além do projeto de Carmen Portinho, outros quatro projetos referentes ao erguimento de uma nova capital. (TAVARES, 2004b)

O primeiro projeto estruturado espacialmente, identificado por Tavares, já no século XX, é apócrifo. O documento foi registrado no 'Cartório da Intendência de Planaltina', em 1927, contudo sua capa se encontra em estado de franca decomposição e terá dificultado a identificação de registro nominal do seu projetista. Id., 2004b

Trata-se, supostamente, de uma planta projetada por uma incorporadora privada que, adiantando-se à iniciativa estatal, apresenta aos interessados possibilidades de investimento no território com vistas atreladas ao lucro puro e simples.

A especulação imobiliária nas terras reservadas à construção da capital e seu entorno começaram precocemente. Em 1922, Eptácio Pessoa manda erguer, em Planaltina, um obelisco cerimonial, e simbólico, que reafirma a 'posse' das terras demarcadas pela Missão Cruls como sítio destinado à recepção de uma nova civilização, a capital da união nacional (Fig.12).

Figura 12 – Obelisco de Planaltina



Fonte: Wikimedia

Ainda em 1929, Theodoro Figueira de Almeida traz à luz o projeto 'Brasília- A Cidade Histórica da América'. Como já visto, em 1936, Carmen Portinho apresenta seu projeto para a nova capital.

Em 1948 é a vez do projeto de autoria do deputado federal goiano Jalles Machado que, *stricto sensu*, não era um plano orgânico apresentado em croqui urbanístico, senão proposições teóricas que advogavam em favor de ondas desenvolvimentistas—o sistema 'radial-perimetral'—partindo do Planalto Central tendo como lastro o Relatório Cruls. Outros projetos, antes mesmo do concurso oficial de 1956, foram apresentados.

Optou-se, para esta parte desta dissertação, apresentar a existência e a importância de Carmen Portinho — primeira mulher engenheira do país — e de sua proposta urbana para a nova capital como forma de mitigar os efeitos do apagamento de suas pegadas como pioneira nas ideias e planejamentos mudancistas, antes mesmo do que as propostas apresentadas, como resposta ao chamamento público, de 1956.

Apesar disso, esta pesquisa não comporta uma análise metódica de propostas arquitetônicas e tampouco quer ser espelho ou referência histórica sobre a construção de Brasília.

1.9 A Gênese e as controvérsias.

Na noite de 4 de abril de 1955, em um comício em Jataí, interior de Goiás, Antônio Soares Neto perguntou a Juscelino Kubitschek — ainda candidato à presidência da República— se ele faria valer o preceito das disposições transitórias da Constituição Federal que previam a mudança da capital para o centro do Brasil. Sem titubear, JK respondeu

positivamente. Talvez, se esse encontro não houvesse existido, Brasília ainda fosse só idílio. (KUBITSCHEK, 2000)

Desde sempre, a mitologia e mistificação cercaram a história dos múltiplos projetos para a nova capital. Ora de vida e gênese mitológica, como com as previsões de construção de São João Bosco; ora de morte, tragédias e sepultamentos clandestinos, como a fatalidade com Bernardo Sayão, o conflito no acampamento da Construtora Pacheco Fernandes Dantas e seus desdobramentos no ,boca a boca, de desova de corpos em rios ou concretados às obras.

Em 8 de fevereiro de 1959, um domingo de carnaval tranquilo era aproveitado pelos funcionários da construtora Pacheco Fernandes Dantas, no barracão da empresa, onde hoje se encontra a Vila Planalto. A calma foi interrompida quando alguns trabalhadores, de identidade desconhecida, expressaram sua insatisfação com a qualidade da comida e da falta de suprimento de água, direcionando seus protestos à cantina do acampamento, chamando a atenção tanto dos colegas quanto dos representantes no canteiro de obras.

Logo, o protesto ganhou fôlego e, para controlar a situação, o destacamento policial da Novacap foi chamado ao local para repreender um possível motim pronto a estourar. A empresa estatal era a responsável pelo provimento da segurança nos acampamentos, tendo sob sua tutela a supostamente truculenta Guarda Especial de Brasília (GEB).

As condições de vida nos acampamentos das empresas construtoras também eram precárias. Os galpões possuíam dez a quinze quartos com beliches de dois a três andares. Os sanitários era [sic] um buraco cavado no chão ou protegidos com uma porta de lona e o acampamento também tinha problema de falta de água. As camas tinham colchões de capim e predominava enorme falta de higiene: pulgas, percevejos e piolhos se espalhavam pelo ambiente, sendo necessário diversas vezes queimar os colchões. As cantinas (restaurantes) tinham longas filas devido ao grande número de operários dos alojamentos, o que deixava trabalhadores famintos esperar muito tempo para o café, almoço ou jantar. Esta situação de desconforto e privação resultava inúmeras vezes em quebras das cantinas por motivo da comida crua, estragada ou com pequenos animais mortos dentro dela. Nessas ocasiões, a polícia era chamada pela direção da empresa para "por ordem" no acampamento. Daí se seguiram inúmeros episódios repressivos que resultavam em espancamentos e prisões de operários. (SOUSA, 2015)

Os oficiais da GEB rapidamente chegaram ao local insuflando ainda mais os ânimos, provavelmente já condicionados às insurreições por consumo de bebida alcoólica num domingo de carnaval, contudo os quatro agentes enviados foram recebidos sob protestos dos operários que se uniram para evitar a detenção dos seus colegas.

O destacamento da GEB saiu, naquela tarde de carnaval, com dois operários detidos do acampamento da Pacheco Fernandes, mas o espírito de desforra saiu daquele sítio junto a eles. Regressaram os agentes e com eles a fúria.

Segundo os estudos de Nair Heloísa Bicalho de Sousa, oficialmente, foi notificada a morte de um único operário. Contudo, a 'magia de momo' quis que visões de dezenas de outros cadáveres fossem registradas por olhos e ouvidos que se recusaram a ratificar a verdade oficial. (SOUSA, 2015)

Os relatos de um suposto massacre no canteiro de obras da Construtora Pacheco Fernandes Dantas, têm, como uma de suas fontes mais acessíveis, relatos expostos no documentário, de 1990, 'Conterrâneos velhos de guerra', do diretor Vladimir Carvalho e muitos artigos acadêmicos o utilizam como referência para suas narrativas.

Em 2009, a associação de moradores da Vila Planalto marca o local do incidente— nas cercanias da área original do acampamento da Construtora Pacheco Fernandes Dantas— com um cenotáfio em honra às vítimas oficiais do incidente e àquelas, invisíveis, contabilizadas pela memória coletiva da comunidade.

A lápide erguida, abaixo retratada (Fig.13), traz em seu epitáfio signos de memória, sacrifício, deslocamento e silêncios.

Figura 13 – Cenotáfio em homenagem às vítimas do 'Massacre da GEB', na Vila Planalto



Fonte: Museu da Democracia

Naquela altura, quando milhares de trabalhadores chegavam aos canteiros de obra da nova capital traziam consigo um histórico de miséria e inexperiência quase completa de ofícios modernos da construção civil.

Muitos vinham atraídos por promessas de ganhos exorbitantes e facilidades infinitas para a construção de uma vida próspera, alijando-os definitivamente de seu passado de

quase indigência em suas regiões natais. Relatos sobre essa realidade de fantasia, realidade e sofrimento estão registrados no documentário de Carvalho e em muitas entrevistas com pioneiros sob a tutela do Arquivo Público do Distrito Federal.

A receita de posteriores conflitos poder-se-ia enxergar aí, no choque do que se ambicionava (talvez ingenuamente) e do que realmente se encontrava ao chegar nas terras da futura capital. Para Luiz Sérgio Duarte da Silva, essa chegada podia desvelar um choque de realidades, de mundos e de modos de produção:

“Para o canteiro de obras no Planalto Central afluíram dois tipos básicos de mentalidades, pode-se dizer, dois mundos simbólicos concorrentes. O afluxo das populações do interior e das regiões mais pobres do país marcadas pela vida da pequena cidade e por uma cultura camponesa de raiz escravista, estruturada a partir dos ritmos da natureza, tributária da religiosidade sincrética e das formas de dominação tradicionais - estava aliando-se àquela não pequena parcela de planejadores e administradores. Os últimos eram oriundos de um outro mundo simbólico-de vertente urbana, cosmopolita, letrada, racionalizada. Eram campeões da civilização, novos bandeirantes, vindos na sua maioria do Rio de Janeiro, que tinham abandonado o conforto e a beleza da velha capital e iniciavam uma grande aventura no sertão” (SILVA, 2017, 19)

Sob a lente da câmera de Vladimir Carvalho, operários pioneiros da construção civil repetem histórias de caminhões carregados de cadáveres, valas incógnitas e corpos atirados às bases de prédios públicos — sem que tivessem tido a dignidade da companhia de um único pavio de vela aceso, para que se lhes velassem as almas.(CONTERRÂNEOS. . . , 1990)³

Quando a Torre de TV, no Eixo Monumental, desabrochou com seu frondoso tronco de aço, fios e transmissores, jamais se imaginou que suas raízes estivessem regadas com sangue e fertilizadas com os corpos de operários supostamente mortos no conflito ocorrido no acampamento da Construtora Pacheco Fernandes Dantas.

O quadro narrativo que se perpetuou, dezenas de anos após o sucedido, foi de um episódio cuja metodologia ‘estatística extraoficial’, faz do número de caminhões que circularam na área ,naquele domingo de carnaval de malas de roupas jamais resgatadas e de depoimentos que se foram transformando com o distanciamento temporal, como ferramental para a validação quantitativa das desgraças daquele dia.

Essas narrativas de morte, sepultamento, dor e memória coletiva, afeitos à construção da capital, são um exemplo contundente do conceito estabelecido por Michael Pollak de ‘memórias subterrâneas’.

Esse conceito propõe que as histórias não oficiais muitas vezes marginalizadas devem ser consideradas e apropriadas pela historiografia como elementos epistemológicos para a formação do discurso histórico em oposição à ‘memória oficial’ e ao discurso

³ As cópias disponíveis *on-line* desse documentário apresentam qualidade bastante comprometida. Observa-se, inclusive, a ausência de identificação de alguns entrevistados — mesmo personalidades consagradas, como Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, aparecem sem menção a seus nomes. Optou-se por referenciar a página da Associação Brasileira de Imprensa no YouTube, por julgá-la mais estável para consultas futuras de interessados na temática.

dominante. A história oral como ferramenta legítima para esse fim.

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à 'memória oficial', no caso da memória nacional. (POLLAK, 1989, 4)

Brasília surge em ápice ascendente de crescimento: promessas de modernidade, rejeição às formas barrocas e coloniais do passado. Era tempo de rupturas, não só na arquitetura como também nas artes—herdeiras do impulso modernista de 1922; o futuro viria com os automóveis e com curvas.

É nesta realidade ufanista ,e disruptiva de pós-guerra, que ressurgem ideias mudancistas. É necessário trasladar a sede administrativa da Nação para o centro do país e repactuar em ações os dispositivos constitucionais de antanho: Brasília, seu projeto, suas utopias, curvas ,mapas e um cemitério em espiral.

2 CAPÍTULO II: O CAMPO DA ESPERANÇA

Oficialmente o Cemitério Campo da Esperança nasce no dia 12 de setembro de 1960. Naquele dia, Brasília esperava celebrar a entrega de alguns equipamentos públicos importantes. A data tinha um especial peso para toda aquela turba de obreiros, engenheiros e gente que chegava à nova capital de todos os rincões do país: o presidente da República, Juscelino Kubitschek, completava 58 anos. O Correio Braziliense —que já circulava desde os primeiros dias da nova capital— azeitava suas rotativas tipográficas, a pleno vapor, como legítimo arauto das novas do Cerrado. A direção do jornal havia decidido que durante toda aquela semana o diário faria homenagem ao fundador da cidade, JK, o pioneiro número 1.

Ao se examinar as páginas do Correio Braziliense na semana natalícia do presidente, pode-se observar uma miríade de textos votivos, agradecimentos e felicitações das mais diversas ordens, categorias profissionais e empresas. De forma *sui-generis*, os votos de ‘feliz aniversário’ ao presidente da república disputavam cada centímetro com as notícias da cidade.

Havia muita coisa para se falar naqueles dias, notícias deveriam ser produzidas; contas deveriam ser prestadas sobre a inauguração de obras; anúncios de vendas de casas na W3 Sul; de piso sintético; sobre incêndios recalcitrantes que faziam arder barracos na Cidade Livre; restaurantes; anéis místicos. . . Há registro de tudo, menos da inauguração do Cemitério Campo da Esperança.

Por que macular aquela semana com uma notícia que poderia ser tão lúgubre? Não se sabe se proposital, ou por pura displicência, não se produziu uma linha sobre o nascimento do depositário da morte.

No mês anterior, dia 24 de agosto, o mesmo Correio Braziliense anunciava que o cemitério estava quase pronto para ser entregue e que, naquele momento já havia oito corpos sepultados por lá. Não se trata de uma matéria qualquer, trata-se de um documento histórico informal porque deixa claro sob quais diretrizes Lúcio Costa idealiza a necrópole da Asa Sul, com detalhes e minúcias não replicados nos documentos de então, só mais tarde descortinados no registro final e matrícula do espaço, realizados em 1973.

A leitura da matéria, como reproduzido, fac-símile, abaixo, (Fig.14) pré-supõe que Costa fora consultado como fonte para a redação do texto final.

Figura 14 – Correio Braziliense. Edição 107, 24 de agosto de 1960



Hemeroteca Digital do Arquivo Público Nacional

Estão lá detalhados os desejos de Lúcio Costa sobre sobriedade da construção; suas aspirações de trazer ao Brasil a modernidade elegante dos cemitérios-parque londrinos sem ostentação de construções tumulares, sem mausoléus, estátuas e nada que pudesse remeter ao passado cemiterial de cariz ibero-americano católico dos campos santos brasileiros. A ordem do dia para o Campo da Esperança deveria ser modernismo minimalista e funcionalidade, como se pode atestar na transcrição da matéria original abaixo:

Correio Braziliense — Brasília, quarta-feira, 24 de agosto de 1960. Edição 107

Será inaugurado no próximo dia 12 de setembro o “Cemitério Campo da Esperança” de Brasília.

Traçado segundo orientação de seu projetista, urbanista Lucio Costa, o cemitério está sendo construído no fim do Eixo Rodoviário Sul. Será todo ele gramado e convenientemente arborizados com sepulturas rasas, lapides singelas, à maneira inglesa, tudo desprovido de qualquer ostentação.

O Campo sagrado ocupará uma área de aproximadamente 3.500.000 metros quadrados e será cercado por muro definitivo, conservando a vegetação existente quando se tratar de árvores fornecedoras de sombra. Os arbustos mais fracos estão sendo derrubados.

A Novacap pretende entregar mais esta obra dentro do prazo pré-fixado, por isso, contratou firmas empreiteiras que estão construindo as capelas do cemitério, pois

este possuirá 20 delas, uma vez o velório não deverá ser feito nas residências e sim nestas capelas especialmente construídas para este fim.

Inicialmente serão entregues cinco capelas apenas, edificações já em fase de acabamento. Trata-se de um imóvel moderno e simples, inteiramente revestido de azulejos pretos. Cada capela tem uma área de cerca de 165 metros quadrados de construção e contém dois jardins (de frente e de fundo); uma sala de velório; uma sala de guarda de caixão funerário; instalações sanitárias e um terraço. Sobressai os imóveis, o arejamento das dependências e a iluminação, apesar de todo revestimento ser escuro. Além das capelas, o cemitério terá também uma pequena casa de lanches onde será servido café.

Esculturas Proibidas

De acordo com orientação do urbanista Lúcio Costa, 'com exceção das campas, lápides, pedras e cruzes especificadas não serão permitidas esculturas nem quaisquer formas de arquitetura funerária tais como mausoléus, monumentos, etc. Inclui-se nesse dispositivo as chamadas "quadras especiais" em que serão sepultadas personalidades a critério da Municipalidade".

O cemitério terá suas alamedas em forma de círculos que se fecham no centro, dando ao campo sagrado uma organização tal que todas as ruas levam ao centro do cemitério.

Terá três setores denominados letras A, B e C que serão formatados por quadras comuns especiais, além de áreas destinadas às cerimônias funerárias, a áreas de reservas e ao ossário.

As sepulturas serão construídas em lotes de 3 metros por 3 metros e não poderão receber mais do que três corpos abaixo do solo.

Ontem mesmo, o presidente substituto da Novacap, Sr. Segismundo de Mello, determinou providências para dotar o cemitério de telefone, luz e água encanada.

JÁ TEM 8 SEPULTURAS.

O "Campo da Esperança" apesar de ainda em construção, já guarda 8 corpos sepultados em rústicas covas. Um deles, junto à praça central do cemitério, foi o primeiro a ser instalado nele: trata-se do túmulo de Bernardo Sayão. Os demais corpos foram sepultados sem autorização, exceção feita ao do antigo empregado de Bernardo Sayão.

Ainda não foi calculada qual será a capacidade do cemitério, mas sabe-se que permitirá a instalação de milhares de sepulturas.

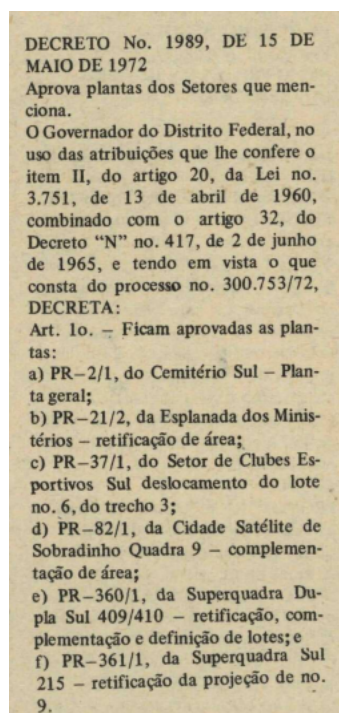
A forma pela qual serão entregues aos desejosos ainda não foi estabelecida, mas obedecerão critérios diferentes dependendo das posses dos requerentes.

1

A matéria traduz a essência do que Costa assinalou, com constatável laconicidade, no seu 'Relatório do Plano Piloto', quando foi econômico nas palavras sobre o cemitério, como se verá mais tarde.

Os trâmites de regularização do Campo da Esperança foram lentos. Sua planta, elaborada em 1971, pela extinta Coordenação de Arquitetura e Urbanismo (COAU), da Novacap, como se observa na reprodução da imagem original, abaixo (Fig.15), seguiu as diretrizes urbanísticas assentadas por Lúcio Costa e só foi aprovada pelo Decreto nº 1989 de 15 de maio de 1972.

¹ Algumas palavras foram corrigidas ou adaptadas para a ortografia atual da língua portuguesa. Contudo, optou-se em manter a estrutura das retranscrições da matéria, sem uniformização estilística do texto.

Figura 15 – Aprovação da planta do CE no DODF, em 1972.

Arquivo digital do Diário Oficial do Distrito Federal

Em 1985, a necrópole é incorporada ao patrimônio do Distrito Federal e também a sua matrícula geral lavrada no 'Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal'. Foi a partir desse documento, citado anteriormente, cujo número de matrícula é 50675, que esses detalhes puderam ser levantados. O número de matrícula de um imóvel é imutável, com o passar dos anos, conforme as modificações compulsórias se apresentam, averbações vão sendo anotadas ao cadastro e elas aparecem no 'prontuário' do Campo da Esperança:

A leitura do documento de matrícula cartorial, de 1985, descreve que o Campo da Esperança foi assentado em terras desmembradas do município goiano de Formosa. O documento também registra a transferência da posse do cemitério da Novacap para a Terracap, em 1984.

As plantas originais, elaboradas pela COAU, e não por Lúcio Costa, como se podia supor, foram anexadas ao processo. Outro número importante: a planta original é datada em 07 de outubro de 1971 e mencionada como 'Planta CE-s, PR-2/1'.

2.1 O seu nome é Esperança

A primeira menção, em documento público oficial, ao nome 'Campo da Esperança', dá-se em 1980, com a publicação do Decreto 5059, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal em 10 de janeiro de 1980— revogado—que versava sobre concessão de perpetuidade da posse de jazigos no cemitério.

Antes disso, todos os documentos e publicações consultados faziam menção ao espaço cemiterial do Plano Piloto como ‘Cemitério da Asa Sul’, ‘Cemitério de Brasília’, ou ‘Cemitério Sul’.

Apesar de já se ter consagrado como ‘Cemitério Campo da Esperança’, seu registro de assento original (Fig.16), e todas as averbações seguintes, não dão lugar a dúvida. Conforme registrado na matrícula nº 50675, no Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal, o seu ‘nome de batismo’ é simplesmente toponímico: ‘Cemitério Sul’.

Figura 16 – Recorte gráfico do registro da área destinada ao Cemitério Sul

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL

LIVRO 2 — REGISTRO GERAL

MATRÍCULA — REGISTROS E AVERBAÇÕES

MATRÍCULA 50.675 FICHA 01

MATRÍCULA Nº 50675.

IMÓVEL: Área Destinada ao Cemitério Sul, desta Capital, com as seguintes características: Situação:— Situa-se na Fazenda Bananal em terras desmembradas do Município de Formosa, ora incorporado ao Distrito Federal. Delimitação:— Partindo-se do eixo da via de ligação ERS/EI e com um afastamento aproximado de 24,00m, encontra-se a cerca do cemitério na estaca 10; daí, por esta abaixo com a distância de 1.159,587 metros, segue paralelo a via de ligação ERS/EI e as faixas Non Aedificandi até a estaca 13 passando pela curva 2; daí, segue-se descrevendo-se um arco circular com o desenvolvimento de 100,746 metros e raio de 646,983 vai até a estaca 15; daí, com o desenvolvimento 58,533 metros e raio de 653,328; vai até a estaca 16; daí, com desenvolvimento de 86,318

ANOTAÇÕES

Fonte: Acervo SEDUH/DF

Apesar das oficialidades, a partir da década de 1980, cemitério assume seu ‘nome social’, cuja origem está envolta em controvérsias, mitos e misticismo.

O cemitério é rebatizado extraoficialmente como Campo da Esperança, como sinônima para ‘Cemitério Sul’ e, com o passar do tempo e crescimento da população da capital, o primeiro suplanta o segundo no gosto dos brasilienses, mas não há registros oficiais que legitimem a escolha desse hagiopônimo², senão versões desconstruídas e mistificadas.

O que há de convergência entre elas é que seu nome é uma homenagem ealusão, a uma suposta escravizada e benzedeira que teria vivido nas terras do cemitério—naquela época, parte da Fazenda Bananal—e por lá terá sido enterrada: Dona Esperança. Essa narrativa, embora carente de suporte escrito, é uma manifestação da memória que resiste, pois “A oralidade é uma atitude diante da realidade e não a ausência de uma habilidade”. (VANSINA, 2010)

Em um ensaio apresentado na revista ‘DF Letras’, nº 47/50, extinta publicação da Câmara Legislativa do Distrito Federal, intitulado ‘A influência dos contos lendários nos nomes e lugares do Distrito Federal’, na seção folclore, Olímpio Ferreira Neto discorre sobre

² Local batizado em homenagem às figuras sagradas e santos. Substantivo formado a partir dos radicais gregos *hagio* (santo, sagrado); *topos* (terra) e *onimo* (nome).

a origem popular de nomes de locais e regiões de Brasília e boa parte de seu texto é dedicado ao Cemitério Campo da Esperança. (DF LETRAS... , 1998)

Segundo o autor, em algum momento entre os séculos XVIII e XIX, ‘metade do século decorrido entre 1700 e 1800’, mercadores de escravos saídos do porto de Salvador, com destino à cidade goiana de Luziânia, teriam deixado uma mulher negra escravizada no meiodo caminho por essa ter quebrado a perna e se mostrar incapaz de continuar a rota até seu destino. Uma escravizada cansada e de perna quebrada não teria valor comercial algum e era mais conveniente tê-la abandonado no meio do caminho. O autor diz que essa paragem seria a atual localização da Praça dos Três Poderes, no centro político da Capital Federal. Id., 1998

Na versão de Olímpio Ferreira, Esperança se radica na região sem jamais ter ido à Luziânia; constrói sua vida na área e se estabelece como benzedeira, angariando a simpatia da sua comunidade. Esse relato, que se contrapõe à fundação oficial do Estado, é um exemplo de como a história particular da figura esquecida resiste à narrativa da História oficial.

Segundo Ferreira, apesar de ter morrido de pneumonia, tinha hanseníase e, por causa disso, chamavam-na de ‘morfética’. Quando morreu nenhum terratenente, fazendeiro ou senhor de escravizados havia concedido à sua família licença para enterrá-la em propriedades próximas a seu assentamento. A permanência de detalhes sobre a doença e a segregação demonstra que a tradição oral prioriza o registro da exclusão social e dos papéis esquecidos:

Dona Esperança era muito querida pelos vizinhos, apesar dos preconceitos contra a doença que, já em estado adiantado, necrosava-lhe os membros, bem assim os lóbulos das orelhas e os dedos das mãos e dos pés. [...] Certo dia veio a pneumonia, com ela a descompensação, e dona Esperança morreu. [...] Na região não havia cemitério público, e nos campos-santos das fazendas próximas, o corpo da falecida não foi admitido devido à rejeição ao mal da hanseníase. [...] Por fim, alguém sugere sepultar dona Esperança na vargenzinha sempre verde, próxima da estrada real, no espigão vermelho. [...] Agora a alma da velha sepulta opera milagres, e o lugar em que seu corpo ficou enterrado tomou-se conhecido por Campo da Esperança. (DF LETRAS... , 1998, 28-29)

O drama da recusa de sepultamento e o subsequente milagre indicam uma “**função mítica**” da tradição, que transforma o local de abandono em um ponto sagrado. (VANSINA, 2010)

O jornalista e historiador de Brasília, João Carlos Amador corrobora essa história e acrescenta que “a cova onde a ex-escrava foi sepultada ficava na região da 916 Sul e ganhou fama de milagreira, sendo visitada por muitas pessoas. Em sua homenagem, o cemitério da nova capital ganhou o nome de Campo da Esperança.”(AMADOR, 2016)

Uma segunda hipótese, registrada no trabalho de conclusão de curso, da antropóloga Mirna Nazareth Machado Oliveira, oferece uma versão um pouco diferente da história, contudo o final é o mesmo: Esperança fora sepultada em lugar ermo a pedido dos terratenentes do Cerrado em tempo não identificado ao certo.(OLIVEIRA, 2018)

A antropóloga constrói seu raciocínio a partir de uma anedota publicada digitalmente, com base em tradição oral, cuja fonte não está mais disponível. Na inserção, Mirna ressuscita a hipótese de que, além de tudo, Dona Esperança pode ter sido líder quilombola e que, depois de defunta, passou a fazer milagres e até fazia chover. Id., 2018

O texto original não foi encontrado e é de autoria de Schneider Oliveira Melchior e foi publicado numa página hospedada no 'Portal Educacional', que já não mais existe. Sobre o autor, não se encontrou nenhuma referência acadêmica ou quaisquer outros trabalhos ligados à história do Cemitério Campo da Esperança, ou sobre a própria Dona Esperança, produzidos por ele.

As pessoas dela se afastaram com medo da doença altamente contagiosa. Dona Esperança passou a viver da caridade dos vizinhos, até morrer. Com sua morte, o problema ficou maior, pois os fazendeiros da região não aceitaram enterrá-la nos cemitérios que existiam dentro de suas propriedades. Eles tinham muito medo da moléstia e pensavam que a doença poderia contaminar as terras da fazenda. Conta-se que um fazendeiro, chamado Joaquim Guayano, mandou sepultá-la no Campo da Varginha, no Espigão Vermelho.

O lugar recebeu o nome de Campo da Esperança. A sepultura de dona Esperança começou a ser visitada por parentes, vizinhos e amigos. A notícia de que, depois de morta, ela fez milagres, propagou-se rapidamente por toda a redondeza. Quando ficou sem chover por muito tempo aqui na região, o povo se reuniu ao redor da cova dela para orar e grossos pingos de chuva caíram a cair. Os devotos voltaram para casa molhados da cabeça aos pés, mas com o coração cheio de alegria pela graça recebida pela milagreira dona Esperança. (OLIVEIRA, 2018, 31)

Esta, como todas as outras inserções sobre a personagem, atribuir-se-ão à mítica lastrada no poder da história coletiva cuja difusão, com passar dos tempos, usa a história oral como ferramenta epistemológica.

De fato, não há nenhum documento que corrobore qualquer versão sobre a existência de Esperança. Não há registros ,ainda encontrados, sobre ela e muitas possibilidades conflitantes vêm à luz nessas anedotas.

Na versão integral de Olímpio, Sayão e Israel Pinheiro teriam encontrado o sepulcro de Esperança na futura zona do cemitério e haviam, decidido ,ali mesmo e naquele momento, batizar o cemitério em sua homenagem. (DF LETRAS... , 1998)

Essa hipótese se choca com a de Amador que diz que seu corpo fora inumado na quadra 916 Sul, localizada *extra muros*. Este último dado é pouco crível, considerando-se que a distância entre a quadra 916 sul até os umbrais do Campo da Esperança é de ,aproximadamente, sete quilômetros.

Na época em que a Fazenda Bananal fora desmembrada para a construção da cidade, o plano piloto arquitetônico, desenhado por Lúcio Costa, já estava pronto e consolidado.

Na reprodução integral do texto de Schneider Oliveira— não encontrado— citado por Mirna Oliveira em seu trabalho, de 2018, o autor assevera que o assentamento de Esperança se situava no atual sítio da Praça dos Três Poderes. (OLIVEIRA, 2018)

É improvável que, entre os séculos XVIII e XIX, uma ex-escravizada idosa e debilitada

pela hanseníase, tenha falecido nas lonjuras do atual coração do Eixo Monumental, na Praça dos Três Poderes, e encontrado sepultura a 16 km de sua morada.

Atualmente, com toda estrutura moderna de pavimentos, caminhos e estradas de Brasília, esse trajeto, a pé, seria feito— segundo estimativa do Google Maps— pelo menos, em duas horas e meia de caminhada e, certamente, mais de uma hora com veículos movidos por tração animal.

Apesar das formalidades de batismo toponímico e das oficialidades, uma análise atenta a centenas de recibos e documentos de negociações de prestação de serviço funerário revela que no feriado de 1 de janeiro 1961, os registros de sepultamento realizados no cemitério da Asa Sul, já referenciavam o local de destino, dos primeiros cadáveres de Brasília, como 'Cemitério Campo da Esperança'.

2.2 Registros e recibos

No raiar do ano de 1961, dia 1º de janeiro, Brasília despertava da sua primeira celebração de Ano Bom. Dentro de três meses irá cumprir seu primeiro ano de fundação.

O Cemitério da Asa Sul tinha menos de 4 meses de haver sido inaugurado e um cabo da Marinha do Brasil, aos 27 anos, é sepultado no fim da tarde do Dia da Confraternização Universal.

Trata-se do corpo de Lázaro Viana, um homem preto e solteiro que havia falecido no extinto Hospital Distrital, onde fora socorrido em decorrência de uma lesão tronco cerebral causada por uma queda. O militar teve um enterro de primeira classe e seu óbito foi atestado por um tal Dr. Paulo.

A desdita de Viana, ainda muito jovem, aqui é só pano de fundo para corroborar um fato: apesar de nunca ter sido nomeado oficialmente, a guia de sepultamento deixa claro que o local de campa é o Campo da Esperança.

A cópia do registro de sepultamento de Viana, abaixo, (Fig.17) foi expedido pela Fundação das Pioneiras Sociais e a partir dele pôde-se traçar o perfil de um dos primeiros sepultados no Cemitério Campo da Esperança.

Figura 17 – Cópia digitalizada original, de 1961, destaca o nome 'Campo da Esperança' como local de sepultamento.

FUNDAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS
SERVIÇO FUNERÁRIO
DE BRASÍLIA

Nº 365

GUIA DE SEPULTAMENTO N. (Foi feito exame de laudo cadavérico.)
De acordo com a certidão de óbito junto, pode ser inhumado o
cadáver de LAZARO VIANA
Cabo da Marinha
Nacionalidade Brasileira
Estado Solteiro
Idade 27 anos
Sexo masculino
Cor Preto
Localidade Hospital Distrital
Causa Mortis Infarto coronário (queda)
Classe do enterro 1º Classe
Atestado Médico Dr. Paulo
Sepultura
Brasília, 1º de Janeiro de 1961
Chefe do S. F. B.

Fonte: Subsecretaria de Assuntos Funerários, Secretaria de Justiça do Distrito Federal

A atual empresa concessionária declarou, em resposta ao questionário enviado, que o nome 'Campo da Esperança' só passa a ser mencionado dessa maneira, a partir de 1999 por decretos oficiais.

No entanto, observou-se que, anteriormente, de forma oficial, o cemitério já é referenciado dessa forma desde 1980 e por toda a população do Distrito Federal. Não obstante, seu 'nome de registro', seja Cemitério Sul, como já visto.

Os documentos de sepultamento dos primeiros anos do Campo da Esperança estão sob a tutela da Subsecretaria de Assuntos Funerários da Secretaria de Justiça do Distrito Federal. Contudo, até o momento das visitas à sede do órgão, não havia nada mais do que contratos e recibos de transações de sepultamento. O livro de registros oficial, de inumações e exumações, da década de 1960 não foi encontrado em lugar algum.

2.3 Controvérsias

Apesar de o cemitério haver sido inaugurado, como dito acima, em setembro de 1960, de fato, o equipamento público começou a operar com o enterro de Bernardo Sayão e seu motorista, em janeiro de 1959.(SÁ, 2023)

O construtor do Cemitério Campo da Esperança, o engenheiro e, na altura de seu falecimento, vice-governador do estado de Goiás, Bernardo Sayão, foi o primeiro defunto

sepultado ali. Sayão foi atingido por um tronco de árvore enquanto dormia em sua barraca, nas cercanias de Imperatriz, no Maranhão, dia 15 de janeiro, durante a finalização das obras da rodovia Belém-Brasília.

Quando o corpo do engenheiro chegou à cidade, o cemitério nem mesmo havia se constituído formalmente, como se pode deduzir na leitura de um trecho publicado na revista Brasília, de janeiro, daquele ano de 1959. “O cortejo seguiu até o local onde será construído o cemitério da futura capital, onde foi sepultado o grande extinto”.(O BANDEIRANTE. . . , 01/1959)

Quando Bernardo Sayão morreu, tecnicamente não havia nenhuma infraestrutura receptiva na área reservada ao cemitério, era tudo mato, algo muito semelhante às trilhas de caminhada ou caminho rurais.

Para completar o quadro inusual, seu motorista, ao tomar ciência da morte do patrão, teve um ataque cardíaco e morreu. O tumulo de José Segundo está, deduz-se, a poucos metros da morada final de seu patrão, Bernardo Sayão. Id., 01/1959

Quando o projeto-piloto da construção da nova capital foi entregue à Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), em 1957, pelo urbanista Lúcio Costa, havia lá o registro de que uma capital nova e moderna contemplaria cemitérios à moda inglesa, sem segregação de origem, formação, gênero ou etnia. Não se pode afirmar, mas pode-se deduzir que a cabeça do urbanista gestava, naquela altura, uma cidade, além de moderna, igualitária. No item 19, em seu Relatório do Plano Piloto ele diz:

Os cemitérios localizados nos extremos do eixo rodoviário-residencial evitam aos cortejos a travessia do centro urbano. Terão chão de grama e serão convenientemente arborizados, com sepulturas rasas e lápides singelas, à maneira inglesa, tudo desprovido de qualquer ostentação³. (LÚCIO COSTA, 2018)

Hoje, mais de 60 anos após a sua inauguração, o Cemitério Campo da Esperança é tal e qual a sociedade que lhe alberga: desigual, sectário, estratificado e setorizado.

Há certas implicações do meio físico e social que marcam e diferenciam as necrópoles. Todo o complexo sociológico e a periodização histórica chegam e se depositam nos cemitérios. Tais consequências não economizariam Brasília, por maior que tenha sido a preocupação dos planejadores.

Apesar dos desejos do urbanista Lúcio Costa de fazer do Campo da Esperança um cemitério democrático numa utopia *post-mortem* que, como se pode observar em qualquer visita à necrópole, não se concretizou mais de seis décadas após havê-lo idealizado.

O modelo anglo-saxônico de cemitérios, que é adotado aqui, usando-se uma interpretação livre e despretensiosa do que diz Norbert Elias, em seu livro *A Solidão dos Moribundos*, funciona como uma tentativa de higienização da própria morte, de afastamento de seus símbolos lúgubres ligados à ideia do morrer, à medida que oferece à sociedade uma imagem menos iconoclasta e espectral como àqueles, à moda europeia, amplamente difundidos em território nacional.

³ Trecho parcial, originalmente inserido no início do capítulo dois, repetido propositalmente.

Tal 'higienização' desprestigia adornos nas sepulturas brasilienses, sobretudo daquelas com marcadores sociais assinalados pela própria geografia cemiterial. O signo de distinção é encontrado nas letras, frases e versos dos epitáfios que marcam glórias, pedem preces e enaltecem falecidos pioneiros no Campo da Esperança.

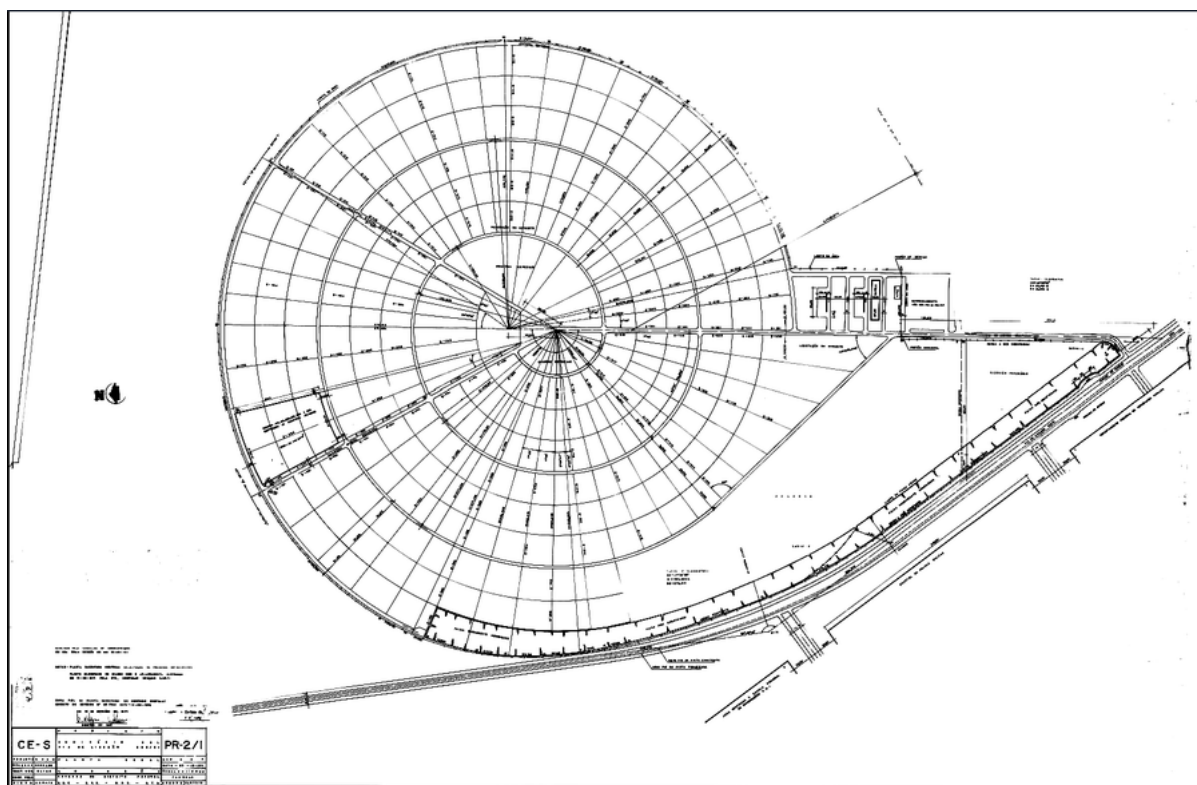
2.4 A Espiral Sinistrogira

A história da construção do Cemitério Campo da Esperança já guarda em sua gênese alguns pontos *sui generis*, uma planta heterodoxa ,em formato de espiral, e especulações de várias ordens. (AMADOR, 2016)

Não há registros conclusivos ou críveis disponíveis sobre o porquê da escolha pelo modelo espiralado para construção do Campo da Esperança, mas, a partir de análises de outras plantas espiraladas de cemitérios parques, supõe-se que seu desenho siga uma lógica de maximização de espaços, lóculos para sepultamentos.

O Cemitério Campo da Esperança da Asa Sul é uma espiral sinistrogira. Isso quer dizer que seu curso radial se dá em sentido anti-horário; da direita para a esquerda, conforme aponta sua planta, de 1971 (Fig.18).

Figura 18 – Planta do Cemitério Campo da Esperança, 1971



Fonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal

Antes mesmo de seu nascimento como cidade, Brasília já demandava por locais

para o sepultamento de seus mortos um caudal de pessoas, oriundas de diversas partes do país. Eram os pioneiros da construção civil, os candangos em terras que, naquela altura, ainda não compunham seu futuro raio urbanístico.

Muitos dos que tombavam sobre o solo vermelho da terra prometida, da marcha para oeste, das reminiscências difusas da Missão Cruls sob centenas de consciências do Planalto Central, eram sepultados no antigo cemitério de Planaltina, hoje desativado.

Alguns se dissiparam por cidades vizinhas e houve os que se precipitaram sobre a terra, ainda virgem e pagã do sangue e das almas, nas terras que conformam o Cemitério da Asa Sul, hoje Cemitério Campo da Esperança de Brasília, no limite geográfico sul do Plano Piloto. Antes de 1960, ano de sua fundação oficial, vida e morte no grandioso canteiro de obras se completavam.

Há algumas histórias sobre a construção da capital que apontam que, além de Planaltina, muitos cadáveres foram trasladados para Goiânia e Taguatinga, para correspondentes inumações, e que um número considerável de vítimas da construção da cidade hoje está amalgamado ao concreto das colunas que sustentam grandes edifícios da administração federal. (CONTERRÂNEOS... , 1990)

Ou seja, conforme tombavam em serviço, do alto de seus andaimes, eram misturados ao cimento fresco e 'concretados', porque a obra jamais podia ser interrompida em resposta a um prazo exíguo para a edificação de um conjunto monumental de edifícios e instalações que se conformariam como a nova capital do Brasil. Id., 1990

Embora tal afirmação permeie o imaginário dos curiosos e pesquisadores sobre a construção de Brasília, não há, até agora, nenhuma prova documental definitiva que ratifique esses acontecimentos, conforme conteúdo de matéria do Correio Braziliense, alusiva ao aniversário da cidade, publicada no dia 24 de abril de 2018. (PORTAL G1 DISTRITO FEDERAL, 21/04/2018)

O que há é o registro abstrato e impreciso do depoimento de alguns pioneiros, reproduzidos por jornalistas e historiadores e, por isso mesmo, caracterizados como elementos indícios, mas igualmente valorosos na construção da mística e narrativas ao redor dos primeiros anos da construção da nova capital no Planalto Central da República.

2.5 Subdivisões, números e prestígio

Dos seis cemitérios em operação no Distrito Federal, é o Campo da Esperança, na Asa Sul, que goza de maior prestígio e o maior de todos.

Segundo dados repassados pela concessionária que administra a necrópole, em 2023, são mais de 1,2 milhões de metros quadrados de área disponível subdivididos entre quadras que, por sua vez, estão inseridos em uma espiral gigantesca albergando mais de duzentos mil sepultamentos.

Essa 'necroespiral' guarda ainda áreas segregadas e autônomas como o Cemitério

Israelita, o Cemitério Islâmico, além da Praça das Autoridades e as quadras reservadas aos sepultamentos dos migrantes pioneiros e seus descendentes. São essas duas últimas o recorte espacial desse trabalho de pesquisa.

A imagem captada por satélite (Fig.19), permite observar as divisões radiais da espiral e a predominância de área arborizada na zona mais antiga do cemitério.

Figura 19 – Vista aérea do Campo da Esperança capturada por satélite



Fonte: Google Earth, 2023

2.6 Outras 'necroespirais' e a geometria sagrada

Tudo pode ser lido e decodificado em conformidade a um letramento prévio do sujeito observador. Pirâmides, espirais, cristais de quartzo enormes, em construções e praças; plano em cruz, que posteriormente se amalgamou à figura de uma aeronave; dezenas de seitas e movimentos religiosos. Muito em Brasília inspira ao observador um olhar aberto aos vieses semióticos e essa afirmação se embasa na quantidade significativa de signos não linguísticos expostos nas avenidas, edificações e equipamentos públicos da Capital do Novo Milênio

Prevista supostamente, em uma visão metafísica, dezenas de anos antes do seu surgimento no cerrado sul-americano, pelo padre salesiano Dom Bosco posteriormente canonizado santo pela Igreja Católica e registrada em suas memórias biográficas pelo seu assistente, Padre Lemoyne, em 1883, Brasília sempre esteve envolta em controvérsias

sobre sua gênese. Nas previsões proféticas de São João Bosco, ele antecipa a criação de uma cidade moderna e pioneira, um local de prosperidade e fartura.

“Entre os graus 15 e 20 havia uma enseada bastante longa e bastante larga, que partia de um ponto onde se formava um lago. Disse então uma voz repetidamente: -Quando se vierem a escavar as minas escondidas no meio destes montes, aparecerá aqui a terra prometida, de onde jorrará leite e mel. Será uma riqueza inconcebível.” Lemoynes (1935)

Não se pode dizer por que Lúcio Costa terá escolhido a espiral como forma constitutiva para o cemitério da Asa Sul, em Brasília, assinalando quaisquer posicionamentos místicos, ou se terá sido, somente uma oportunidade encontrada para aproveitamento do exíguo espaço no final daquela área. Nenhum relato sobre isso, até agora, foi encontrado no curso dessa pesquisa.

Contudo, pode-se registrar que a Capital, ainda hoje, polariza uma série de construções com características arquitetônicas afeitas às formas geométricas que suscitam leituras polissêmicas, a partir da observação e decodificação de seus sentidos imagéticos por sujeitos sociais diversos.

Em 21 de outubro de 1989, a Legião da Boa Vontade, entidade filantrópica de viés místico-ecumênico, inaugura em área praticamente contígua ao Cemitério Campo da Esperança da Asa Sul, o Templo da Boa Vontade.

Trata-se de complexo grande, revestido em mármore branco cuja característica mais marcante é sua pirâmide com sete lados encimada por uma pedra de cristal com mais de 20 kg, em seu pináculo. Segundo a entidade, essa é a maior pedra de cristal de quartzo puro do planeta.

Da base do pináculo, 21m acima, guarnece imponente, logo abaixo de si, uma espiral dupla, em preto e branco (Fig.20). São tonalidades complementares e intimamente imbricadas nos seus caminhos de entrada e saída, uma trilha de expurgo e renovação.(TEMPLO. . . , 2023)

Figura 20 – Espiral do Templo da Boa Vontade

Fonte: Imagens de divulgação sítio oficial do Templo da Boa Vontade

Coincidência ou deliberação, ambas espirais estão separadas por poucos metros (Fig.21) e a intimidade geoespacial dessas duas espirais brasileiras é tão confluyente que a região cemiterial pode ser confundida como área contínua do Templo da Boa Vontade ou vice-versa. Bem ali, ao lado estão pequenas lojas de riscadores de pedras de mármore ou pequenos produtores de placas póstumas em metal para identificação tumular e finalidades de epigrafia fúnebre. Convergência de vida e morte.

Poucos metros adiante, pode-se ver a pirâmide heptagonal do Templo da Boa Vontade, logo abaixo dela se avizinha outra espiral.

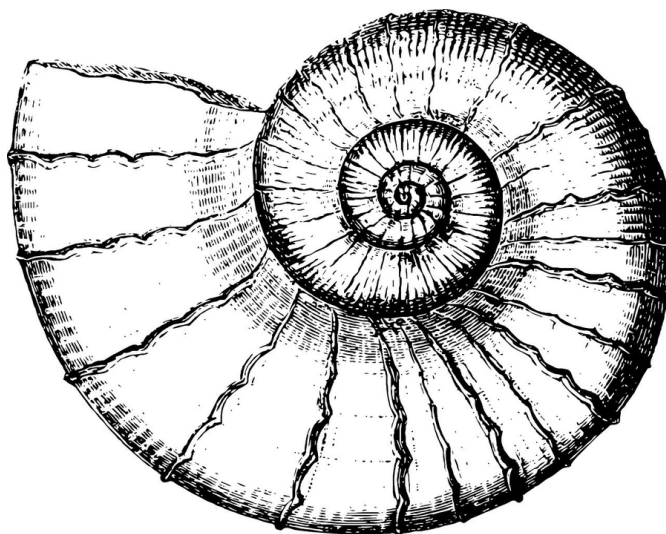
Figura 21 – Vista da entrada do Campo da Esperança com destaque para quiosques que prestam serviços de marmoraria e 'riscagem' de pedra.



Fonte: O Autor

O desenho em espiral, em torvelinho, está presente nas mais diversas manifestações da natureza sendo registrado por populações diversas ao longo da história. Atestam-se espirais visualmente perfeitas nos redemoinhos d'água, na fúria dos ciclones e furacões, nas galáxias, nos caracóis (Fig.22) e nos chifres de mamíferos como cervos e ovelhas.

Esse formato geométrico também se repete nas caudas recolhidas de camaleões e na localização de diversas sementes do girassol que se projetam para fora em dois grupos espiralados, um em sentido horário e outro em sentido anti-horário.

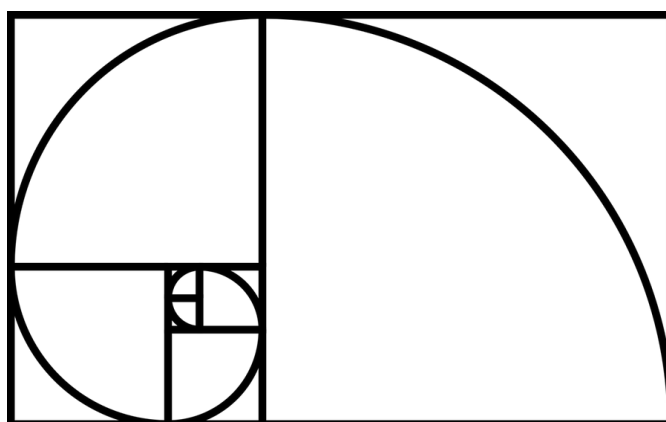
Figura 22 – Concha de caracol cortada longitudinalmente

Fonte: Emmie Norfolk, Banco de Imagens Pixabay, sob licença de uso livre não comercial

Os arquétipos manifestam-se como estruturas psíquicas quase universais, inatas ou herdadas, como uma espécie de consciência coletiva; exprimem-se através de símbolos específicos, carregados de uma grande potência energética. Desempenham um papel motor e unificador considerável na evolução da personalidade. (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2015, XIX)

O estudo da espiral como signo natural e suas repetições e derivações fora popularizado a partir da sequência numérica descrita por Leonardo Fibonacci, na Idade Média (476 d.C - 1493 d.C). Atribui-se a essa forma geométrica a organicidade em padrões matemáticos presentes em minerais, animais e vegetais.

A observação do matemático italiano dá lastro conceitual ao que se propagou como 'Sequência Fibonacci', como se vê abaixo (Fig.23).

Figura 23 – A Espiral de Fibonacci

Fonte: Nicolás Damián Visceglia, Banco de Imagens Pixabay, sob licença de uso livre não comercial

A Espiral de Fibonacci explicita, na representação do corte longitudinal da concha do caracol, seu ápice das proporções matemáticas sequenciais que podem ser decodificados

como signos de beleza, simetria e misticismo.

Não foram encontradas referências, durante as pesquisas para esta dissertação, menções sobre plantas arquitetônicas de cemitérios integralmente espiraladas, exatamente, como a do Campo da Esperança, uma espiral quase perfeita.

No entanto, outras construções pelo mundo que atendem, parcialmente, a alcunha de necrópoles espiraladas ou em curva. A primeira delas é o cemitério londrino *Paddington Old Cemetery* (Fig.24); o outro, é o Cemitério *Puente al Paraíso*, no México (Fig.25) e o Cemitério Morumby, em São Paulo (Fig.27).

O cemitério londrino nasceu em 1856, na era vitoriana, logo após a construção de outros grandes cemitérios, atendendo às diretrizes do *Burial Act*, de 1852, que regulava a ampliação do número de cemitérios com intuito de extinguir o sepultamento em igrejas e seus adros. (HM GOVERNMENT, 1852)

O *Paddington* não é uma espiral, mas foi projetado como uma ferradura, que poderia ser aceita como uma espécie de precursora do projeto espiralado do Cemitério Campo da Esperança. (FRIENDS, 2023)

Figura 24 – A 'quase' espiral do *Paddington* em sua planta, 1852, à esquerda, e imagem de satélite atual



Montagem do autor a partir da reprodução do mapa original do Paddington Cemetery e de captura de foto de satélite, pelo Google Earth, 2023.

O Cemitério mexicano *Puente al Paraíso* é uma espiral colorida e com muitos

edifícios tumulares *sui generis*. Este espaço cemiterial está incorporado a um complexo turístico mexicano chamado *XCaret*, em Cancun, e é composto por réplicas de túmulos que celebram a relação maia com a morte e foi concebido em 2014, com 365 túmulos dispostos em espiral.

Trata-se de uma emulação de um cemitério ,com cópias de sepulturas das cercanias da Península do Yucatan, de falecidos políticos e artistas mexicanos, onde cada uma representa um dia do ano. O *Puente al Paraíso* está inserido na dinâmica comercial de Dyonização e mercantilização das simbologias e dos ritos sagrados da morte ,pré-hispânica (maia), no México e dos descendentes de seus povos originários.(KHAFASH, 2016)

De acordo com *site* da empresa mantenedora do complexo turístico, o formato do 'cemitério' se remete aos contornos da concha de uma espécie de caracol marinho, náutilos, usada pelos povos pré-hispânicos maias, como instrumento de sopro para comunicação com seus deuses e que serviu, centenas de anos, como inspiração ao matemático Leonardo Fibonacci para a elaboração de formatos espiralados como elementos geométricos endêmicos na natureza. Pode-se considerar que o *Puente al Paraíso* é, portanto, um complexo de cenotáfios, dado seu caráter representativo , com réplicas de túmulos reais.(XCARET - MÉXICO, 2023)

Figura 25 – Vista do cemitério fictício honorífico *Puente al Paraíso*



Fonte: Imagens retiradas do sítio oficial do Parque Aquático Xcaret

Há outro cemitério que também ostenta uma espiral em seu desenho, porém não de forma nativamente constitutiva, senão um esquema paisagístico composto de vários ciprestes plantados ao longo de uma espiral viva.

Trata-se do *Cementerio de Sax* (Fig.26), localizado em Alicante, ao sul da Espanha.

Figura 26 – Vista de satélite do Cemitério de Sax, com destaque para sua espiral de ciprestes.



Fonte: Google Earth, 2023

Segundo o filósofo e antropólogo francês, Jean Chevalier, em sua obra referencial para o entendimento dos símbolos, a espiral tem interpretação semiótica convergente, salvando-se algumas especificidades, em culturas distintas com diversos grupos étnicos mundo afora. A convergência consiste na alusão de ciclos de vida que se enxergam, nos caminhos contraditórios de entrada e saída, paralelos, contíguos e complementares.

É este, aliás, o sentido da caminhada na espiral dupla do Templo da Boa Vontade, expurgo e renovação. O errar eterno do espírito desencarnado por caminhos de entrada e saída, para o aqui e para além. “Representa também o Céu, e, ainda, a peregrinação cíclica das almas, encarnadas, desencarnadas e reencarnadas sucessivamente”(CHEVALIER; GHEERBRANT, 2015).

Não há exegese mais oportuna para aplicabilidade da espiral do Campo da Esperança do que essa.

2.7 Modelo Híbrido

Mesmo tendo sido idealizado como cemitério parque por Lúcio Costa, conforme visto em seu relatório, o Campo da Esperança não assume esse modelo nos seus primeiros sepultamentos.

As quadras dedicadas aos sepultamentos dos pioneiros e de seus herdeiros, bem como as sepulturas da Praça das Autoridades e das alas reservadas às inumações de judeus e muçulmanos que funcionam com dinâmica própria de cemitérios autônomos macularam, por fim, qualquer intento de harmonia arquitetônica baseada no padrão e na homogeneidade estética, previstos por Costa na altura da entrega de seu Plano Piloto no concurso de 1956.

A partir de 2002, em atendimento às determinações legais às quais empresa concessionária passara a submeter o Cemitério Campo da Esperança, bem como a necessidade pragmática de aproveitamento maximizado do uso do solo, estão proibidas construções novas com sepulturas e lápides, excetuando-se às sepulturas erguidas nas áreas descritas acima.

Além delas, toda espiral geométrica é preenchida por túmulos somente adornados com uma placa identificadora, somente com espaço para o nome do defunto e suas datas de nascimento e decesso, ao rés do chão. Nada de epitáfios.

O Campo da Esperança é, de fato, um complexo cemiterial de modelo paisagístico/arquitetônico híbrido, com predominância da estética de parque ou jardim, contudo há construções tumulares tradicionais, embora com altura inferior às sepulturas de cemitérios seculares espalhados pelo Brasil.

O modelo de sepultura construído para Bernardo Sayão evidencia a ruptura do referencial paisagístico que se havia idealizado para o cemitério da nova capital. Na verdade, não foi erguido um túmulo monumental como guardião de seus despojos, senão uma sepultura revestida de mármore que não remete em nada às placas discretas postas sobre a grama dos cemitérios que inspiraram as ideias de Lúcio Costa para o primeiro cemitério da capital. Como observado pelo pesquisador baiano Clarival Prado Valladares, em 1972:

A lápide de Bernardo Sayão deu início à necrópole e se fez protótipo. Isto é, instituiu um modelo de campa, no qual a grandeza só dispõe de uma via para revelar - se que é a do leito da epígrafe. Assim entendo a nota dominante deste cemitério que parece estar na preocupação e no hábito do fluxo fraseológico das inscrições. Há epígrafes que condensam texto biográfico e a respeitabilidade do morto, dando a Brasília mostras de famílias fixadas, com perspectiva de nobilitação. ⁴(VALLADARES, 1972, 1122)

Em 22 de julho de 1967, o pesquisador baiano, Valladares, pioneiro nos estudos cemiteriais brasileiros, visitou o Cemitério Campo da Esperança—naquele momento chamado de Cemitério de Brasília ou Cemitério da Asa Sul—quando, ainda, corria o Brasil coletando e compilando dados para o que viria a ser o *Magnum opus* para gerações de pesquisadores de cemitério no Brasil. Trata-se da publicação, em dois tomos, de 'Arte e Sociedade nos Cemitérios Brasileiros'.

⁴ Mantida a grafia original registrada na publicação.

2.8 Cemitério-parque?

Os cemitérios-parque, muitas vezes chamados de cemitérios-jardim, são o contraponto das nações anglo-saxônicas aos cemitérios latinos, de origem católica, do Sul da Europa, geralmente monumentais. Emergem como tipologia cemiterial, sobretudo no Reino Unido e Estados Unidos, no final do século XIX e se propagam no século XX como resposta, moderna e asséptica, às reformas higienistas em prol da salubridade urbana e pela secularização acelerada dos cemitérios, naquela altura.

Neste universo de autoidentificação tipológica há controvérsias: pelo menos, três cemitérios importantes do Brasil reclamam para si o título de primeiro cemitério-parque do país: O Campo da Esperança (1960), de Brasília, com construção, projeto paisagístico amplamente conhecido; o Cemitério Morumby, no bairro do Morumbi (1965), (Fig.27) na capital paulista e o Jardim da Paz (1968), também em São Paulo.

O paulistano Morumby, além de ser um cemitério-parque, converge com o Campo da Esperança com mais duas características. Ambos são cemitérios da década de 1960 e adotam modelos de disposição espacial em anéis concêntricos estruturados a partir do núcleo central.

Ressalta-se que o Morumby possui várias áreas em círculos ,ou semicírculos, numa proporção muito menor à colossal área ,em espiral única, do Campo da Esperança.

Figura 27 – Fotografia de satélite do Cemitério Morumby, em São Paulo



Fonte: Google Earth

Caracterizam-se pelo bucolismo deliberado com área dispersa em grandes glebas ,predominantemente gramadas. Sua tipologia já descortina a sua obviedade conceitual: são

cemitérios que mimetizam a atmosfera paisagística e ambiência geoespacial de parques públicos.

No Brasil, esses equipamentos costumam ser administrados por empresas privadas ou concessionárias de exploração de serviços cemiteriais, como o Campo da Esperança, em Brasília.

O Art. 2º da Lei n.º 2.424 — “que dispõe sobre a construção, o funcionamento, a administração e fiscalização de cemitérios e a execução dos serviços funerários no Distrito Federal” — diz que “Os cemitérios do Distrito Federal são parques públicos, invioláveis, de utilização reservada e de caráter secular.” (BRASÍLIA, DF, 1999)

O Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), em sua Resolução nº 335, de 3 de abril de 2003, caracteriza cemitério-parque ou jardim da seguinte forma :

é aquele predominantemente recoberto por jardins, isento de construções tumulares, e no qual as sepulturas são identificadas por uma lápide, ao nível do chão, e de pequenas dimensões. (BRASIL, 2003)

O Cemitério Jardim da Saudade (Fig.28), no Bairro da Paciência, na cidade do Rio de Janeiro , enquadra-se no modelo tipológico preconizado pelo Conama, como visto na imagem abaixo.

Figura 28 – Cemitério-parque Jardim da Saudade, Paciência, Rio de Janeiro



Fonte: Wikimedia

Stricto sensu, este modelo de cemitério se caracteriza por sepulturas totalmente no subsolo com placas padronizadas, sem distinção estética entre as campas, exceto os

nomes dos jazentes e datas de nascimento e decesso.

Apesar disso, há historiadores que aplicam esse conceito de forma mais elástica e calcada na tradição dos primeiros cemitérios de mesma natureza arquitetônica e conceitualmente mais próxima dos parques do mundo dos vivos, com bosques, fontes e monumentos etc.

É o que diz a historiadora Maria Elizia Borges no ‘Guia histórico de verbetes sobre a morte e o morrer’:

Os cemitérios parques se localizam em áreas arborizadas com caminhos e avenidas sinuosas ladeadas com monumentos funerários organizados nas quadras, conforme o gosto anglo-saxão. Possuem serviços de suporte como capela, crematório e columbário, como o Cemitério Forest Hills (1848), de 275 acres, com entrada do estilo da Era Vitoriana, na redondeza da cidade de Boston (Estados Unidos). (BORGES, 2022, 60)

A conceituação estabelecida pelo Conama é restritiva e eliminaria o Campo da Esperança, e muitos outros cemitérios com lápides baixas, do seu rol tipológico e contrasta com conceitos tradicionais estabelecidos por historiadores, arquitetos e paisagistas, como visto acima. Id., 2003

2.9 Diversidade de narrativa histórica

O Campo da Esperança abriga as tumbas de muitos personagens que fizeram história na Capital em diversas áreas de atuação, como políticos, artistas, diplomatas e aquelas que atraem pessoas, não somente do Distrito Federal, para o interior do maior cemitério da cidade pelo magnetismo da mística criada em volta deles.

Judeus e muçulmanos, além dos pioneiros e ‘autoridades’ têm alas específicas dentro da necrópole do Plano Piloto, com regras próprias de solenidade funerária e sepultamento.

É provável que o número e a estilística dos epigramas disponíveis no Campo da Esperança estejam diretamente associados à simplicidade geral de seus túmulos, de suas pedras tumbais e campas, respeitando uma relação compensatória.

Como já foi dito, esse campo santo é um cemitério-parque. Isso quer dizer que, o seu padrão arquitetônico privilegia túmulos baixos ou ,simplesmente lápides, placas metálicas, no chão com simples identificação do sepultado.

Essas últimas dificilmente apresentam quaisquer inscrições, além dos registros cronológicos de nascimento e morte, mas, nos túmulos mais antigos —destacadamente nas quadras reservadas aos pioneiros e autoridades —é perceptível uma quantidade maior de campas cujas inscrições são mais elaboradas.

Essa relação entre simplificação arquitetônica e maior sofisticação da escrita tem registro histórico na Grécia Clássica. Segundo Rosa Ostos Mariño e Antonio Espinosa Ureta ,durante a administração de Demétrio de Faleros, entre 317 a 307 a.C, em Atenas, uma de suas primeiras determinações administrativas foi a proibição de edificações de grande porte

e excessivamente adornadas nas necrópoles atenienses e isso, segundo os estudiosos andinos, terá gerado como consequência um desenvolvimento notável dos epigramas tumulares. Trata-se das Leis Suntuárias, cujo teor será novamente problematizado no Capítulo III.

Como nos textos, a iconografia funerária foi ficando cada vez mais detalhada e completa. Assim, de uma simples utilização de elementos decorativos nas pedras funerárias, passou-se a elaboradas representações do defunto (cenar de sua vida, circunstâncias de sua morte etc.) que dialogavam, em muitos casos, com os textos registrados nas lápides. Essa evolução, que continuou até ser substituída pelas estátuas funerárias por parte das famílias endinheiradas, viu-se comprometida, no século IV antes de Cristo, por causa de uma determinação de Demétrio de Faleros, que ordenou limitar a suntuosidade das sepulturas gregas, permitindo-se o uso, unicamente, de estelas funerárias e de pequenas colunas que não necessitassem de nenhum elemento ornamental. [...] Não é difícil compreender que isso terá contribuído para o decisivo protagonismo do epigrama como meio privilegiado para honrar e perpetuar a memória do defunto⁵. (MARINHO; URETA, 2015, 26)

O principal cemitério da Capital Federal se desdobra em outros subcemitérios com alguma autonomia administrativa no que diz respeito à autorização e controle de venda de espaços para sepultamentos.

Brasília nasceu para ser moderna e pioneira e, por isso mesmo, foi erguida sem ser tributária das necrópoles neobarrocas das antigas e senhoriais capitais brasileiras.

A ruptura com os modelos de necrópoles tradicionais implicava sepultar seus dignitários com simplicidade e em sepulturas no chão. Os cemitérios estilo parque ou jardim são sóbrios, quase sem lápides e mausoléus.

O esplendor dos ritos fúnebres do passado, não obstante, à mudança das práticas contemporâneas, constrói uma história peculiar de inumação, estética e ritos fúnebres no cemitério-parque.

Além dos vieses de escolha de modelo arquitetônico, o elemento distintivo no Campo da Esperança é a segregação espacial e social na necrópole brasiliense.

No cemitério brasiliense, atribuiu-se a determinados grupos honrarias e mesuras, cujo verniz social funciona como elemento construtor da identidade capitalina.

Os epitáfios desses espaços segregados das quadras reservadas ao sepultamento dos pioneiros e autoridades explicitam honrarias e, mais do que isso, epopeias daqueles que chegaram às terras do Planalto Central desejosos de mudança e prosperidade. (OLIVEIRA, 2016)

Assim como no mundo dos vivos, as necrópoles são cambiantes como equipamentos públicos dinâmicos. Mudam de forma, crescem-se de novos túmulos, desfazem-se de outros, transforma-os noutras tumbas, mausoléus ou cenotáfios.

Muitos epitáfios analisados no Campo da Esperança contam histórias de vida sustentadas por narrativas breves de migração, luta, sucesso e distinção social a partir da ocupação

⁵ Trecho traduzido pelo autor a partir do original em espanhol.

de cargos públicos. Uma emulação brasiliense do 'mito fundador', do novo bandeirante, desbravador dos sertões de Goiás.

Do ponto de vista da edificação, não há nada opulento como as construções em mármore que mimetizam pequenos palácios ao gosto francês ou italiano, estátuas magníficas adornadas de anjos ou ninfas jazentes sobre túmulos, como atesta Maria Elízia Borges em seu trabalho de pesquisa no Cemitério de Ribeirão Preto, interior de São Paulo. (BORGES, 2017)

Aqui não há mausoléu algum. Nenhuma agulha se sobressai no cume de qualquer simulacro de igreja gótica. Não há anjos rechonchudos a adornar estelas funerárias; dos portões com ampuhetas aladas aqui não se têm registro.

2.10 Reminiscências Legais

Os sepultamentos no Brasil são regulados desde sempre. Quando a primeira caravela cabralina ancorou no litoral da Bahia, em 1500, o Reino de Portugal e dos Algarves — e dependências de ultramar—já regulava os procedimentos de inumação por meio do Direito Canônico, das Ordenações e, a partir do século XVIII, de manuais práticos como o *Director Funebre Reformado* (Fig.29), que sistematizava os ritos de enterro segundo o Ritual Romano.(MÁRTIRES, 1780)

Figura 29 – Capa do 'Director Funebre Reformado', de 1780



Fonte: Capa do documento original digitalizada

Durante o período colonial, que durou até 1815, o Brasil não tinha autonomia legal sobre os regramentos impostos a seu território, sobretudo no que diz respeito às ques-

tões com desdobramentos religiosos, como era, de fato, a questão dos sepultamentos e inumações.

As monarquias portuguesa e, posteriormente, brasileira eram oficialmente católicas e, além disso, as relações entre a Igreja e o Estado se entrelaçavam na vigência do Padroado Régio. Com o Padroado, monarcas patrocinavam, apadrinhavam, as Igrejas e indicavam seus dirigentes que, por sua vez, legislavam suas paróquias sob as decisões de Roma, instrumentalizados pelo rigor das deliberações do Concílio de Trento, concluído em 1563.(GOMES; SOUZA, 2018)

De acordo com Jacques Le Goff, em 'O Nascimento do Purgatório' as decisões tridentinas são o contra-ataque da Santa-Sé à Reforma Protestante e têm como um dos pontos principais a ratificação teológica católica na existência do Purgatório e seus desdobramentos pecuniários na contabilidade da Igreja:

E para a Igreja que instrumento de poder! Ela afirma seu direito (parcial) sobre as almas do purgatório como membros da Igreja militante, priorizando o foro eclesiástico em detrimento do foro divino, detentor da justiça no além, no entanto. Poder espiritual, mas também muito simplesmente, como se verá, lucro financeiro de que se beneficiarão mais do que outros os irmãos das ordens mendicantes, propagandistas ardentes da nova crença. O 'infernal' sistema das indulgências encontrará nelas finalmente um poderoso alimento.(GOFF, 2017)

Ao se respaldar a existência do Purgatório como um limbo existencial, entre o céu e o inferno— onde se poderia apelar às autoridades eclesiásticas intervenção advocatícia direta aos santos e autoridades angélicas— abriu-se a possibilidade de mercantilizar serviços de interseção espiritual às almas.

As famílias enlutadas deveriam pagar por isso: exéquias, sacramentos, cerimônias fúnebres, número generoso de celebração de missas, velas, óleos e, claro, sepultura.

Ou seja, as decisões administrativas do Brasil sempre estiveram muito próximas aos regulamentos canônicos. As Ordenações Régias, que funcionaram como constituições autocráticas dos monarcas lusitanos, dialogaram intimamente com os concílios papais vigentes à época.

Das três Ordenações Régias lusitanas com repercussões em seus domínios, a Filipina foi a que mais influência teve no Brasil e estava bem alinhada às deliberações das normativas do Concílio de Trento.Id., 2018

Analisando-se o Livro V das 'Ordenações Filipinas', que influenciou as diretrizes legais do Brasil até bem depois da independência, vê-se que a preocupação com a morte era determinante, mas como punições de várias ordens: feitiçaria, adultério feminino, práticas homossexuais, roubo à coroa, etc.(PORTUGAL, 2012)

Apesar disso, não se vê no texto menção aos procedimentos funerários e de sepultamento. Tais ações eram reguladas pelas constituições dos arcebispados regionais, como nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, de 1707. (IGREJA CATÓLICA; ARQUIDIOCESE DA BAHIA, 1719)

O consórcio entre Estado e Igreja conspirou para a intimidação, pelo terror institucio-

nalizado, ao povo da colônia. Mais tarde, tais condutas de controle foram potencializadas num proto-plano operativo, o já citado, *Director Funebre Reformado*.(MÁRTIRES, 1780)

Naquela altura, o Arcebispado Primaz da Bahia (Arquidiocese) exercia o papel de sede administrativa da Igreja na América Portuguesa e, por isso, as deliberações de suas Constituições Primeiras foram impostas como referentes de aplicabilidade do Direito Canônico, nos bispados (atuais dioceses) espalhados pelo país.

Sobre isso, o pesquisador e especialista em História da Igreja Católica, Ney de Souza diz que:

A importância deste arcabouço jurídico é inegável, levando-se em consideração que a sociedade brasileira daqueles tempos era eminentemente sacral e que as leis da Igreja católica tinham vigência jurídica na ordenação civil da colônia.(GOMES; SOUZA, 2018, 51)

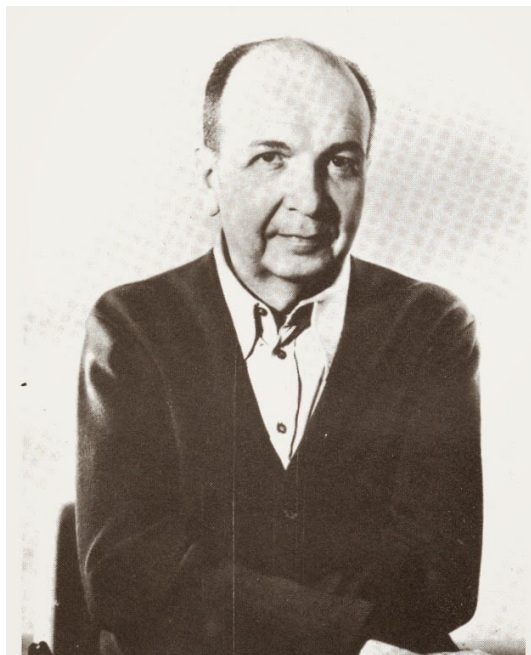
A partir dali, todo sepultamento cristão da colônia deveria seguir as inspirações das Leis Canônicas Tridentinas adaptadas e regulamentadas para o Brasil pelas ‘Constituições’ com todo o respaldo das Ordenações de Sua Majestade, o Rei Filipe I de Portugal (e II de Espanha) no confuso período administrativo da União Ibérica (1580-1640).

3 CAPÍTULO III : ESPIRAL DE HISTÓRIAS

3.1 O olhar para baixo

Em 22 de julho de 1967 , Clarival Prado Valladares (Fig.30) esteve em Brasília e ,boa parte daquele dia, imerso às contemplações paisagísticas, arquitetônicas e em colóquios informais com o corpo operacional do Cemitério Sul: jardineiros, zeladores e coveiros. Essa visita aconteceu sete anos após a inauguração da capital.(VALLADARES, 1972)

Figura 30 – Clarival Prado Valladares



Fonte: Wikimedia

Prado Valladares é tido como um dos precursores no estudo sistematizado de arte cemiterial e cemitérios brasileiros. Era baiano e foi um profícuo pesquisador da história da arte, professor e escritor.

Ao se analisar, quantitativamente, as referências bibliográficas de artigos e livros consultados para a execução deste trabalho, assevera-se que a obra do pesquisador baiano está indexada em uma parte considerável da *corpora* de pesquisas dedicadas à história correlata ao seu campo de interesse.

‘Arte e Sociedade nos Cemitérios Brasileiros’, de 1972, seu *magnum opus*, dedica um capítulo ao ,então, novo cemitério da capital nacional.

A sua estada no cemitério ,naquele dia, proporcionou-lhe empreender uma ‘anamnese visual’ do sítio que ele julga desterrado— a partir da análise estética de suas primeiras sepulturas— e *kitsch* , de mau gosto devido ao padrão decorativo que se lhe apresenta.

Esses cemitérios depurados da arquitetura e do urbanismo esclarecido estão, entretanto cheios de inscrições melífluas sôbre lajes polidas, ornados com imagens

de gesso de um palmo, muitas trazem retratos esmaltados em moldurinhas de bronze, mancheias de flôres de plástico em jarros domésticos, enfim, quase todos os digestos do kitsch industrial.(VALLADARES, 1972, 1120) ¹

O Contexto das observações é de necessário registro para a compreensão da epifania do velho pesquisador ao intuir que a leitura de epígrafes tumulares pode ser ferramental para análise sociocultural daquele momento tendo como ferramenta para estudos de estruturação precoce, de narrativas de deslocamento humano em massa, adaptação e fixação territorial: os epitáfios.

Ali estão elementos importantes para enunciação discursiva e de marcadores de distinção social.

Ao ler as epígrafes de centenas daquelas sepulturas identifica-se uma sociedade em vinculação à região, compreendendo lavradores enriquecidos do Brasil Central, comerciantes prósperos, de tôdas as raças, nacionalidades, religiões e culturas, imigrantes e seus descendentes. Sob tal aspecto o Cemitério de Brasília traz o mais novo capítulo da epigrafia brasileira, capaz de mostrar, na sequência da leitura do caminhante, a comunidade cosmopolita que se formou e próspera no Brasil Central e elege Brasília como nobilitação tumulária.(VALLADARES, 1972, 1121)²

Como se a arquitetura não tivesse papel de destaque naquela imensidão de cerrado semi-virgem, o pesquisador olhou para o chão e leu o passado, o presente e as pretensões humanas da odisseia ³brasílica que, naquele momento, ainda se descortinava no coração da América do Sul.

Conforme relata, leu centenas de lápides, mas reproduziu em seu texto somente vinte delas. Dessa forma, transformou-as em roteiro para preparação de seu relato sinestésico de ambiência, percepção, hipótese e conclusões pessoais.

Ele próprio fez-se pioneiro numa seara acadêmica pouco explorada e, ainda estigmatizada, dentro das ciências humanas: a epigrafia epitáfica contemporânea.

Valladares leu as mensagens espectrais, talhadas em campa rasa, de pioneiros falecidos e fez teceu observações sobre as supostas causas para isso, como se verá no próximo capítulo.

3.2 De Legibus

O título desta seção é uma alusão proposital à relação ancestral que os epitáfios contemporâneos têm com sua gênese— para o mundo ocidental— na História Antiga.

É inadequado, do ponto de vista historiográfico, ignorar o Mediterrâneo Antigo como gênese para os estudos epigráficos no Ocidente.

A equação entre monumentalidade tumular e inscrições epigráficas,— citada na introdução deste trabalho—sugere, com base em estudos de epigrafistas da História Antiga,

¹ Ortografia da época respeitada, bem como a estilística do autor.

² Idem à nota anterior

³ Termo usado em sentido ampliado e elástico alusivo à epopeia descrita por Homero como sinônima à saga, esforço coletivo e deslocamento massivo de migrantes para a construção de Brasília.

articulações entre monumentalidade tumular e a escrita de epitáfios, especialmente no antigo cemitério ateniense *Kerameikos* (Fig.31).

Figura 31 – Sítio Histórico Cemitério Kerameikos, Atenas, Grécia



Fonte: Wikimedia, por Rakoon

Quando o filósofo Demétrio de Faleros (ca. 350 a.C. – 280 a.C.) administrou Atenas, por dez anos (317–307 a.C.) proibiu a suntuosidade das construções tumulares, estabelecendo assim, limites espaciais construtivos que deveriam ser obedecidos.

O arqueólogo britânico Ian Morris reflete sobre esse momento histórico em *'Death-ritual and social structure in classical antiquity'*, publicado em 1996: “big tombs then return, getting bigger still until banned by Demetrius of Phaleron, probably in 317”.(MORRIS, 1996, 129)⁴

Essa medida está no bojo de regramentos das ‘Leis Suntuárias’, empreendidas no reinado de Cassandro da Macedônia (350–297 a.C.) para mitigação de gastos desnecessários e para evitar demonstrações de opulência de cariz privado e estatal.

O orador romano Marco Túlio Cícero (106 – 43 a.C.) é a principal fonte literária sobre a aplicação dessas normativas ao cemitério ateniense na historiografia, contudo as recupera com quase três séculos de distanciamento temporal.

Por outro lado, o mesmo Demétrio diz que a magnificência de funerais e sepulcros se tornou frequente, quase como é agora em Roma. Costume que ele próprio atenuou por lei. Como sabeis, ele foi, com efeito, não somente um homem eruditíssimo, mas também um importantíssimo cidadão na república, sobretudo em relação ao que se deve proteger da cidade — ele, então, diminuiu a despesa não

⁴ Tradução livre adaptada com auxílio de Inteligência Artificial: “os grandes túmulos então retornam, tornando-se ainda maiores, até serem proibidos por Demétrio de Faleros, provavelmente em 317 a.C.”.

somente por meio da punição, mas também pela duração: ordenou, efetivamente, que o enterro fosse consumado antes da luz do dia. Para os novos sepulcros, em contrapartida, definiu um limite, pois não queria que sobre um túmulo de terra coisa alguma fosse erigida, a não ser uma pequena coluna não mais alta que três côvados, ou mesa ou bacia, e para esta administração tinha encarregado um magistrado específico.(CÍCERO; CÍCERO, 2021, 73)

Estudiosos de História Antiga sugerem que a aplicação das Leis Suntuárias podem ter impactado, por muito tempo o padrão construtivo tumular imediatamente após a sua aplicação, bem como a quantidade de estelas funerárias. Contudo, neste trabalho de pesquisa não se pode afirmar que um episódio é consequência de outro.

Não obstante, a superlativa quantidade de lajes epigráficas encontradas no sítio arqueológico do milenar cemitério de *Kerameikos* (Fig.32)— todas datadas da época pós-aplicabilidade dos decretos de Demétrio de Faleros— em Atenas, podem aduzir factibilidade da teoria aventada acima.

But several thousand epitaphs have been found, usually out of context, and it may be that in the fourth century most Athenian graves had a simple inscribed stele, while a much smaller group was also buried in periboloi.(MORRIS, 1996, 135-138)⁵

Figura 32 – Lápides no Sítio Arqueológico *Kerameikos*, Atenas, Grécia



Fonte: Wikimedia

⁵ Tradução livre elaborada com auxílio de Inteligência Artificial: “Contudo, vários milhares de epitáfios foram encontrados, em geral fora de seu contexto original, e é possível que, no século IV, a maioria das sepulturas atenienses fosse marcada por uma estela simples inscrita, ao passo que um grupo bem menor também estivesse associado a sepultamentos em períbolos.”

3.3 Redundância Expressiva

O arqueólogo Aubrey Cannon chama de “redundância expressiva” o fenômeno de saturação das formas monumentais dentro do sítio arqueológico do cemitério *Kerameikos*. Para ele, à medida que a monumentalidade se generaliza, deixa de ser marcador de diferenciação e *status* social e, em consequência disso, pode-se observar uma simplificação nas construções tumulares, e a simplicidade construtiva se converte em sinônimo de sobriedade, elegância e bom gosto.

The point of expressive redundancy varies with the context, but it is an inevitable consequence of competitive mortuary display that status expression eventually reach either a magnitude that cannot be exceeded or a diversity that obscures further divergence. It is expressive redundancy that accounts for the common historical circumstance in which mortuary elaboration reaches a plateau that is followed by mortuary restraint.(CANNON, 1989)⁶

A 'Expressiva Redundância' de Cannon também serve de catalisador para cemitérios contemporâneos, como o Campo da Esperança.

Apesar de esta não ser uma dissertação sobre História Antiga, é imperioso ratificar que as tradições funerárias, das quais o Ocidente é tributário, são construções milenares que se foram modificando e se ressignificando com o tempo.

Essas tradições foram adaptadas às fórmulas linguísticas, modelos de crenças, de construções e, desde sempre, expuseram narrativas calibradas às questões de gênero, feixes etários, ofícios e fé.

Conforme se observa neste estudo, ainda que séculos tenham-se transcorrido, as necessidades humanas de existência, recordação, distinção social, honra, glória e memória são basicamente as mesmas.

Talvez, instintivamente, quando Valladares olhou para o chão, naquele 22 de julho de 1967, ele tenha repetido, sem consciência a lógica de compensação de memória de gentes de outro tempo.

3.4 Conceitos e vinculações milenares

É mister conceituar os substantivos 'epigrafia' e 'epitáfio' antes das análises das lápides escolhidas. Embora, tenham aparecido de maneira difusa e dispersa ao longo dos textos, nos capítulos e seções precedentes, é necessário conceituá-los formalmente.

Epigrafia é o estudo de escrita em pedra, metal, argila ou qualquer outro material que se possa escrever mensagem por meio de um lapidador ou pintor.

⁶ Tradução livre elaborada com auxílio de Inteligência Artificial: “O limiar da redundância expressiva varia conforme o contexto, mas constitui uma consequência inevitável da competição nas práticas funerárias: a expressão de status acaba por atingir ou uma magnitude que já não pode ser superada, ou uma diversidade tal que passa a obscurecer novas distinções. É essa redundância expressiva que explica a recorrente situação histórica em que a elaboração funerária atinge um platô, seguido por uma fase de contenção”.

O conceito geral é convergente a partir da consulta de alguns dicionários da língua portuguesa, contudo o 'Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa Michaelis' faz associação íntima entre o substantivo e estudos paleográficos ou arqueológicos sem considerar qualquer elasticidade semântica possível e assim o define: "1: Ciência que se ocupa em decifrar inscrições de monumentos antigos. 2: Estudo da forma de compor epígrafes." (MICHAELIS. . . , 2015)

Os dicionários da Língua Portuguesa da Porto Editora; Aurélio; Caldas Aulete e Houaiss são mais generosos em suas conceituações, contudo também associam o termo a análise de escritas em monumentos antigos e modernos, como diz o Houaiss:

1 estudo de epígrafes, inscrições; 1.1 paleog. estudo e interpretação de inscrições antigas em pedra, metal, barro etc. ocorrentes em monumentos antigos, tabletes arqueológicos de barro, urnas funerárias etc. 1.2 p.ext. ciência cujo objeto são inscrições recentes «a epigrafia do século XIX. (HOUAISS A; VILLAR MS; FRANCO FMM, 2004)

Os estudos epigráficos registram uma variante de estelas satíricas, jocosas, grafites, de leis, histórias e, também, fúnebres em estelas dedicadas a esse fim. São expoentes históricos as análises epigráficas de Catulo (c. 84–54 a.C.), Marcial (c. 38–104 d.C.) e Calímaco de Cirene (c. 310–240 a.C.), entre outros, na Idade Antiga."

Contudo, a epigrafia é onipresente na análise das lápides fúnebres, também na Idade Antiga, na Grécia e Roma, como se viu anteriormente quando se citou o sítio arqueológico de *Kerameikos*, em Atenas.

Segundo Philippe Ariès, após um hiato substancial, desde a época paleocristã, os primeiros registros de epigrafia fúnebre começaram a reaparecer na França por volta do século XII, em Saint Marcel.

A retomada e ascensão da identificação dos túmulos, e epitáfios, atendia uma necessidade muito mais pragmática do que memorial: para que se instaurassem processos de testamento e sucessões familiares era preciso haver sepulturas individualizadas e identificadas.

Com o declínio dos sepultamentos em covas anônimas e coletivas, houve incremento no número de inumações em caixões de chumbo identificados.

Após essa época, os epitáfios se massificaram e começaram a 'tagarelar', ora discretamente, como nas lápides de clérigos, ora de forma abundante e detalhada. (ARIÈS, 2014)

O primeiro fenômeno considerável e cheio de significado foi o retorno geral da inscrição funerária, que coincide aproximadamente com o desaparecimento do sarcófago anônimo, substituído pelo caixão de chumbo ou somente pelo amortilhamento, isto é, é o enterro do corpo envolvido apenas no sudário. É no cemitério parisiense de Saint Marcel que se observa, por volta do século XII, o ressurgimento dessas inscrições desaparecidas desde a época paleocristã. Foi atribuído "ao renascimento do gosto antigo pelos epitáfios". Mas, como iremos ver, é somente no século XV que o estilo epigráfico imita voluntariamente o da antiguidade. (ARIÈS, 2014, 287)

Continua ele:

E muito tempo depois, quando o epitáfio se tornou frequente e começa a tagarelar, essa concisão arcaica foi mantida em certos túmulos, em especial de monges e abades. Apesar dessa reserva, não é menos verdade que, em alguns séculos, se iria do silêncio anônimo a uma retórica biográfica, exata, mas por vezes abundante, ou até mesmo redundante, da breve nota de estado civil à história de uma vida, de uma discreta constatação de identidade à expressão de uma solidariedade familiar. (ARIÈS, 2014, 288)

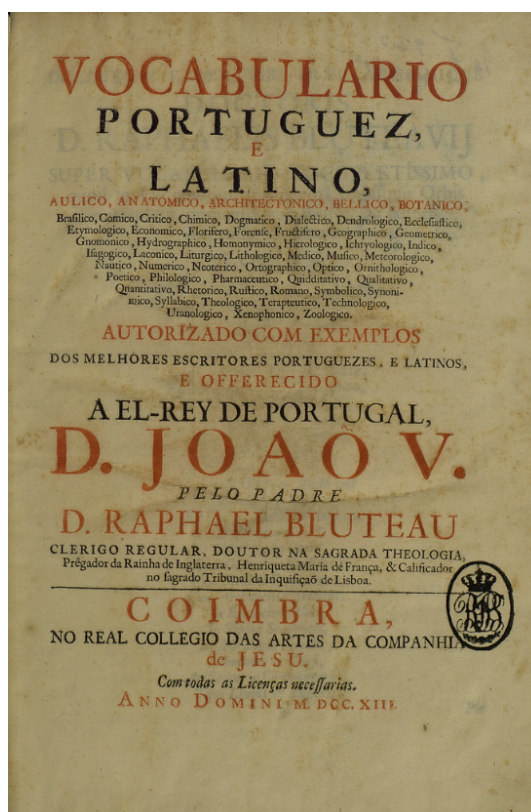
Epitáfio, portanto, é uma variante da epigrafia dedicada somente à escrita lapidar funerária, sobre túmulos, monumentos fúnebres e cenotáfios.

Sua etimologia é grega e é resultante da junção de duas raízes helênicas: *epi'* (ἐπί), que se traduz como a preposição 'sobre' e *taphos* (τάφος), que significa 'túmulo'.

Os dicionários contemporâneos são econômicos na conceituação e na origem etimológica do substantivo. Supõe-se que isso ocorra devido à incorporação e uso corrente do vocábulo, mas, de forma surpreendente, é no primeiro dicionário editado da língua portuguesa onde ele aparece de forma mais detalhada.

O 'Vocabulario Portuguez e Latino',⁷ (Fig.33) de 1713, é uma publicação do início do século XVIII, que, além de definir 'epitáfio' como uma inscrição em prosa, ou em verso, sobre uma sepultura, aponta sua etimologia grega—como já visto acima—, além de fazer citações de sua gênese nos registros clássicos. (BLUTEAU, 1713)

Figura 33 – Capa original do 'Vocabulario Potuguez e Latino', de 1713



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional

⁷ Mantida a ortografia original

O verbete se alonga ao problematizar o uso real do substantivo como dominante, ou não, em publicações antigas e arremata a definição asseverando que o epitáfio não precisa ser, necessariamente, um texto. Id., 1713

Para reforçar tal ideia, revisita a história, em Cícero (106–43 a.C.), sobre o epitáfio de Arquimedes (c. 287–212 a.C.) em que o romano teria reconhecido o túmulo do matemático exclusivamente pelos desenhos, à guisa de mensagem, que lhe serviam como epitáfio.

A referência não se encontra, de fato, nas ‘Discussões Tuscultas’, (CÍCERO, 2014)— em conformidade ao que mostra o ‘Vocabulário’— de Cícero, senão em outra obra do mesmo autor, ‘Verrinas’, de 70 a. C. Diz Cícero:

Atque ego cum in Sicilia quaestor essem, Syracusis cum essem, Archimedis sepulcrum ignoratum ab Syracusanis, cum quaererem, repperi. Erat autem coopertum undique et vestitum vepribus et dumetis; indagavi sepulcrum. Animadverti columellam non multum e dumis eminentem, in qua inerat sphaerae figura et cylindri. Ex eo loco sepulcrum esse Archimedis cognovi. ⁸(CÍCERO, [70 a.C.])

Assume-se aqui, a julgar pela análise do verbete, que o dicionarista possa ter cometido um equívoco na indexação das fontes.

Esses prolegômenos ,assuem aqui, o papel de antessala compulsória para a análise dos epitáfios que se seguirão. Reitera-se que esta dissertação tem temporalidade e espacialidade definidos na contemporaneidade.

Apesar de seu objeto de pesquisa apresentar deslocamento cronológico ainda não tensionado— em comparação a marcadores históricos clássicos— seu *corpus* é tributário de procedimentos e costumes da Idade Antiga e, por isso, considera-se oportuno o registro deste retrospecto narrativo com vistas a contextualização e inserção à temática analisada.

3.5 Dos Epitáfios

Atribuiu-se aqui um critério da representatividade, possível, de epigramas tumulares a partir da cosmovisão nativamente imposta pelo projeto do Campo da Esperança. Dentro de um universo de mais 200 mil sepultamentos, conforme dados obtidos junto à assessoria de comunicação da ‘Campo da Esperança Serviços Ltda.’ em 2021, desde suas primeiras inumações ,em 1959, um ano antes da inauguração oficial de Brasília, seria inviável e inexequível a análise de um número significativo de lápides num processo de triagem e identificação por razões de tempo e pertinência.

Considerando-se isso, elegeu-se, especialmente para esta atividade, a comparação e a análise de oito lápides, entre as quadras dos pioneiros e a área reservada ao sepultamento de autoridades. Os epitáfios estudados, que fazem parte desta dissertação, foram

⁸ Tradução livre feita pelo autor com auxílio de Inteligência Artificial: “Estava, porém, coberto por todos os lados e tomado por espinheiros e arbustos; pus-me a investigar o sepulcro. Notei uma pequena coluna que se erguia apenas um pouco acima do matagal, na qual havia a figura de uma esfera e de um cilindro. Por esse indício reconheci tratar-se do túmulo de Arquimedes.”

classificados e categorizados em:

- 1) **Epitáfio Bandeirante.** Categoria ligada ao imaginário do migrante pioneiro que chegou na primeira hora para construção da Capital;
- 2) **Epitáfio Religioso.** Tipo mais comum entre todos os epitáfios em todos os cemitérios ocidentais. Aqui as velhas orações se repetem, intercaladas com ,uma ou outra adaptação familiar, ou do próprio riscador de mármore,atendendo a um catálogo com textos prévios, geralmente cristãos. Há também aqueles atrelados a idiossincrasias não cristãs, espiritualistas e não ocidentais,;
- 3) **Epitáfio Cívico.** Muito comum nas quadras pioneiras no Cemitério da Asa Sul. Geralmente compostos de poemas, textos simples e até bem-humorados;
- 4) **Epitáfio Infante.** Epitáfios de crianças sepultadas na área geoespacial pré-delimitada para o estudo. Pode ser, ou não, de sepultamentos antigos ou mais recentes;
- 5) **Epitáfio de Ofício.** Presentes no Cemitério Campo da Esperança da Asa Sul, sobretudo na Praça das Autoridades e nas cercanias dessa quadra. São túmulos de funcionários de carreira, funcionários públicos de diversas áreas, cujas famílias, à guisa da demonstração de orgulho, perpetuara, através dos dísticos tumulares, seus cargos e ofícios, talvez em um estratagema póstumo de eternização de glórias distintivas sociais e imaginárias.
- 6) **Epitáfio Ausente.** Como se pode supor, essa categoria abraça o 'silêncio' do discurso e como discurso. Esta tipologia é a de mais amplo espectro de análise e poderia contemplar grande centenas de sepulturas dentro dos limites do Cemitério Campo da Esperança. Aqui a ausência de palavras, de registros, de marcações denunciam o descaso, a segregação e o abandono. À luz da análise do discurso, o silêncio é também mensagem e evoca procedimentos de apagamento de memória, procedimento e método.

3.6 Análise dos Epitáfios

3.6.1 Epitáfio Bandeirante - Bernardo Sayão: A Luta Fecunda e o Pai da Necrópole (Fig.34).

Figura 34 – Túmulo de Bernardo Sayão: Sepultura inaugural do Cemitério Campo da Esperança.

Fonte: Do autor, 2023

Uma cidade que nasce, lutas vencidas ou a vencer, elementos alegóricos textuais que denotam a relação disruptiva entre o morrer antigo e morrer novo, em todos os sentidos pioneiro [Sayão] em seu próprio cemitério. Na lápide do engenheiro lê-se o seguinte:

“A Luta por vezes é ingrata, mas é fecunda porque já estamos vendo a nova cidade que surge. Homenagem de Brasília.”

Sinaliza-se ao passante sua data de nascimento e óbito: 18 de junho de 1901 e 15 de janeiro de 1959, respectivamente.

Philippe Ariès diz em seu livro ‘O homem diante da morte’ que uma das funções do epitáfio era alertar ao passante, aquele indivíduo que trafega pelo cemitério, para o dilema do defunto ali jazente, para chamar atenção para as vicissitudes terrenas ou para retirar daquele quem passa uma prece de conforto e instantes de reflexão. Foi assim a partir da influência do cristianismo na Idade Média.(ARIÈS, 2014)

Nesse túmulo pioneiro não há nada que remeta ao sofrimento, às tristezas da vida ou a solidão eterna das lajes sepulcrais. Vê-se aqui o júbilo pela conquista, pela finalização, pelo dever cumprido no combate do labor. A cidade que nasce traz a esperança de tempos

novos, o progresso que chega ao oeste, aos sertões e a capital que brota do Planalto Central.

A ideiação aqui é a antítese do padecimento impelido pelo autor da inscrição epigráfica tumular, que pode ser ou não, redigida pelo próprio homenageado, em vida. São duas linhas, somente um par de linhas, mas menções ocultas que devem despertar no passante as reflexões para as circunstâncias, para a saga daquele que morreu antes que a capital estivesse pronta, em 1959, a vida dada em holocausto no último ano da construção da nova capital; a luta perene, que já se podia ver o fim em ascensão das avenidas, palácios monumentais da administração pública capitalina e das lajes do Campo da Esperança.

Recorre-se aqui, mais uma vez, aos pesquisadores peruanos para quem a figura do dedicante é quase sempre da família, daqueles que partilhavam com o defunto laços de consanguinidade ou de afeto. Ao contrário do habitual, quem lhe rende homenagens, neste exemplo, é a própria polis, a Capital em uníssono e em comunhão com todos os seus habitantes, pioneiros e que continuam a chegar mais de seis décadas após sua fundação.

3.6.2 Epitáfio Ausente - José Segundo: O Silêncio do Motorista do Chefe (Fig.35).

Não há nada que o possa distinguir de muitos outros túmulos sem rebuscamentos estéticos, exceto a sua simplicidade constitutiva, ocupando uma área dedicada às autoridades, aliás, é a própria obscuridade informativa e a falta de adornos, velas, flores, identificação e epitáfio que o denuncia como o mítico túmulo do motorista do construtor do cemitério. O 'silêncio' das letras e adornos o denunciam.

Figura 35 – Provável sepultura de José Segundo



Fonte: Do autor, 2023

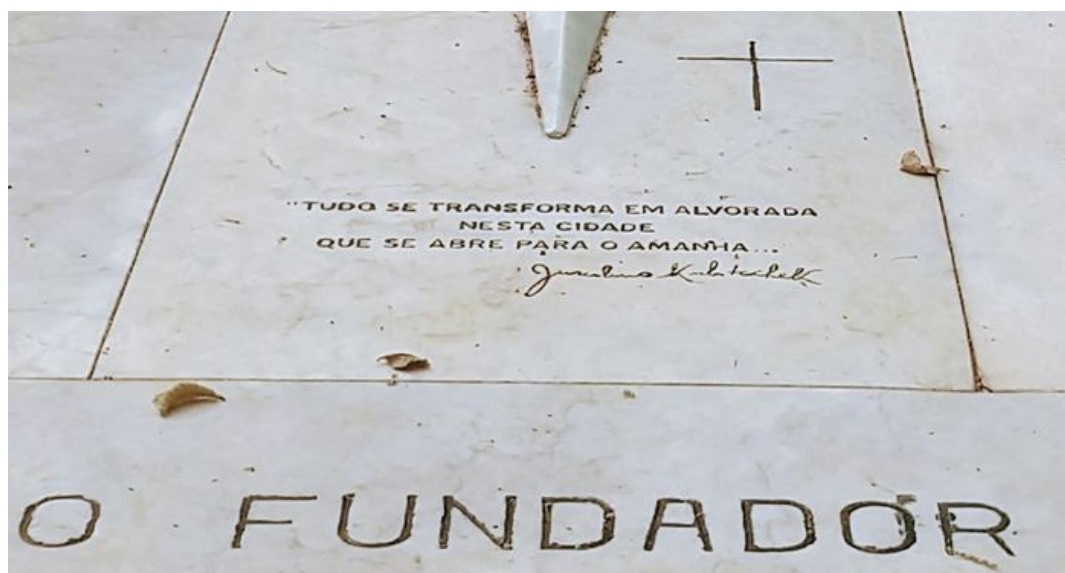
Como citado anteriormente, José Segundo foi o motorista de Bernardo Sayão, o engenheiro construtor do Cemitério Campo da Esperança e, terá morrido de ataque cardíaco quando teve ciência do passamento de seu chefe nas obras de abertura da estrada Belém-Brasília. Conforme fontes jornalísticas, José foi enterrado no mesmo dia ao lado do chefe. A menos que houvesse algum processo de exumação transcorrido nos anos seguintes, o que não consta em nenhum documento consultado, o seu corpo permanece onde sempre esteve, a menos de dois metros da lápide de Sayão.

Com uma simplicidade construtiva, total carência de adornos elaborados ou mesmo de placa tumular, lápide ou epitáfio e, assim mesmo, dentro do perímetro exclusivamente reservado às autoridades e construtores, há indícios de que esta seja a imagem do motorista, enterrado no mesmo dia e hora que seu chefe. Essa possibilidade, que ainda carece de confirmação documental, é reforçada pelos túmulos assentados à sua vizinhança, elaborados com conceitos arquitetônicos mais homogêneos, à moda do modernismo de Niemeyer e da própria Brasília, todos devidamente identificados e cuidados.

O silêncio aqui fala por si só. A ausência, o “mutismo” das placas de concreto armado já denunciam haver pouco, ou quase nada, que se possa, ou queira, falar de um funcionário de obra qualquer que teve a experiência aziaga de baixar às profundezas sepulcrais do barro vermelho dos sertões do oeste, da terra nova.

3.6.3 Epitáfio Cívico - Juscelino Kubitschek: O Cenotáfio Vazio do Fundador (Fig.36).

Figura 36 – Detalhe do cenotáfio de JK



Fonte: Do autor, 2023

De antemão, cabe informar ao leitor, que os restos do ex-presidente Juscelino Kubitschek já não estão mais sepultados na área reservada aos túmulos de seu clã, dentro do perímetro de sepulturas dedicadas às autoridades.

Seus despojos foram exumados e trasladados para o Memorial JK, no Eixo Monumental de Brasília, em 1981. Além de sua esposa e filha, ficaram para trás a memória simbólica de uma tumba vazia, uma espécie de cenotáfio não pretendido, e um grande pátio de mármore branco (Fig.37), com visíveis sinais de amarelamento.

Figura 37 – Complexo escultórico sepulcral da Família Kubitschek



Fonte:Do autor, 2023

O complexo de lápides da família presidencial fora projetado por Oscar Niemeyer e foi construído com o mármore sobressalente da construção da capital. À primeira vista, o túmulo vazio do 'Fundador' pode impressionar pela simplicidade das linhas que, ao mesmo tempo, convergem com os traços da cidade ao redor. Na lápide antiga de Juscelino Kubitschek pode-se ler, como inscrição sepulcral o seguinte:

“Tudo se transforma em alvorada para esta cidade que se abre para o amanhã.”

Mais uma vez aqui o conceito do porvir, da esperança e da transformação, tudo junto ,numa amálgama quase metafísica que se pode apreender semanticamente do substantivo 'alvorada'.

Ninguém específico lhe dedica, não se faz necessário, é o Fundador. Já se pode ver aqui uma peculiaridade que é a supressão de referências religiosas em profusão na quadra situada na 'Praça das Autoridades'.

Ao contrário das lápides faustosas estudadas por Maria Elizia Borges em seu livro 'Arte Funerária no Brasil (1890-1930): Ofício de Marmoristas Italianos em Ribeirão Preto', não há ali nenhuma imagem alusiva à morte, nenhuma pranteadora, nenhum anjo e seu obelisco é tão estilizado que mal se consegue enxergar quaisquer referências àqueles monu-

mentos fúnebres associados ao passado clássico e mitológico do Mediterrâneo (BORGES, 2017).

3.6.4 Epitáfio Bandeirante II - Joffre Mozart Parada: Intimidade Familiar e O Primeiro Engenheiro (Fig.38).

Figura 38 – Túmulo do engenheiro Joffre Mozart Parada



Fonte: Do Autor, 2023

A escolha de quaisquer linhas temáticas de pesquisa está ligada intimamente às peculiaridades idiossincráticas e emotivas de quem pesquisa e seu objeto de estudo e, tomando isto em mente, não é nada difícil de dizer que para qualquer brasileiro, nascido ou agregado, com algum conhecimento da história da construção de Brasília, reserva a Joffre Mozart Parada o papel preponderante na edificação da cidade nova – há um gosto aqui em se escrever ‘cidade nova’ com todas as referências em antítese conceitual à obra magistral de Fustel de Coulanges.

Parada foi o primeiro engenheiro a chegar nessas terras do Planalto Central, herdeiro do labor e dos sonhos dos homens pioneiros do 'Quadrilátero Cruls', demarcou as primeiras fazendas que tiveram suas áreas expropriadas pela União para a construção da capital. Sua lápide é discreta e está na Praça dos Pioneiros, dentro do Cemitério Campo da Esperança, e nela se pode ler:

“O Primeiro engenheiro a chegar: Jofre, o teu exemplo de amor e dedicação e trabalho norteará nossas vidas repletas de saudades tuas. De tua esposa e filhas.”

Ainda, em conformidade à sua inscrição epigráfica, o primeiro engenheiro nasceu no dia 18 de dezembro de 1924 e teve seu decesso na data de 9 de dezembro de 1976.

Poder-se-á inferir aqui algumas análises: em primeiro lugar, excetuando-se a iconologia cristã, bem demarcada pela cruz que se sobrepõe ao seu túmulo, não há nenhuma menção às passagens bíblicas ou de quaisquer outros credos religiosos. Depois, sua família lhe dedica seu sentimento na intimidade da segunda pessoa, remete-se assim à conversa do seio familiar, da informalidade do bate-papo com suas filhas e sua mulher: “De tua esposa e filhas”.

Ariès sugere que os epigramas dedicados pelas famílias podem ser entendidos como forma de publicização da morte, um ato social e que não era muito difundido até o século XV, no mundo ocidental.

3.6.5 Epitáfio Religioso - Sônia Suda: Da Chegada ao Regresso (Fig.39).

Figura 39 – Túmulo de Sônia Suda



Fonte: Do autor, 2023

Não se pode analisar a lápide dessa senhora e não se cair na tentação de tecer

interpretações estereotipadas – *stricto sensu* – sobre as vivências, os olhares e o morrer de uma mulher de origem asiática e todo valor que sua ancestralidade e memória evocam ao passante.

Pela fotografia que orna a lápide de Sônia T. Suda, identifica-se-lhe a assinatura do fenótipo asiático e, pelo sobrenome, sua ascendência nipônica. É de conhecimento ordinário que boa parte dos japoneses são praticantes do budismo e de outras religiões espiritualistas.

Não se sabe se a Senhora Suda tenha em algum dia pensado ou filosofado sobre questões existenciais de aquém e além-túmulo, do antes e do depois; não se sabe ao certo se ela era budista, confucionista, hinduísta ou, quem sabe espírita, mas é certo que ela e sua família acreditavam, pelo menos até o momento em que sua inscrição epigráfica foi assentada, em um regresso a um mundo real que não terá sido o de carne.

Suda nasceu em 1953, sete anos antes da inauguração oficial de Brasília e, quando Sayão teve a primazia da descida definitiva às terras cemiteriais do Campo da Esperança, ela era, ainda, uma menina com cinco anos.

Sônia voltou a algum recôndito astral de onde terá saído, como ‘ela’ mesma diz, aos 50 anos, em 2004 e tendo chegado de lá, como dito, no início da década de 1950.

Sônia Regina T. Suda Silva, Cheguei 26/3/1953, Voltei 01/02/2004.

“Um dia as lágrimas secarão, mas o brilho de sua luz sempre permanecerá entre nós. Sua morte nos entristeceu, mas, lembrando de sua vida encontramos paz para continuar a caminhada..”

O fato é que para o Campo da Esperança a data da chegada estará sempre em detrimento ao momento da partida, dos adeuses e tudo depois é só mais um fragmento para a construção de narrativas da micro-história, para os epistemes dos estudos de memória e para a contemplação do passante. Este é mais um epitáfio que poderia suscitar uma análise ampla e multidisciplinar recorrendo-se aos estudos da análise do discurso, na linguística; às correntes migratórias para o Planalto Central, a partir dos finais da década de 1950, na geografia; à demografia estatística; à metafísica e aos estudos teológicos; à filosofia; à estética e história da arte.

3.6.6 Epitáfio de Ofício - Lauro Campos: O Ponto e Contraponto, Setas e Infância (Fig.40).

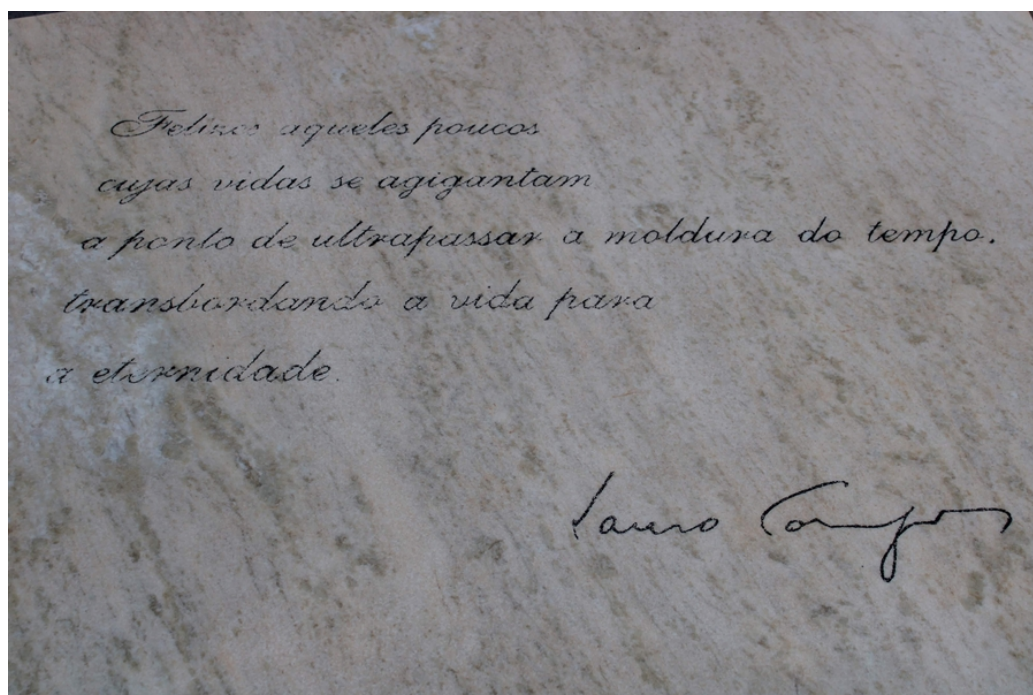
Figura 40 – Túmulo de Lauro Campos

Fonte: Do autor, 2024

Lauro Campos, foi advogado, senador da República, economista, coordenador da faculdade de economia da Universidade de Brasília, um dos idealizadores de seu curso de relações internacionais e escritor. Refletiu durante toda sua vida acadêmica e política sobre problemas, supostamente, gerados pelo neoliberalismo, economia e questões sociais. O túmulo do ex-senador parece uma grande seta que aponta para o norte, que mostra caminhos e tem, na retaguarda, uma seta que pende para o sul.

Não se consultou para a redação deste artigo, as versões da família ou da marmoraria contratada para a construção do túmulo sobre a simbologia desta peça, mas se pode dizer que as setas sempre estiveram associadas às rotas e caminhos e ,no caso de Brasília, as setas (ou flechas) estão na bandeira do Distrito Federal , nos seus selos e brasonaria. Cada flecha aponta para um dos pontos cardeais, a partir do centro, do coração geográfico do país, dos sertões do Centro-Oeste para todos os rincões nacionais.

Figura 41 – Detalhe da inscrição lapidar do túmulo de Lauro Campos



Fonte: Do autor, 2024

Preto e branco se contrastam num sepulcro cujo epigrama tumular diz:

Lauro Campos 14/12/1928 a 3/01/2002; Raoul Álvares da Silva Campos ,19/2/1962 a
19/07/1964

“Felizes aqueles poucos cujas vidas se agigantam a ponto de ultrapassar a moldura do
tempo transbordando a vida para a eternidade”

Antecede a inscrição somente menções à data de nascimento e morte, bem como se sabe que seu filho, morto ainda criança, está sepultado junto ao pai.

Mais uma lápide cujo epitáfio remonta às conquistas, ao superlativo e ao heroico do imaginário estimulado pela epopeia do desbravamento, do novo ‘bandeirantismo’, do pioneirismo. Outro elemento personalista aqui é assinatura do defunto sobre sua lápide. Uma espécie de afirmação do *status quo* entre os defuntos para o passante, uma forma de distinção vista em outras lápides, especialmente na Praça das Autoridades. Assinatura deradeira, como um último despacho administrativo que autorizasse sua passagem. Nenhuma menção religiosa aqui, nenhum símbolo da escatologia cristã. Talvez, – interpretação do autor deste artigo – a cruz cristã, a Cruz de Brasília, esteja oculta entre os marcadores cardeais, estilizada com ponto e contraponto dos cortes de mármore que apontam para o seu paradoxo espacial.

3.6.7 Epitáfio Religioso II - Primo Scussolino: O Fundador Espiritual da Capital Federal (Fig.42).

Figura 42 – Primo Scussolino, o primeiro clérigo de Brasília



Fonte: Do autor, 2023

Absolutamente nada chama a atenção na sepultura do Pe. Primo Scussolino, exceto estar ele sepultado na Praça das Autoridades e de haver expirado a vida menos de um mês antes da inauguração oficial da cidade, por seu amigo, o presidente Juscelino Kubitschek.

Ariès, em retrospecto aos sepultamentos de religiosos, a partir da Idade Média, diz que com o passar do tempo, notou-se uma simplificação no estilo tumular eclesiástico, uma espécie de exercício de humildade compulsória, ao passo que os túmulos ‘começavam a tagarelar’ com o passante sobre as virtudes heroicas e morais do defunto ali jazente. (ARIÈS, 2014)

A rigor, um epitáfio é um epigrama tumular, ou seja, algo riscado na pedra sepulcral e na do Padre, de Údine, a simplicidade das palavras quase, poder-se-ia dizer, que é mais um demarcador demográfico, como a justificar seu sepulcro naquele local, cheio de autoridades do que uma elegia simpática à memória do falecido:

“Primo Scussolino. 10/12/1906 a 23/07/1960. Ao padre Primo Scussolino, o pioneiro da fé católica em Brasília. Estigmatino”.

A primeira constituição republicana, de 1891, estabeleceu a ruptura completa, pelo menos na letra da lei, entre a Igreja Católica e o Estado, mas, como se pode ver, a assinatura católica nessa área do Cemitério Campo da Esperança é tão simbólica como soa centenas de anos antes. Primo Scussolino era 'estigmatino', oriundo, portanto, da Congregação dos Sagrados Estigmas, presente no Brasil desde 1910. Nas exéquias de Scussolino, antes da fundação da cidade, o Arcebispo de Goiânia, naquela altura, Dom Fernando Gomes dos Santos, deu-lhe a alcunha de 'Fundador Espiritual da Capital Federal'.

3.6.8 Epitáfio Infante : Isabela Kerr e a polissemia dos epitáfios infantis na História do Ocidente (Fig.43).

3.6.8.1 Justificativa, escolha e contexto

Para esta dissertação, na categoria de epitáfios infantis, optou-se por escolher um só representante, a menina Isabela Kerr, falecida no início da década de 1990. O túmulo de Isabela foi escolhido porque está circunscrito à área originalmente delimitada como objeto de análise para esta dissertação.

Qualquer conhecedor ou pesquisador da História de Brasília, bem como visitante ocasional do Cemitério Campo da Esperança, Asa Sul, pode questionar por que não se escolheu o epitáfio de Ana Lúcia, a menina— convertida em santa popular brasiliense, cujo túmulo é o mais visitado do Distrito Federal, segundo a empresa concessionária— assassinada na capital, em 1973.(AGÊNCIA BRASIL, 2023/11/09)

A resposta para a indagação anterior é simples: o seu túmulo está fora dos limites de sepultamento originalmente dedicado aos pioneiros e seus descendentes.

Considerando-se esse senão geográfico, a escolha da menina Kerr foi julgada adequada por oferecer elementos significativos e potencialmente abrangentes para uma análise que trasborda as nuances somente discursivas e abraça a multidisciplinaridade epistêmica.

A análise deste epitáfio marca o momento de inflexão e amadurecimento nos procedimentos de leitura, pesquisa e escrita desta dissertação. A abordagem aqui é mais analítica, não por displicência epistemológica, senão como signo de caminhada e deslocamento temporal dos primeiros momentos de leitura e apropriação temática mais consistente.

As análises anteriores foram deixadas exatamente como foram feitas porque sinalizam o momento exato de colheita de uma sementeira ainda incipiente.

Findar este trabalho com a análise de um epitáfio infantil também é oportunidade de amalgamar elementos dialógicos presentes nas outras tipologias analisadas.

Aqui estão igualmente irmanados demonstrações de dor; modulação do discurso; ausências; relações parentais; arquitetura; moda; estilo ; pertencimento, ruptura; esperança e cenas de enunciação do discurso. (MAINGUENEAU, 2008)

3.6.8.2 Edificação e simbologias

A lápide da menina Isabela Kerr é singela, sem adornos especiais e com pouco sinal de visita aparente. Sobre a campa de mármore branco repousa uma figura angelical estilizada abaixo de uma forma lapidar de pequeno livro, um simulacro religioso aludindo à Bíblia Sagrada.

Figura 43 – Lápide tumular da menina Isabela Kerr e seu epitáfio em verso.



Fonte: O Autor

O 'livro aberto' é um elemento visual de sua edificação tumular tal e qual como observado por Valladares, ainda em 1967. Uma tendência naquele cemitério desde a 'infância' do próprio cemitério.

Um livro fechado significa a matéria virgem. Se está aberto, a matéria está fecundada. Fechado, o livro conserva seu segredo. Aberto, o conteúdo é tomado por quem o investiga. O coração é assim comparado a um livro: aberto, oferece seus pensamentos e seus sentimentos; fechado, ele os esconde. (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2024, 623)

Além de associações imagéticas intimamente ligadas ao Cristianismo, a figura de um livro não cerrado pode ser traduzida como vida limpa, sem segredos e pulcra, como se pode esperar de uma criança em tenra idade.

Contudo, como já citado, a parte antiga do Cemitério Campo da Esperança, ou Cemitério Sul, está coalhada desse tipo de adorno alegórico; pecadores e não pecadores descansam igualmente sob a ‘Palavra’.

3.6.8.3 Defuntos Angélicos e reminiscências históricas

Não é possível apreender, a partir da análise do túmulo e dos dísticos epitáficos se a garotinha foi batizada como católica ou, se foi batizada. Mas já se sabe que sua família era cristã a partir de amálgama de elementos indicativos sobre seu túmulo.

Até o início da República, como se viu no capítulo anterior, as regras de inumação em cemitérios eclesiásticos ainda eram baseados, parcialmente, nas diretivas tridentinas, azeitadas pelas Ordenações Filipinas, onde mal se ordenavam ritos e exéquias para sepultamentos de crianças.(PORTUGAL, 1603)

Não há nada de muito robusto, a não ser orientações de que não batizados não deveriam ser sepultados em solo cristão. Por solo cristão, entende-se no interior de igrejas ou em cemitérios católicos.

As Constituições do Arcebispado da Bahia determinavam que se a criança defunta tivesse pais católicos—o que era redundância retórica, já que naquela altura o catolicismo era a religião oficial do Reino de Portugal e do Brasil— poderia ser sepultada em jazigo familiar.(IGREJA CATÓLICA; ARQUIDIOCESE DA BAHIA, 1719)

Contudo, não há normalização operativa clara de como isso deveria ser executado em nenhuma fonte consultada.

De qualquer maneira, com ou sem aval eclesiástico, os rituais fúnebres de meninos e meninas, durante o século XIX eram superlativamente contrastantes às exéquias de um adulto.

Segundo Luiz Lima Vailati, em ‘A Morte Menina’, a morte infantil em São Paulo e no Rio de Janeiro era celebrada como um acontecimento com um pesar quase inexistente, como visitas, cumprimentos e descontração.(VAILATI, 2010)

Esses ritos ‘animados’ ocupavam um silêncio procedimental regulado pela Igreja, bem em contraponto ao rigor das normativas do Concílio de Trento.Id., 2010

3.6.8.4 Sutilezas ,mais-valia e hierarquia social enunciadas

A descontração de quem ‘gira e roda’, nas linhas de seu epitáfio, sem pecado e sem pesar, como a falecida Isabela Kerr, é herança ressignificada dos séculos de sepultamentos e rituais fúnebres infantis no Brasil, sob o primado tridentino e operado pelas ordenações filipinas. Diz Vailati que:

Nos casos dos funerais, a Igreja tridentina tentará a todo custo se opor a estas tendências, atitude revelada numa legislação fúnebre inclinada a limitar tais exageros. Quando se lembra que o cerimonial mortuário infantil era deixado de lado por parte das autoridades religiosas as quais parecia pouco importar a forma como era realizado, não é surpreendente que as elites coloniais se aproveitassem dessa ocasião para, mais do que em qualquer outra, colocar o espetáculo a serviço da manutenção de representações cuja função era dar conta da reprodução da hierarquia social. (VAILATI, 2010, 108)

3.6.8.5 Inconfidências autorais

Sobre festas e heterodoxias em exéquias infantis apresentadas acima, cabe aqui uma reflexão de cunho autoral. No início da década de 1990, este pesquisador teve a oportunidade de participar de um funeral dedicado a uma natimorta, no Recôncavo da Bahia.

Naquela ocasião, não havia choro, nem lamentos e o clima era de júbilo, embora respeitoso, pela assunção de um ‘anjinho’ ao céu.

Não havia adultos no local, senão a parentela da pequena morta e o funeral doméstico exibia um quórum predominantemente infantil.

Era mister, como símbolo de reverência e respeito, oscular os pés da defunta que jazia em seu diminuto ataúde branco. Esse costume, naquela altura, não era totalmente alheio àquela região da Baía de Todos os Santos.

Quer-se revelar com o registro dessa experiência autoral— relatada em terceira pessoa ,em respeito às diretivas acadêmicas,— que os elementos de alegoria e de relação de ‘mais-valia’ fúnebre, sempre penderam para as exéquias de defuntos adultos na contabilidade das almas, em convergência às relações de hierarquia social, conforme pensamento de Vailati, reproduzido acima.

3.6.8.6 Adornos, significantes e significados

Pode-se captar que a figura do anjo que repousa sobre seu túmulo é pequena e visualmente descomunal e com elementos anatômicos desproporcionais. É um anjo à moda de bonecos infantis com signos evidentes de caricatura pueril.

O ‘anjo guardião’ da sepultura da menina, suscita ao passante reminiscências alusivas às figuras manufaturadas em argila ou massa de modelagem escolar; elementos de ambiência lúdica e infantil.

Para sua família e, para todo o discurso popular e imaginário das gentes, uma criança falecida em tenra idade é parte central do teatro espectral que se descortina *post-mortem*.

A criança alada, estilizada e alegórica — que repousa sobre sua lápide — enuncia o discurso silencioso, onde qualquer explicação seria inútil e vã: ali jaz um anjo.

3.6.8.7 O dito e o implícito

Isabela Valladares Kerr

22/8/1989 a 25/12/1991

A Bela é linda

A Bela é bela

E o amor que vai girando em torno dela

E gira e roda Isabela

A Flor mais bela no coração, todo calor nos sonhos dela.

A lápide de Isabela registra que seu decesso aconteceu dia 25 de dezembro de 1991, em pleno natal. Isso agrega possibilidades analíticas mais tensionadas e interdisciplinares a este 'estudo de caso', sob a perspectiva da semântica, de análise discursiva e histórica.

As possibilidades analíticas do discurso de seu epitáfio podem ser dissecadas em camadas polissêmicas e polissensoriais, exatamente como propõe Dominique Maingueneau, por advir de carga emotiva atrelada ao tabu da morte infantil.

O discurso é uma organização além da frase. Isto não quer dizer que todo discurso se manifeste por sequências de palavras de dimensões obrigatoriamente superiores à frase, mas que ele mobiliza estruturas de outra ordem, diferentes das da frase. (MAINGUENEAU, 2020, p.:464)

Naquela quarta-feira natalina o mundo como se conhecia havia colapsado e possibilidades de um porvir menos belicoso adornava um cenário de esperança generalizada. O então presidente soviético, Mikhail Gorbachev, renunciava de seu cargo e o extinguiu. No dia seguinte, é anunciada a dissolução da União Soviética. (FABIO PREVIDELLI - AVENTURAS NA HISTÓRIA, 2025)

Assim como um anjo anuncia a chegada do Messias, naquela data, outro anuncia a assunção de uma menina, com menos de três anos, ao céu cristão e prenunciava um porvir disruptivo.

A lápide da menina oferece ao visitante todos os elementos de cristandade fúnebre: anjo; cruz romana— que antecede a data de falecimento— e, como visto, a alusão bíblica do livro que abriga os versos de seu epitáfio.

O adjetivo ‘bela’— um dos radicais de seu nome— é repetido e acrescido de outro sinônimo de formosura: ‘linda’.

3.6.8.8 *Mors Immatura*

O reforço da beleza da criança defunta evoca piedade ao leitor que se compadece da ‘*Mors Immatura*’⁹ em registros milenares de estelas¹⁰ epigráficas greco-latinas estudadas e indexadas pelo *Corpus Inscriptionum Latinarum*¹¹ e por compiladores da Antologia Palatina.¹²

Há um elemento fito-fúnebre nessa composição imagética que se repete em sepulturas com adornos e relevos, em veios de mármore, sejam elas clássicas, barrocas e contemporâneas: discurso alusivo a flores e desdobramentos semânticos de significante e significado, elementos remanescentes, ocultos, que retrocedem à gênese da Civilização Ocidental, no Mediterrâneo.

A historiadora ‘cemiterista’ Maria Elizia Borges diz que a leitura de uma construção tumular deve ser feita em sua totalidade e considerando todos os vieses simbólicos de forma e imagem. Ou seja, considera-se a ambiência como elemento para leitura do todo. (BORGES, 2017)

Ainda que o *corpus* de estudo seja a análise da epigrafia fúnebre— os epitáfios— elementos alheios à escrita e ao discurso, são igualmente relevantes para a semântica fúnebre dos edifícios tumulares.

O túmulo da garotinha brasiliense está adornado com sua foto, em porcelana, retratada com vestido tipicamente infantil. Isabela olha para cima, sorri, mas não se preocupa com a lente da câmera. Até-se a fitar alguém que lhe inspira alguma ternura porque vê-se um sorriso esboçado em seu rosto. Para a historiadora da arte, Maria Elizia Borges diz, com base nas suas pesquisas e produção acadêmica sobre arte cemiterial que:

Os retratos de porcelana mostrados nos túmulos diríamos que estavam forçosamente vinculados à moda da época. As famílias burguesas de luto costumavam escolher as fotografias que mais representassem a imagem ideal da criança em vida (conforme dito anteriormente), possivelmente eram escolhidos aqueles que

⁹ ‘*Mors Immatura*’ é expressão latina consagrada na epigrafia fúnebre, sobretudo nos estudos da área na Roma Clássica. Traduz-se, aproximadamente, como ‘morte prematura’ está associada a sepultamentos de natimortos e crianças falecidas em tenra idade.

¹⁰ Segundo o Dicionário Caldas Aulete da Língua Portuguesa, ‘estela’ é s. f. || monólito; espécie de coluna, destinada a ter uma inscrição; marco: *Estela* funerária. F. gr. *Stele* (coluna tumular).

¹¹ *Corpus Inscriptionum Latinarum* (abreviado CIL) é a mais importante coleção de inscrições epigráficas da Antiguidade mantida pela Academia de Berlim-Brandemburgo e publicada desde o século XIX. Fonte: <http://cil.bbaw.de/en/>

¹² A Antologia Palatina é uma coleção de poemas e epigramas gregos redigidos entre os séculos VII a.C e 600 d.C.

retratassem um modelito novo, usado talvez em um de seus aniversários. O vestuário consistia no seguinte: Para as meninas - vestidos leves com saias rodadas, enfeitadas com rendas, babadinhos, passamanarias; sapatinhos boneca e os tradicionais laços na cabeça [...].(BORGES, 1997, 152)

No discurso de seus pais, perpetuado em dísticos elegíacos, ela 'gira e roda', talvez, inconsciente ao lapicida, uma citação do curso da própria vida que seguirá sem Isabela.

Embora ausente, na concretude dessa tumba infante, a poesia lhe convoca aos sentidos como imagem de beleza, paz e perfume. A dor materna trata de negar elementos biológicos da finitude da vida física.

A evocação da apreciação da beleza e da sinestesia dos sentidos é um dos engenhos mais antigos que as sociedades usam para repelir o imaginário da morte.

A morte sempre foi alvo a ser protelado, quando isso fosse exequível, mas sempre repelida como signo do fracasso e das impossibilidades humanas com o intangível. Tal pensamento é endossado pelo sociólogo alemão, Norbert Elias, em 'A Solidão dos Moribundos', de 1982 quando ele diz que:

"A morte é um dos grandes perigos bio-sociais na vida humana. Como outros aspectos animais, a morte, tanto como processo quanto como imagem mnemônica, é empurrada mais e mais para os bastidores da vida social durante o impulso civilizador." (ELIAS, 2001, p.:145)

A beleza do corpo morto é fugidia e ,da brevidade de sua composição orgânica, não brota beleza plástica, paz e perfume.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A força da espiral do tempo no objeto de pesquisa.

Ao fim deste texto de dissertação de mestrado, de imediato, é compulsório estabelecer uma escolha vocabular que extrapola as questões puramente linguísticas: aqui não haverá ‘Conclusão’ e sim ‘Considerações Finais’.

O que parece sinonímia a uma interpretação de sentido desatenta ou apressada, desdobra-se em implicações reais de engessamento de conceitos, análises e de procedimentos.

Esta distinção aqui defendida não se resume a uma simples eleição terminológica, mas está fundamentada na própria natureza epistemológica das ciências sociais e dos estudos das humanidades, *lato senso*.

O que se propõe refletir aqui está em oposição às praxes das ciências exatas e biológicas, onde os resultados e a culminância da análise de seus objetos de estudo tem cariz eminentemente pragmáticos —muitas vezes, com resultados quantitativos e procedimentais cuja mensuração pode ser legitimada valendo-se da aplicação do método científico aplicado e, até, do empirismo das observações de costume de práticas tradicionais.

Em oposição a isso, o trabalho historiográfico —e este, em especial, que flerta de forma contundente com a antropologia, etnografia e literatura— opera na intangibilidade, no campo da memória e da cultura.

Não obstante, não é impreciso e tampouco inverossímil, só não há materialidade semelhante ao núcleo duro daquelas outras áreas do saber.

Conforme refletido por Michel de Certeau, a operação histórica é uma construção conjugada entre lugar social, procedimentos de análise e escrita; assim é subjetiva e faticamente infiel aos acontecimentos do passado, tal e qual se processou em tempos pretéritos ao tempo do pesquisador e de sua produção. (CERTEAU, 2011)

Considerando-se isso, esta dissertação não pode e nem irá aqui lavrar veredito derradeiro e perpétuo sobre os epitáfios da área pré-delimitada para o estudo dentro do Cemitério Campo da Esperança—Cemitério Sul—, da Capital Federal.

O que se pode, e o que convém, oferecer aqui é um balanço provisório de leituras inacabadas porque o fluxo de reflexões, redefinições e ressignificações entre o pesquisador e seu objeto de pesquisa não pode arriscar se encerrar no vácuo estéril dos laboratórios científicos e suscita revisões e reanálises perenes à medida que o olhar sobre seu objeto se aprofunde e amadureça com a marcha espiralada do tempo, tal e qual àquelas do Campo da Esperança.

Da construção e dos sentidos da pesquisa

A construção da narrativa deste trabalho de pesquisa é resultante de análises longas—e extenuantes— do percurso feito desde os mitos e histórias fundacionais de Brasília até às minúcias de uma mostra pequena , aqui exposta, de sua epigrafia fúnebre.

Diz-se ‘pequena amostra’ porque a coleta realizada, durante dezenas de visitas ao sítio de pesquisa ofereceu mais de 40 possibilidades a serem descortinadas, contudo, como se viu já no final das análises, seria infactível e inviável, analisar quatro dezenas de lápides, para este momento de apresentação de trabalho final a se cumprir nesta fase de defesa e entrega da versão final do texto dissertativo.

Não havia tempo, tempo com qualidade e integralmente disponível às reflexões, leituras, anamneses e exegeses procedimentais a um campo de pesquisa que fascina e, simultaneamente, pode ser traiçoeiro para o pesquisador de primeira viagem, exatamente o caso em pauta.

O objeto de pesquisa revelou, como se tivesse vontade própria e autonomia, múltiplas camadas sobrepostas que se vão revelando gradualmente, em respeito ao próprio amadurecimento e letramento do pesquisador.

A análise de epigrafia e epitáfios é desafiadora e viciante, mas não é de simples factibilidade pela própria interdisciplinaridade que caracteriza sua natureza epistêmica.

Se, por um lado, a cidade e sua construção epopeica servem como pano de fundo, como coadjuvante de narrativas —de viver, morrer, sepultar, cultuar e rememorar— por outro, o cemitério e suas lápides assumem o papel de protagonistas da história da capital, sussurrando pelas vozes das lajes sepulcrais do Campo da Esperança versões que a oficialidade dos documentos do Estado omitem ou preterem.

A análise de seis tipologias apresentadas no Capítulo III, do Bandeirante ao Ausente, ‘compensaram’ a impossibilidade da análise do fausto monumental das necrópoles novecentistas das velhas capitais da Nação.

Assim como em *Kerameikos*, (em consonância à introdução do Capítulo III) sem haver ordens ou determinações explícitas —à moda de Demétrio de Faleros, em sua Atenas Clássica de antanho—os epitáfios brasilienses ocuparam espaço possível de destaque de marcadores sociais de honra, glória e mobilidade social gravados em pedra, mimetizando documentos *sui generis* de identidade social e memória coletiva.

Diálogos Fúnebres

Refletir acerca das distintas nuances do texto epigráfico fúnebre permite compreender a morte, para além de contingências biológicas da própria vida, tal como um fenômeno culturalmente complexo e codificado.

O epitáfio é, portanto, vinculação dialógica entre vivos e mortos, ou ,como queriam

os romanos, entre o jazente e o passante; entre vivos e seu porvir.

A caminhada acadêmica traçada até aqui não foi nada linear sendo marcada por diversos ajustes consequentes das limitações e das ponderações da banca no 'exame de qualificação' do pesquisador, em conformidade ao exposto na introdução deste trabalho.

O tal processo de maturação acadêmica e do pesquisador e de sua pesquisa torna-se visível na evolução das análises apresentadas que, originalmente, foram redigidas em momentos diferentes e em circunstâncias cambiantes entre favoráveis e desafiadoras. A interdisciplinaridade dos estudos epitáficos demanda imersão lenta, contínua e profunda.

A reiteração constante de que os cemitérios— velhos, centenários, parque ou jardim, eclesiásticos e seculares— são guardiães de memória e história é compulsória e importante para o rechaço do estigma e de rótulos contraproducentes, sob a perspectiva da vastidão dos focos de investigação científica.

Legados e pertinências

Há uma problemática peculiar no cenário acadêmico brasileiro para quem deseja estudar epitáfios no campo da História: os estudos epitáficos estão majoritariamente atrelados aos departamentos de linguística e literatura das universidades federais com pouquíssima capilaridade fora deste recorte setorial acadêmico.

Qualquer busca simples sobre 'epitáfios' nos indexadores de pesquisa acadêmica como 'Google Acadêmico', 'Academia' e 'Researchgate' oferecem resultados majoritários contidos nos estudos literários, linguística e análise do discurso. Para esses pesquisadores, os epitáfios são classificados, na verdade, como gênero literário e isso não preenche, de fato, as lacunas de uso, função e pertinências históricas que 'gritam', noite e dia, nas consciências de historiadores, antropólogos e etnólogos.

Um dos papéis desta dissertação é estimular os estudos de epitáfio dentro das ciências sociais e no imaginário acadêmico de pesquisadores brasileiros. A análise da escrita tumular é importante para a compreensão das dinâmicas de vida e morte das sociedades passadas e contemporâneas, assim como o são os de arte tumular, ritos fúnebres e da sociologia do luto.

Não obstante, há uma consciência por parte do pesquisador, de que os espaços e tempos para a execução de uma dissertação de mestrado sobre epitáfios carrega limitações inerentes ao *corpus* e seu cabedal argumentativo.

Ao fim e ao cabo, o pesquisador enamora-se e se casa com seu tema de pesquisa e isso é, muitas vezes, causador de dissabores e ansiedades peculiares que prejudicam o criador e sua obra.

Tal relação tão íntima e por tanto tempo, como foi o caso, desencorajam e desestimulam qualquer tipo de divórcio entre o pesquisador e o objeto de estudo e suscitam compromissos informais de mergulho mais profundo nesta seara para o futuro que terão

como desdobramento a produção de reflexões mais acuradas e maturadas que legitimem o estudo dos epitáfios contemporâneos como campo de saber legítimo, desmistificado e sem estigmas.

Cemitérios, equipamentos sociais e multimodalidade

Esta dissertação também serve —e almeja— para suscitar reflexões acerca da incorporação dos cemitérios como equipamentos públicos legítimos para o fomento dos saberes culturais, artísticos, literários e museológicos dentro dos municípios que os abrigam.

A valorização dos espaços cemiteriais tem potencial de fortalecimento da indústria do turismo patrimonial e histórico com benefício social e econômico para as cidades.

Em casos específicos, como o do Cemitério Campo da Esperança—e consoante as ideias originais de Lúcio Costa— com características mistas entre jardim e tradicional, com sepulturas construídas acima do nível do solo, seria possível aproveitar sua vastíssima área para atividades convenientes ao ambiente, como caminhadas ao ar livre, meditação e turismo cívico.

A espiral do Cemitério Campo da Esperança ,que tanto inspirou as análises e comentários desta dissertação, pode e deveria ser incorporada como elemento de celebração da vida, espiral ascendente de memória, cultura e bem-estar para a vida da Capital da Esperança prevista e sonhada por São João Bosco.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASIL. **Assassinato de Ana Lúcia completa 50 anos de silêncios e impunidade**. 2023/11/09. Matéria Jornalística. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-09/assassinato-de-ana-lidia-completa-50-anos-de-silencios-e-impunidade>. Acesso em: 20/07/2024.
- AMADOR, J. C. **Histórias de Brasília**. Ebook. Brasília: Autor, 2016. ISBN 9788592101008.
- ARIÈS, P. **O Homem Diante da Morte**. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2014. ISBN 9788539305353.
- ASCOM/CLDF. **CPI dos Cemitérios faz balanço de suas atividades**. 26/06/2008. Disponível em: <https://www.cl.df.gov.br/-/cpi-dos-cemiterios-faz-balanco-de-suas-atividades>. Acesso em: 15/04/2024.
- BARROS, J. D. **O jornal como fonte histórica**. Petrópolis: Vozes, 2023. ISBN 9786557138359.
- BLUTEAU, P. D. R. **Vocabulário Português e Latino**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1713. v. 3. Disponível em: https://purl.pt/13969/4/l-2773-a/l-2773-a_item4/l-2773-a_PDF/l-2773-a_PDF_24-C-R0090/l-2773-a_0000_capa-capat24-C-R0090.pdf.
- BORGES, M. E. **Arte Funerária no Brasil (1890-1930)**: Ofício de Marmoristas Italianos em Ribeirão Preto. 2. ed. Goiânia: Editora UFG, 2017. 432 p. ISBN 9788549501479.
- BORGES, M. E. Arte Funerária: representação do vestuário da criança. **Revista Pós-História**, Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), Campinas, n. 15, p. 149 – 164, 1997.
- BORGES, M. E. Cemitério - Necrópoles. In: NASCIMENTO, M. R. do; DILLMANN, M. (org.). **Guia Didático e Histórico de verbetes sobre a morte e o morrer**. Porto Alegre: Casalettras, 2022. p. 56 – 66. ISBN 978-65-86625-65-3.
- BRASIL. Resolução Nº 335 de 29/09/2020. **RESOLUÇÃO CONAMA nº 335, de 3 de abril de 2003**, 2003. Disponível em: https://conama.mma.gov.br/?option=com_sisconama&task=arquivo.download&id=355.
- BRASÍLIA, DF. LEI Nº 2.424, DE 13 DE JULHO DE 1999. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, p. 1 – 2, 1999. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/50382/Lei_2424_1999.html.
- CAIXETA, E. M. P. Brasília: a cidade dos desejos - reflexões acerca das cidades projetadas por Carmen Portinho e Lúcio Costa. **Visualidades**, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, v. 4, n. 1 e 2, Abril 2012. ISSN 23176784. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/VISUAL/index>. Acesso em: 22 de setembro 2023.
- CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL. Relatório final da CPI dos Cemitérios. **Relatório final da CPI dos Cemitérios**, Brasília, p. 1 – 97, 2008.
- CAMINHA, P. V. de. **Carta a El-Rei Dom Manuel**: Sobre o achamento do Brasil. [S.l.]: Montecristo Editora, 2022. ISBN 978619653184.

CANNON, A. The Historical Dimension in Mortuary Expressions of Status and Sentiment. **Current Anthropology**, v. 30, p. 437 – 458, August-October 1989.

CATROGA, F. O culto dos mortos como uma poética da ausência. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 12, n. 20, p. 163 – 182, jan.-jun. 2010.

CERTEAU, M. de. **A Escrita da História**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. 414 p. ISBN 978-8530935733.

CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. **Dicionário de Símbolos**: mitos, sonhos, costumes, gestos formas, figuras, cores, números. 27. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2015. ISBN 978-85-03-00257-8.

CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. **Dicionário de Símbolos**: Mitos, Sonhos, Costumes, Gestos, Formas, Figuras, Cores, Números. Vera da Costa e Silva; Raul de Sá Barbosa; Angela Melim; Lúcia Melim. 39^a. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2024. ISBN 9786558470076.

CÍCERO, M. **Discussões Tusculanas**. Bruno Fregni Bassetto. Uberlândia: EDFU, 2014. v. 4. ISBN 978-65-5824-028-0. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/72kk4>.

CICERO, M. T. **In Verrem**. [70 a.C.]. Actio Secunda, Liber IV, ss. 131–133. Disponível em: <https://www.thelatinlibrary.com/cicero/verres.2.4.shtml>.

CÍCERO, M. T.; CÍCERO, M. T. **Sobre as leis (De Legibus)**. Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), 2021. ISBN 978-65-89512-17-2. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/13800>.

CONTERRÂNEOS Velhos de Guerra. Vladimir Carvalho. São Paulo: [s.n.], 1990. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1tzpsf-ZVdU>. Acesso em: 19 de julho 2023.

COSTA, H. J. da. Correio Braziliense. **Correio Braziliense**, Londres, 1811.

DF LETRAS: a revista cultural de Brasília. CLDF, Brasília, v. 5, n. 47-50, p. 1 – 36, mar. 1998.

ELIAS, N. **A Solidão dos Moribundos**: seguido de Envelhecer e Morrer. Plínio Augusto de Souza Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. E-book. Não paginado. Localização 145.

FABIO PREVIDELLI - AVENTURAS NA HISTÓRIA. **Numa noite de Natal: Em 1991, renúncia de Gorbachev decretava o fim da União Soviética**. 2025. Matéria Jornalística. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.com.br/noticias/reportagem/numa-noite-de-natal-em-1991-renuncia-de-gorbachev-decretava-o-fim-da-uniao-sovietica.phtml>. Acesso em: 03/01/2026.

FRIENDS. **Friends of Paddington Old cemetery**. 2023. Endereço eletrônico. Disponível em: <https://www.fopoc.com/new-page-4-1>. Acesso em: 2 jul. 2023.

GOFF, J. L. **História e Memória**. Bernardo Leitão. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003. 272 p. ISBN 85-268-0615-7.

GOFF, J. L. **O Nascimento do Purgatório**. Maria Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2017. E-book. loc. 300. ISBN 9788532657046.

GOMES, E. da S.; SOUZA, N. de. **TRENTO, O CONCÍLIO E SEUS DESDOBRAMENTOS NO BRASIL**: Contexto e Permanências. 1. ed. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2018. 156 p. ISBN 978-85-462-1178-4.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Antonio Fontoura. 1. ed. Curitiba: Antonio Fontoura, 2024. 178 p. Publicado a partir da edição francesa *La Mémoire Collective*, 1950. Tradução de Antonio Fontoura.

HM GOVERNMENT. Burial Act 1852. **Burial Act 1852**, 1852. Disponível em: <https://www.legislation.gov.uk/ukpga/Vict/15-16/85>.

HOUAISS A; VILLAR MS; FRANCO FMM. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. 2004. Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/houaission/apps/uol_www/vopen/html/inicio.php/. Acesso em: mar. 2024.

IGREJA CATÓLICA; ARQUIDIOCESE DA BAHIA. **Constituições primeyras do Arcebispo da Bahia**. Lisboa: Officina de Paschoal da Sylva, 1719. Promulgadas em 1707; impressas em 1719; há edições modernas.

IMPRESSÃO RÉGIA. Discurso do Immortal Guilherme Pit: Pronunciado Poucos Annos Antes de seu Falecimento, no Parlamento Imperial Dos Reinos Unidos da Gram Bretanha e Irlanda. Contém Reflexões e Prognosticos Dignos da Perpetua Lembrança Dos Veneradores Deste Grande Homem de Estado. Impressão Régia, Lisboa, p. 9 – 10, 1809.

KHAFASH, L. **Disneyzación, parques temáticos y cultura corporativa en el capitalismo terciario**. 2016. 539 p. Tese (Geografia) — Universidad Complutense de Madrid. Disponível em: <https://docta.ucm.es/entities/publication/00d88883-4975-428f-ab01-a17982c9f96d>.

KUBITSCHKE, J. **Por que construí Brasília**. Brasília: Senado Federal, 2000. 477 p. (Brasil 500 anos).

LEMOYNE, G. B. *Memorie Biografiche di S. Giovanni Bosco*. In: LEMOYNE, G. B. (Ed.). **Memorie Biografiche di S. Giovanni Bosco**. Torino: Societa Editrice Internazionale, 1935. v. 16, p. 385 – 394.

LIMA, R. V. de; NASCIMENTO, J. V. **O gênero de discurso epitáfio e a imagem do outro na memória social**. 2016. Tese (Doutorado) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/18909>.

LÚCIO COSTA. Relatório do Plano Piloto de Brasília. **Relatório do Plano Piloto de Brasília**, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Superintendência do Iphan no Distrito Federal, Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal, Brasília, p. 1 – 140, 2018.

MAINGUENEAU, D. **Cenas da enunciação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. Organização: Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. (Lingua[gem], 28). ISBN 978-85-88456-86-0.

MAINGUENEAU, D. **Discurso e análise do discurso**. Sírio Possenti. 1. ed. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2020. Ebook. ISBN 978-65-86250-44-2.

MARIÑO, R. O.; URETA, A. E. **Parca Voz**: Los Epitafios del cementerio Presbítero Matías Maestro de Lima. Lima, Peru: Municipalidad de Lima, 2015. ISBN 9789972726125.

MÁRTIRES, V. dos. **Director funebre reformado para se officiar, e administrar com perfeição o sacrosanto viatico, extrema-unção aos enfermos, enterros, officios de defunctos, procissão das almas, e outras funções pertencentes aos mortos**. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1780.

MICHAELIS Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa. [S.l.]: Editora Melhoramentos, 2015. ISBN 9788506040249.

MORRIS, I. **Death Ritual and Social Structure in Classical Antiquity**. 2. ed. New York: Cambridge University Press, 1996.

O BANDEIRANTE do Século XX. Novacap, Rio de Janeiro, v. 3, n. 25, p. 4 – 5, Jan 01/1959. Brasília: revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap).

OLIVEIRA, L. A configuração espacial da morte: Espaços segregados no Cemitério Campo da Esperança. **Varau - Revista do Curso de Arquitetura e Urbanismo**, Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF, n. 5, p. 21 – 47, 2016.

OLIVEIRA, M. N. M. **Campo da Esperança: As relações entre vivos e mortos no cemitério de Brasília**. 2018. 76 p. Monografia (Antropologia) — Universidade de Brasília.

PEREIRA, J. C. M. da S. **À flor da terra: O cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, 2006. 186 p.

PINTO, L. H. N. (org.). **Discursos Selecionados do Presidente Juscelino Kubitschek**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010. 68 p. ISBN 978.85.7631.186-7. Disponível em: https://funag.gov.br/loja/download/628-Discursos_jk.pdf.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio.. Dora Rocha Flaksman. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3 – 15, 1989.

PORTAL G1 DISTRITO FEDERAL. **Operários concretados nos prédios de Brasília: Mito ou verdade?** 21/04/2018. Digital. Disponível em: <http://especiais.g1.globo.com/distrito-federal/2018/operarios-concretados-nos-predios-de-brasilia-mito-ou-verdade/#:~:text=O%20relato%20comum%20aponta%20que,de%20acidentes%20s%C3%A3o%20historicamente%20desprezados>. Acesso em: 2 jul. 2023.

PORTUGAL (comp.). **Código filipino, ou, Ordenações e leis do Reino de Portugal**: recopiladas por mandado d'el-Rei D. Filipe I. Brasília: Senado, 2012. v. 4. (Edições do Senado Federal, v. 4). ISBN 978-85-7018-372-9.

PORTUGAL. **Ordenações Filipinas**. Lisboa: s.n., 1603. Livro V.

REIS, J. J. **A morte é uma festa**. Ebook. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2022. ISBN 9786557828021.

SÁ, S. de. **Bernardo Sayão**: Caminhos, afetos, cidades. 1ª. ed. Brasília: Edição do Autor, 2023. ISBN 978-65-00-71238-4.

SILVA, L. S. D. da. **A construção de Brasília**: modernidade e periferia. 3ª. ed. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2017. 133 p. ISBN 978-85-7274-462-1.

SOUSA, N. H. B. de. O massacre da Pacheco Fernandes Dantas em 1959: Memória dos trabalhadores da construção civil de Brasília: memória dos trabalhadores da construção civil de Brasília. **Revista Intercâmbio**, Universidade de Brasília, Brasília, p. 6 – 6, 2015. Disponível em: <https://unb.revistaintercambio.net.br/24h/pessoa/temp/anexo/1/1251/2053.pdf>. Acesso em: 22 de setembro 2023.

TAVARES, J. C. **Projetos para Brasília e a cultura urbanística nacional**. 2004a. 548 p. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo) — Universidade de São Paulo. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18131/tde-23092008-111353/publico/jeferson_tavares.pdf.

TAVARES, J. C. **Projetos para Brasília e a cultura urbanística nacional**. 2004b. Dissertação (Mestrado) — Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, dissertação (Mestrado).

TEMPLO da Boa Vontade. 2023. Endereço eletrônico. Disponível em: <https://www.tbv.com.br/>. Acesso em: 2 jul. 2023.

VAILATI, L. L. **A Morte Menina**: Infância e morte infantil no Brasil dos oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo). São Paulo, SP: Alameda Casa Editorial, 2010. 362 p. ISBN 9788579390470.

VALLADARES, C. do P. **Arte e sociedade nos cemitérios brasileiros**: um estudo da arte cemiterial ocorrida no Brasil desde as sepulturas de igrejas e as catacumbas de ordens e irmandades até os cemitérios laicos. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972. v. 2.

VANSINA, J. A tradição oral e sua metodologia. In: KI-ZERBO, Joseph (org.). . 2. ed. Rev. Brasília: UNESCO, 2010. p. 139-166. In: VANSINA, J. (Ed.). **História Geral da África**. [S.l.: s.n.], 2010. cap. II.

VIDAL, L. **De Nova Lisboa a Brasília**: A invenção de uma capital (séculos XIX-XX). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009. 352 p. ISBN 9788523010058.

XCARET - MÉXICO. **Cementerio Puente al Paraíso**. 2023. Digital. Disponível em: <https://www.xcaret.com/pt/atracoes/ceimiterio-mexicano/>. Acesso em: 2 jul. 2023.

Anexos

E-mail de Universidade Federal de Goiás - Re: Questionário/ e...



SÓCRATES ALVES BASTOS <>

Re: Questionário/ entrevista de uso acadêmico e solicitação de identificação de sepultura

1 mensagem

6 de maio de 2022 às 15:53

Para: Sócrates Bastos <>

Pergunta: Há quantos restos humanos sepultados no Cemitério Campo da Esperança hoje?

Resposta: Há cerca de 220 mil pessoas sepultadas no Cemitério Campo da Esperança (Asa Sul). Essa é uma estimativa, visto que pode haver falhas nos registros de sepultamentos anteriores a 2002, ano em que a Campo da Esperança Serviços Ltda. assumiu a concessão pública dos seis cemitérios do Distrito Federal.

P: Esse número engloba todos os registros desde sua fundação?

R: Sim.

P: Qual é o tamanho da área útil integral do cemitério?

R: O Campo da Esperança ocupa área de 1,2 milhão de metros quadrados.

P: Onde se pode encontrar a ata de fundação do cemitério? A empresa possui uma cópia original do mapa do cemitério?

A concessionária não possui a ata de fundação. Talvez você o consiga na Secretaria de Justiça.

P: Em qualquer visita se pode perceber que há túmulos mal cuidados, abandonados ou quase invisíveis encobertos por mato. Esses túmulos estão abandonados pelas famílias? Neste caso, o cemitério tem posse do livro de registros dos antigos sepultamentos, antes de 2002, quando a empresa passa a ser concessionária do serviço? Há dezenas de sepulturas sem quaisquer identificações, esse fato está atrelado de não haver registros anteriores a 2002 sob a tutela do cemitério?

R: Os jazigos são propriedades particulares e, de acordo com o contrato de concessão pública dos cemitérios do DF, a empresa somente poderá realizar o serviço de conservação se contratada pelos proprietários.

As sepulturas, principalmente na área antiga, estão sujeitas a deterioração provocada pela própria exposição ao tempo e pela falta de manutenção, que pode ser feita pela família quando ela opta em não contratar os serviços da concessionária.

Ao fim do período de arrendamento das sepulturas (que pode durar 10, 15 ou 20 anos, dependendo do contrato assinado, e renovado uma vez ou transformado em perpétuo), os responsáveis são comunicados pela concessionária para que a área seja desocupada. Os restos mortais são exumados e a família decide o destino, que pode ser o columbário ou outro jazigo pertencente à família.

No entanto, quando o contrato do jazigo é perpétuo e ele está abandonado pela família, a Campo da Esperança Serviços fica impossibilitada legalmente de interferir com ações que não sejam de segurança, como conserto de tampas quebradas. Grande parte desses jazigos existem há mais de 40 anos. Em muitos casos, o "abandono" ocorre pela própria extinção da família, pela mudança de cidade dos parentes próximos ou por questões pessoais ou religiosas que impeçam as novas gerações da família de frequentar o cemitério e não se responsabilizar pela manutenção dos jazigos.

A identificação de sepulturas nas áreas antigas dos cemitérios é dificultada, e muitas vezes

Observação: o nome do interlocutor foi ocultado nesta versão para preservação da fonte.

E-mail de Universidade Federal de Goiás - Re: Questionário/ e...

impossibilitada, pela precariedade dos registros anteriores a 2002.

P: Quantos túmulos estão abandonados? Neste caso, há algum prazo ou previsão legal para desapropriação?

R: Não é possível definir critérios para classificar sepulturas abandonadas (como tempo ou estado de conservação) e não há estimativa de quantas são.

A previsão legal para a desapropriação dos jazigos segue o contrato firmado entre os proprietários e a concessionária (no caso dos jazigos anteriores a 2002, contrato firmado com o antigo administrador dos cemitérios). Nas regras atuais, os jazigos podem ser arrendados por 10, 15 ou 20 anos, com direito a renovação uma única vez, ou adquiridos (os chamados jazigos perpétuos).

P: Em uma das minhas pesquisas no Arquivo Público, encontrei a menção a uma entidade chamada “Casa do Coveiro”, cuja sede terá funcionado dentro das dependências do Cemitério. Essa entidade ainda existe?

R: Não é do conhecimento da concessionária a existência de uma instituição chamada Casa do Coveiro. Sabe-se que antes da concessão, onde hoje fica a administração do Campo da Esperança, a área era ocupada por órgãos do GDF. O terreno também abrigava algumas casas, que provavelmente eram moradias de coveiros.

P: Os cemitérios israelita e islâmico possuem autonomia? Há quantos corpos inumados em cada um deles?

R: A autonomia das entidades representativas se limita a definir as pessoas que têm direito a serem sepultadas na área. O sepultamento, a exumação ou outros serviços próprios do cemitério são feitos pela concessionária.

P: Existe ou já foi identificado pela administração, excetuando-se o feriado de finados, alguma data que gera mais visitas ao cemitério?

R: O Dia das Mães é a segunda data mais movimentada, após Dia de Finados. Dia dos Pais também se destaca.

P: Quais são os túmulos mais visitados?

R: Não há registro oficial sobre as sepulturas mais visitadas, visto que não há controle de entrada e saída de visitantes durante o horário de funcionamento dos cemitérios. No entanto, é possível perceber interesse maior, principalmente no Dia de Finados, em sepulturas de autoridades, como a do presidente Juscelino Kubitschek, do vice-presidente Marco Maciel e do governador do DF Joaquim Roriz. Além deles, o jazigo da Ana Lúcia (criança assassinada em Brasília na década de 1970) também é bastante visitado.

P: Há registros de conflitos no interior do cemitério oriundos de choques interreligiosos?

R: Não.

P: Há alguma orientação ou impedimento na escolha familiar no que diz respeito aos rituais de sepultamento dentro do Cemitério Campo da Esperança?

R: Por parte da concessionária não há qualquer impedimento, visto que são cemitérios públicos e laicos. Há, no entanto, uma limitação legal. De acordo com o Decreto 40.569, Art. 2º, “A prática de ritos de todos os cultos religiosos é livre, limitada ao interior das capelas e à beira das sepulturas dos cemitérios dos Distrito Federal, desde que não ofendam a moral pública e as leis do país”.

P: O Campo da Esperança identifica alguma sepultura ou conjunto de sepulturas de apelo turístico e religioso que demandam restauração?

Existem sepulturas com apelo histórico, mas não turístico.

P: Como o Campo da Esperança percebe a possibilidade de estimular o turismo cívico e histórico cemiterial? Já há algum tipo de iniciativa?

Observação: o nome do interlocutor foi ocultado nesta versão para preservação da fonte.

E-mail de Universidade Federal de Goiás - Re: Questionário/ e...

R: Não há qualquer iniciativa nesse sentido.

P: O que faz parte do acervo histórico, documental e de registro de sepultamentos e exumações do cemitério hoje? Como se pode consultá-los?

R: A concessionária não possui qualquer documentação histórica dos cemitérios do DF. Os registros de sepultamentos realizados antes de 2002 eram manuais e a concessionária digitalizou o que foi possível. A partir dessa data, os registros são feitos em um sistema próprio.

P: O cemitério também tem controle sobre a área externa de suas dependências, especialmente sobre a área onde estão instaladas as marmorarias e floriculturas?

R: Não.

P: Há algum tipo de solicitação especial encaminhada por parte das famílias, proprietárias de túmulos permanentes, para alteração de suas sepulturas? Essas autorizações e projetos são encaminhados para onde? Quando uma família decide mudar uma lápide, reformá-las ou cercá-las (como se pode observar em muitos túmulos) é necessário o envio de uma espécie de planta a ser aprovada?

R: Qualquer mudança precisa ter autorização da concessionária mediante requerimento e pagamento de taxa. As alterações devem respeitar principalmente os limites do jazigo para não ocupar indevidamente partes das áreas comuns.

Decreto 40.569/2020: Art. 6º A construção, conservação ou reforma de túmulo é da competência do responsável pela manutenção dos cemitérios, mediante requerimento e pagamento das taxas pela parte interessada, sendo facultativa a contratação de serviços de conservação de túmulos e o pagamento da taxa respectiva.

P: Percebe-se que, a partir da mudança da administração do CE as novas sepulturas seguem realmente o projeto mais próximo ao de cemitério parque, conforme planejado por Lúcio Costa. Essa mudança se deve a escassez de área e, consequentemente, a maximização do espaço?

R: A proposta vencedora da licitação pública realizada em 2001, apresentada pela Campo da Esperança Serviços, tinha como um dos principais objetivos aumentar a vida útil dos cemitérios do Distrito Federal, que à época estavam praticamente esgotados.

Além disso, a própria legislação exige que, "Para os cemitérios já existentes, devem ser observadas técnicas de modernização, de acordo com as adotadas em necrópoles-jardins". Decreto 40.569/2020, Artigo 5º, Inciso 3º.

P: Há margem geográfica para expansão territorial do cemitério?

R: Essa informação deve ser obtida no GDF.

P: Há alguma projeção de estagnação da capacidade receptiva de sepultamentos? Qual o tempo útil do cemitério?

R: Há dois tipos principais de demandas nos pedidos de sepultamento: jazigos novos e reutilização de jazigos já adquiridos por famílias que os usam conforme a necessidade.

Em relação à construção de novos jazigos, o Campo da Esperança, na Asa Sul, tem espaço disponível para mais 7 anos e 2 meses de escavações. É importante ressaltar que o tempo estimado muda conforme ações de reaproveitamento de espaços são tomadas pela concessionária. O estoque de novas sepulturas é mantido sempre para pelo menos 5 meses de sepultamentos.

Já em relação às gavetas disponíveis em jazigos já pertencentes às famílias, a capacidade é de 8 anos de sepultamentos. Nesse caso, a estimativa de tempo também é relativa e depende de uma série de fatores para ser modificada. Gavetas são compartimentos dentro dos jazigos que comportam um caixão e algumas urnas de exumação e de cremação. Cada jazigo tem até três gavetas.

P: Há quadras reservadas especialmente para sepultamentos de indigentes? O que

Observação: o nome do interlocutor foi ocultado nesta versão para preservação da fonte.

E-mail de Universidade Federal de Goiás - Re: Questionário/ e...

se faz quando, após o prazo útil regulamentar, as famílias não reclamam os despojos de seus parentes?

R: O compromisso contratual entre a concessionária e o GDF é reservar 10% dos terrenos para sepultamentos gratuitos, fornecidos pelo governo local. O sepultamento social é um benefício concedido a famílias em situação de vulnerabilidade social, e não apenas a indigentes.

Desde 2016, são feitas pela concessionária exumações de sepulturas antigas da área social e reaproveitamento dos espaços para construir novos jazigos. O procedimento não envolve jazigos particulares, somente os da área social, e tem a chancela da Sejus, do MPDFT e da PGDF.

Antes de qualquer escavação, são feitos levantamentos dos locais passíveis de exumação e divulgadas as listas com o nome dos sepultados no Diário Oficial do DF. Todo o material exumado é devidamente identificado e realocado no columbário do próprio cemitério. A legislação do DF permite a exumação após três anos do sepultamento.

As sepulturas exumadas desde 2016 são de datas diversas, porém a maioria trata-se de sepultamentos que ocorreram há mais de 30 anos.

P: Quando o Campo da Esperança contará com seu próprio crematório?

R: O crematório está em construção no Campo da Esperança e a previsão do início da operação é ainda no primeiro semestre de 2022.

P: As quadras que correspondem a área dos Pioneiros são as 701,702, 703,704,705,801,802 e 803?

R: As quadras 701 a 708 do Setor A são destinadas a sepultamentos de autoridades e as quadras 801 a 807 do Setor A são destinadas a sepultamentos de pioneiros.

P: Ao consultar os arquivos de construção da cidade, plantas, projetos e matérias jornalísticas do início do anos de 1960 o cemitério era chamado de “Cemitério da Asa Sul”, quando e por que o seu nome passou a ser ‘Campo da Esperança’? Há registros que não se confirmaram, até agora, que a necrópole foi batizada em homenagem a um antigo sepultamento encontrado dentro da antiga propriedade rural que hoje o abriga. Segundo consta no imaginário popular, essa senhora fora uma antiga benzedeira cujo nome era ‘Dona Esperança’, essa informação tem algum fundamento?

R: A concessionária não possui documentação histórica dos cemitérios e por isso não pode confirmar a data da mudança do nome ou a motivação. Sabe-se apenas que o nome Campo da Esperança começou a ser usado em decretos regulamentadores em 1999. Antes disso, era identificado como cemitério sul.

Informalmente, diz a história que Dona Esperança foi escrava alforriada nas terras que hoje são o centro de Brasília e, no seu quilombo, ela acomodou negros que fugiam das senzalas ou que eram libertados, mas não tinham onde morar. Em troca de comida, ela benzia as pessoas que a ajudavam e fazia chás de ervas para curar as mais diversas doenças.

Quando morreu de hanseníase, foi enterrada longe dos cemitérios que existiam, já que os donos das terras tinham medo do contágio. Aos poucos, as pessoas começaram a visitar o local onde estavam seus restos mortais e diziam receber milagres da benzedeira. De acordo com essa lenda, a cova fica atualmente nas terras da 916 Sul e por isso o cemitério foi batizado com o nome Campo da Esperança.

Observação: o nome do interlocutor foi ocultado nesta versão para preservação da fonte.

CARTÓRIO DO 1.º OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL

LIVRO 2 — REGISTRO GERAL

MATRÍCULA

FICHA

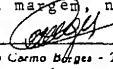
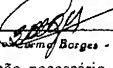
50.675

01

FICHA
01MATRÍCULA Nº
50.675

LIVRO 2 — REGISTRO GERAL

MATRÍCULA — REGISTROS E AVERBAÇÕES	ANOTAÇÕES
MATRÍCULA Nº 50675. IMÓVEL: Área Destinada ao Cemitério Sul, desta Capital, com as seguintes características: Situação:- Situa-se na Fazenda Bananal em terras desmembradas do Município de Formosa, ora incorporado ao Distrito Federal. Delimitação:- Partindo-se do eixo da via de ligação ERS/EI e com um afastamento aproximado de 24,00m, encontra-se a cerca do cemitério na estaca 10; daí, por esta abaixo com a distância de 1.159,587 metros, segue paralelo a via de ligação ERS/EI e as faixas Non Aedificandi até a estaca 13 passando pela curva 2; daí, segue-se descrevendo-se um arco circular com o desenvolvimento de 100,746 metros e raio de 646,983 vai até a estaca 15; daí, com o desenvolvimento 58,533 metros e raio de 653,328; vai até a estaca 16; daí, com desenvolvimento de 86,318 metros e raio de 662,281 vai até a estaca 17; daí, com o desenvolvimento de 87,230 metros e raio de 668,290 vai até a estaca 18; daí com o desenvolvimento de 132,055 metros e raio de 671,143 vai até a estaca 20 paralelo a via Alameda Contorno; daí, com o desenvolvimento de 63,445 metros e raio de 671,263 vai até a estaca 21; daí, com o desenvolvimento de 351,588 metros e raio de 671,263 vai até a estaca 22 ponto de cruzamento Alameda Contorno com Alameda Radial Esquerda, onde separa Setor C com Setor B; daí com o desenvolvimento de 352,036 metros e raio de 671,634 vai até a estaca 23; daí, com o desenvolvimento de 349,081 metros e raio de 576,454 vai até a estaca 24 ponto de cruzamento da via Alameda Contorno com a via Alameda Radial Direita onde separa o Setor B com o Setor A; daí, com o desenvolvimento de 539,502 metros e raio de 575,772 vai até a estaca 25; daí, com o desenvolvimento de 91,592 metros e raio de 575,494 vai até a estaca 26, com o desenvolvimento de 150,861 metros e raio de 575,379 vai até a estaca 27; daí, com o desenvolvimento de 151,300 metros e raio de 575,061 vai até a estaca 28; daí com o desenvolvimento de 250,602 metros e raio de 575,011 vai a estaca 29; daí, com o desenvolvimento de 149,398 metros e raio de 575,638 vai a estaca 30; daí, fletindo-se a esquerda e com a distância de 223,00 metros vai a estaca 31, onde fica o portão de serviço; daí, fletindo-se a direita com a distância de 136,640 metros vai a estaca 32 passando pelo eixo da via Acesso Cemitério Sul, onde está instalado o portão principal; daí, fletindo-se a esquerda com a distância de 120,253 metros segue-se paralelo a via de Acesso Cemitério Sul até a estaca 33; daí, com o mesmo rumo e com a distância de 267,080 metros vai até a estaca 34; daí fletindo-se a direita com	

VISO FICHA	MATRÍCULA — REGISTROS E AVERBAÇÕES	ANOTAÇÕES
	a distância aproximada de 22,00 metros, fazendo uma pequena curva vai até a estaca 36; daí, com a distância de 22,260 metros vai a estaca 10, ponto inicial dos limites; Superfície: 1.368.371.760 m2. <u>Proprietária</u>: COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP, com sede nesta Capital, CGC. nº00037457/0001-70. Registro anterior: Transcrição nº994, fls.288, do antigo livro 3-BA deste Cartório e Averbação nº42, feita à sua margem, nesta data. Dou fê.-Brasília, 04 de julho de 1985.-  <i>Baripede do Carmo Borges - Técnico Judiciário</i> R-1-50675 - TRANSFERÊNCIA DE BEM IMÓVEL. De acordo com petição de 04 de julho de 1984, da COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA-TERRACAP, na qualidade de sucessora e mandatária da COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP, com sede nesta Capital CGC. nº000359877/0001-73, acompanhada da Planta CE-s PR-2/1, de 07 de outubro de 1971, elaborada pela então Coordenação de Arquitetura e Urbanismo - COAU, atual Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Secretaria de Viação e Obras do Distrito Federal, devidamente aprovada pelo Decreto nº1989, de 15 de maio de 1972, do Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal em 15.05.72; fotocópia autenticada da página do Jornal "Diário Oficial do Distrito Federal, datado de 17.05.72, que publicou o Decreto Governamental nº1989, de 15.05.72, relativo à aprovação da mencionada planta; exemplar da publicação da Lei nº5.861, de 12.12.72 e cópia da Ata de constituição da TERRACAP, documentos esses que ficam arquivados neste Cartório, o imóvel objeto desta matrícula, passou a integrar o patrimônio do DISTRITO FEDERAL, nos termos do Art. 22, da Lei nº6.766 de 19.12.79, sendo atribuído ao imóvel o valor de Cr\$8.000.000,00. Dou fê.-Brasília, 04 de julho de 1985.-  <i>Baripede do Carmo Borges - Técnico Judiciário</i> Tendo em vista a implementação do novo sistema de computação necessário à organização e execução dos serviços, fica ENCERRADA a presente ficha, ao abrigo do artigo nº 41, da Lei nº 8.935, de 18.11.94, abrindo-se simultaneamente a ficha nº 02 Dou fê. Brasília, 17 de fevereiro de 2020. OFICIAL: 